

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**A FRENTE AMPLA DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA: TRANSIÇÃO
POLÍTICA E CLASSES DOMINANTES AGRÁRIAS NA NOVA REPÚBLICA
(1986 – 1991)**

AFONSO HENRIQUE DE MENEZES FERNANDES

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**A FRENTE AMPLA DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA: TRANSIÇÃO
POLÍTICA E CLASSES DOMINANTES AGRÁRIAS NA NOVA REPÚBLICA
(1986 – 1991)**

AFONSO HENRIQUE DE MENEZES FERNANDES

Sob a Orientação da Professora

Regina Angela Landim Bruno

Dissertação submetida como requisito parcial para
obtenção de grau de **Mestre em Ciências Sociais**,
no Programa de pós-graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ

Fevereiro de 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

d363f de Menezes Fernandes, Afonso Henrique, 1989-
A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira:
Transição Política e Classes Dominantes Agrárias (1986
1991) / Afonso Henrique de Menezes Fernandes. - 2018.
167 f.

Orientadora: Regina Angela Landim Bruno.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, 2018.

1. Agronegócio. 2. Nova República. 3. Patronato
Rural. 4. Representação de Interesses. 5. Constituinte
de 1988. I. Landim Bruno, Regina Angela, 1949-
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade III.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

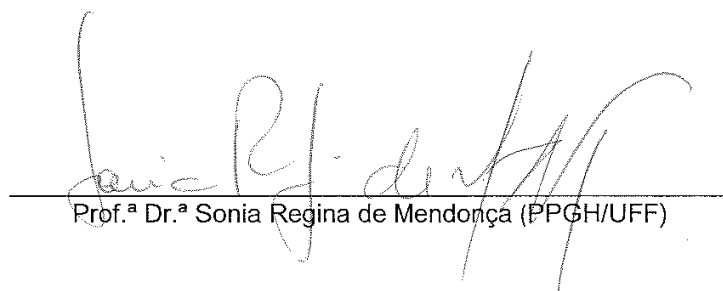
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

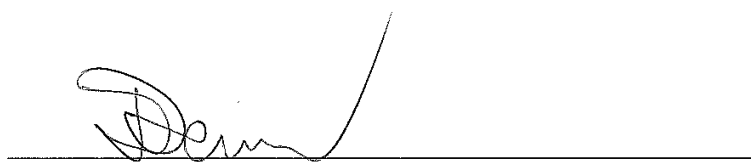
Afonso Henrique de Menezes Fernandes

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 01/03/2018.


Prof.^a Dr.^a Regina Ângela Landim Bruno (CPDA/UFRRJ)
(Orientador)


Prof.^a Dr.^a Sonia Regina de Mendonça (PPGH/UFF)


Prof.^a Dr.^a Débora Franco Lerrer (CPDA/UFRRJ)


Prof. Dr. Marcos Botton Piccin (PPGExR/UFMS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu pai, Nelson da Nobrega Fernandes (*in memoriam*) que, apesar de sua ausência, através das inúmeras vezes que brincava, “Senta que lá vem a história”, marcou meu prazer pelo estudo e pela pesquisa.

Agradeço a minha mãe, Maria Lucia Pires Menezes pela convivência privilegiada com o entusiasmo pela descoberta do mundo. Das constantes consultas ao Google, à leitura das embalagens para saber a procedência de todo e qualquer produto que passa por suas mãos, sua curiosidade geográfica marcou a realização deste trabalho. Além disso, sem seu apoio, certamente não teria sido possível completar esta etapa de minha formação.

Agradeço a Juanita Cuéllar Benavides que, sendo a co-orientadora não oficial de uma geração de “cpdanos”, foi fonte constante de incentivo, sempre por perto para me ajudar nas horas mais difíceis. Gracias, cariño.

Agradeço a minha irmã, Flora da Nobrega Fernandes, que sempre me deu o privilégio de uma bela amizade entre irmãos.

Agradeço a Elizabeth Ferreira Carneiro pelos prazeres e aprendizados da convivência cotidiana. O tempo dedicado a este trabalho não seria o mesmo sem sua presença, por isso meu mais carinhoso agradecimento.

Agradeço aos colegas do CPDA, em especial da “turma do Xerox”, que não só compartilharam seus saberes, angústias e trajetórias comigo, como tornaram esta travessia mais leve e agradável.

Agradeço aos companheiros, de luta e de vida, que com seu compromisso por uma sociedade mais justa e solidária, menos desigual e predatória, contribuíram para que, em meio a tempos tão “temerosos”, seguíssemos na busca por uma produção científica socialmente referenciada e na defesa da universidade pública, gratuita, laica, autônoma e democrática.

Agradeço a Alessandra Beig Jordão que prontamente respondeu meus contatos, disponibilizando parte muito importante dos documentos e fontes por mim reunidos durante o processo de pesquisa.

Agradeço aos professores Marcos Piccin e Sonia Regina de Mendonça pela disponibilidade em participar da banca de defesa desta dissertação, lendo o trabalho e realizando suas críticas e considerações. Agradeço também às contribuições da Professora Leonilde Servolo de Medeiros durante minha banca de qualificação.

Agradeço à Professora Débora Lerrer com quem pude compartilhar dois semestres de aulas com debates coletivos sempre muito animados e instigantes, me ajudando de forma determinante na definição de meu tema e projeto de pesquisa.

Agradeço à Professora Regina Angela Landim Bruno por sua paixão no ofício da docência e da pesquisa em sociologia, bem como por seu compromisso pela luta por Reforma Agrária e pelos direitos sociais dos de baixo. Através de sua “empatia às avessas” com os de cima, tive o privilégio de me aprofundar no estudo das classes dominantes, contando com uma orientação sempre presente e entusiasmada no cotidiano da pesquisa.

RESUMO

FERNANDES, Afonso Henrique de Menezes. **A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira: Transição Política e Classes Dominantes Agrárias (1986-1991)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

O presente trabalho visa estudar a experiência da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) que funcionou de 1986 até 1991 como articulação política entre importantes entidades de representação de interesses de grandes proprietários de terras e empresários rurais e agroindustriais. Buscando reunir um conjunto abrangente de forças ao redor de sua direção política, a coordenação da Frente Ampla era composta por uma associação entre as lideranças da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e da oposição sindical da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). A partir da análise da documentação produzida pela entidade, da repercussão de suas iniciativas na imprensa e de entrevistas com seus representantes, procuramos refletir sobre a sua formação e atuação durante o processo de transição política da Nova República, que visava defender a propriedade da terra, influenciar na definição das políticas agrícolas de seu interesse e consolidar seus dirigentes como porta-vozes privilegiados das classes dominantes agrárias brasileiras. Assim, colocando em maior evidência a estratégia política representada pela FAAB, podemos observar como esta iniciativa foi parte ativa de um amplo processo que ajudou a gestar uma nova direção política hegemônica na representação do patronato rural brasileiro, marcada pelo predomínio da noção de agronegócio e pelo novo pacto social inaugurado na Constituição de 1988.

Palavras-Chave: Patronato Rural, Agronegócio, Representação de Interesses, Constituinte de 1988, Nova República, FAAB.

ABSTRACT

FERNANDES, Afonso Henrique de Menezes. **The Broad Front of Brazilian Agriculture: Political Transition and Rural Elites (1986-1991)**. 2018. Dissertation (Master in Social Science in Development, Agriculture and Society. Institute of Human and Social Science, Post Graduation Program in Social Science in Development, Agriculture and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018).

The purpose of this paper is to study the experience of the Broad Front of Brazilian Agriculture (FAAB) that worked since 1986 to 1991, as a political articulation between several organizations of representation of powerful landlords and rural entrepreneurs. Seeking to bring together different forces around their own political leadership, the direction of the “broad front” was composed by the alliance among the leaders of the Brazilian Cooperatives Organization (OCB), the Brazilian Rural Society (SRB) and groups who were committed with the renovation of the National Confederation of Agriculture’s direction. From the analysis of FAAB’s documents, the media impact of its actions and interviews with some main leaders, we intend to reflect about their own experience during the political transition of the “New Republic” in Brazil. In this regard, the main objective of FAAB was to defend the private property, influence the decision-making of federal policies of agriculture and consolidate their leaders as the main representation of landlords and rural entrepreneurs. Therefore, giving more attention to the political strategy of the “broad front” we could understand how this experience was part of a process that helped to build a new hegemonic leadership of their economic interests, shaped by the dominance of the concept of agribusiness and by the new social pact of the 1988’s Brazilian Constitution.

Key-words: Rural Elites, Agribusiness, Brazilian Agriculture.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABCZ – Associação Brasileira de Criadores de Zebu

ABIA – Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação

ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas Agrícolas

ABIOVE – Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais

ABRAMILHO – Associação Brasileira dos Produtores de Milho

ABRASEM – Associação Brasileira de Sementes e Mudas

Acrisul – Associação de Criadores do Mato Grosso do Sul

ANC – Assembleia Nacional Constituinte

ANDA – Associação Nacional Para Difusão de Adubos

ANDEF – Associação Nacional de Defesa Vegetal

ANFAR – Associação Nacional dos Fabricantes de Ração

Apromat – Associação dos Produtores de Semente do Mato Grosso

CAI – Complexo Agroindustrial

Cedes – Câmara de Estudos Econômicos Sociais

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CNPA – Conselho Nacional de Política Agrícola

CNPC – Conselho Nacional da Pecuária de Corte

Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COPOM – Conselho Nacional de Política Monetária

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRB – Confederação Rural Brasileira

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FAAB – Frente Ampla da Agropecuária Brasileira

FARSUL – Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul

FAESP – Federação da Agricultura do Estado de São Paulo

FAEPR – Federação da Agricultura do Estado do Paraná

FAEMG – Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais

FAEGO – Federação da Agricultura do Estado de Goiás

FAESC – Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina

Febraban – Federação Brasileira dos Bancos

FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDC – Partido Democrata Cristão

PDS – Partido Democrático Social

PFL – Partido da Frente Liberal

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SMA – Sociedade Mineira de Agricultura

SNA – Sociedade Nacional da Agricultura

SRB – Sociedade Rural Brasileira

SRP – Sociedade Rural do Paraná

UDR – União Democrática Ruralista

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Lista de entidades signatárias do manifesto de fundação da FAAB de 17/06/1986..... 63

Tabela 2: Lista de signatários do Manifesto da Frente Parlamentar da Agricultura, 02/02/1987..... 120

Tabela 3: Lista de parlamentares signatários da FPA que foram membros da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. 126

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I: MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA E TRANSIÇÃO POLÍTICA DA DITADURA MILITAR: AS TRANSFORMAÇÕES NA REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES DO PATRONATO RURAL.....	28
1.1. A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA DURANTE A DITADURA MILITAR:	29
1.2. O PROCESSO DE DISTENÇÃO POLÍTICA E A TRANSIÇÃO DOS ANOS 1980 NO BRASIL:	35
1.3 A CRISE DE REPRESENTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE DO PATRONATO RURAL:	46
CAPÍTULO II: A FORMAÇÃO DA FAAB – UMA PLATAFORMA DE TRANSIÇÃO DA “AGROPECUÁRIA” BRASILEIRA	56
2.1. A COMPOSIÇÃO DA FAAB: UM RETRATO DA INTEGRAÇÃO POLÍTICA DAS CADEIAS PRODUTIVAS DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA:.....	62
2.2. O PROGRAMA DA “AGROPECUÁRIA” PARA A NOVA REPÚBLICA:	80
CAPÍTULO III: A FAAB E A OPOSIÇÃO AO PLANO CRUZADO	92
3.1. O LANÇAMENTO DA “FRENTE AMPLA” EM MEIO ÀS CRÍTICAS AO PLANO CRUZADO:	92
3.2. A FAAB E AS MOBILIZAÇÕES DO PATRONATO RURAL: O ALERTA DO CAMPO À NAÇÃO DE 1987.	98
CAPÍTULO IV: A PARTICIPAÇÃO DA FAAB NO PROCESSO CONSTITUINTE.....	115
4.1. A ARTICULAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGRICULTURA:	115
4.2. A PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA FAAB NA SUBCOMISSÃO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA:	125
4.3. A PROPOSTA DA FAAB PARA A LEI AGRÍCOLA:.....	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS – DA REPRESENTAÇÃO DA “AGROPECUÁRIA” AO AGRIBUSINESS.....	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	164

INTRODUÇÃO

Em meio à mobilização patronal rural contra o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República e as lutas pela democratização da propriedade da terra intensificadas a partir de 1985, e face à proximidade com a instalação de um Congresso Constituinte em 1987, a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) foi articulada como uma iniciativa política que reuniu importantes entidades de representação de interesses dos grandes proprietários de terras e empresários rurais e agroindustriais. Anunciada a partir do lançamento de um manifesto público, no dia 17 de Junho de 1986, a FAAB buscou apresentar e defender as principais reivindicações do setor, que estavam centradas na defesa da propriedade da terra e das políticas de incentivo à grande produção agropecuária.

Assim, o principal objetivo da também chamada “Frente Ampla” foi se construir enquanto articulação de um conjunto abrangente de forças políticas do patronato rural para intervir no processo Constituinte e disputar as políticas públicas em favor de seus interesses. Com base em um diagnóstico que apontava o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico para a agricultura e de crise das estruturas de representação formal, em especial da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Frente Ampla buscou reunir setores estratégicos da produção agrícola, ligados às cadeias agroindustriais e, principalmente, representados por uma aliança entre o cooperativismo empresarial da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a chapa de oposição sindical da CNA. Outra importante entidade que participou da FAAB, porém com menor peso político e econômico, foi a tradicional e pioneira Sociedade Nacional da Agricultura (SNA).

Em torno deste núcleo central foram se organizando uma diversidade considerável de associações e entidades dos mais diferentes tipos e características, como: sindicatos, interesses setoriais e por produto, representação das cadeias industriais e financeiras associadas à agricultura, além de fóruns acadêmicos e regionais do patronato rural. Dessa maneira, a FAAB foi composta a partir da articulação de quarenta importantes organizações de interesse da “agropecuária brasileira” que representavam diferentes setores da economia envolvidos nas grandes cadeias de

produção e comercialização do meio rural brasileiro, buscando centralizar a direção política deste conjunto de interesses.

Neste sentido, o objetivo da presente pesquisa foi o de compreender a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira como um dos principais espaços de organização de interesses de determinadas frações da classe dominante agrária brasileira para intervir no processo Constituinte da Nova República, defendendo o monopólio da propriedade da terra e os privilégios sobre as políticas públicas para a agricultura. Após consolidarem sua integração econômica e produtiva com a modernização conservadora, importantes dirigentes patronais apresentaram, através da Frente Ampla, a necessidade de integrar politicamente as suas diversas formas de multi-representação, procurando constituir um novo campo de forças no interior das classes dominantes agrárias onde se propunha estabelecer uma renovação da sua direção política a partir da construção de um programa e um discurso próprio.

Assim, a presente dissertação, buscando analisar o contexto das transformações na representação de interesses das classes dominantes, procura jogar luz sobre o perfil da composição política que conformou a FAAB, bem como sobre a natureza de seu programa político e econômico em torno do qual as diferentes entidades de representação se reuniram. Com isso, visamos reconstituir as mais relevantes estratégias e frentes de atuação adotadas no sentido de consolidar seus dirigentes como principais porta-vozes do patronato rural naquele período e de defender a sua agenda de reivindicações frente às dificuldades econômicas do país e ao processo de debates sobre a nova Constituição.

Com base nestas preocupações, nossa principal suposição, teve o intuito de estudar de que maneira podemos considerar a Frente Ampla como ferramenta estratégica de determinadas frações das classes dominantes agrárias, com destaque a expressivos segmentos agroindustriais, sediados nas principais regiões produtoras do Centro-Sul do país e agregando os principais produtos da economia agrícola nacional, no sentido de construir em torno de si um campo de forças políticas de representação de interesses do nascente agronegócio brasileiro. Supondo que este foi um importante espaço de articulação, experiência e renovação das lideranças patronais do campo, esperamos poder contribuir para uma maior compreensão do modo como as classes dominantes agrárias no Brasil operam historicamente para salvaguardar seus principais interesses econômicos e projetos de poder.

Dessa maneira, a presente pesquisa se justifica pela importância histórica da experiência de articulação da FAAB como estratégia embrionária de construção de uma direção política para a representação do agronegócio brasileiro. Como uma das experiências precursoras do que viria a ser a nova hegemonia política das classes rurais e agroindustriais organizadas em torno da ideia do Agronegócio, e sendo lida por suas lideranças como um “embrião” da Associação Brasileira de *Agribusiness* (fundada em 1993), consideramos relevante a realização de um estudo voltado para a constituição e atuação da FAAB durante a segunda metade da década de 1980 no Brasil.

A partir do exposto, encontramos no instrumental ofertado pelo conceito de Estado ampliado de Antonio Gramsci e da teoria do campo político de Pierre Bourdieu nossos principais referenciais teóricos para refletir sobre as questões que nos mobilizaram. Se, com o primeiro autor, realizamos uma reflexão através das múltiplas formas com que as elites contemporâneas reproduzem a sua dominação na sociedade, no segundo caso pudemos pensar sobre os processos de construção da representação política como ferramenta de disputa e exercício do poder.

A partir da crítica de Gramsci (2007) a determinadas interpretações do marxismo denominadas por ele como economicistas – determinismo econômico em detrimento das dimensões políticas, sociais, culturais e ideológicas da sociedade – é possível observar as relações entre o patronato rural e as instituições estatais para além da perspectiva do Estado como mero “comitê das classes dominantes” responsável pela defesa (pela força da coerção) da propriedade privada. Na visão do autor, ao contrário, o Estado, como arena de forças em disputa, atua, ao mesmo tempo, em duas frentes distintas, de coerção e consenso, consolidando-se também como uma das formas de construção de hegemonia das classes dominantes no sentido de estabelecer a sua direção moral e intelectual do conjunto da sociedade.

Analisando o desenvolvimento capitalista no princípio do século XX, Gramsci (2007) busca ressaltar desta conjuntura o papel da superestrutura na reprodução da ordem política, cultural e ideológica frente às transformações da estrutura produtiva que estavam em curso, especialmente na Europa. Assim, o autor dedicou-se a compreender o processo de formação e organização das vontades coletivas nas sociedades capitalistas ocidentais, demonstrando a força e a importância da sociedade civil como espaço de exercício da política e reprodução do poder das classes dominantes.

Com isso, podemos nos aproximar mais especificamente do conceito de Estado cunhado por Gramsci (2007) em que autor alarga determinadas concepções tradicionais

do marxismo, buscando se adequar a uma ideia mais relacional entre o “Estado restrito” (sociedade política) e a sociedade civil, entendida como conjunto de organizações das vontades coletivas que atuam e disputam hegemonia na sociedade. Na perspectiva gramsciana, o seu conceito de Estado, como um Estado ampliado, acaba por se constituir pelo conjunto de instituições da sociedade política na relação com o conjunto das diferentes forças da sociedade civil que atuam com a finalidade de exercer a disputa de hegemonia entre as classes e frações de classe.

Ao integrar de forma relacional os conceitos de sociedade civil e sociedade política, Gramsci (2007), resgatando a referência original de Marx, permitiu decisivamente a inclusão analítica dos processos de construção ideológica do consenso, conferindo às instituições da sociedade civil lugar estratégico na construção da hegemonia de determinadas classes ou frações de classe em determinados contextos históricos. Dessa forma, a partir das noções de sociedade civil e sociedade política, o autor, também destaca a importância da dimensão ideológica do processo de disputa de hegemonia para a produção e a reprodução da dominação de classe através da construção do consenso.

Sendo os aparelhos privados de hegemonia das distintas classes e frações de classe, os organismos por excelência de disputa da direção política e moral da sociedade, a Frente Ampla constituiu-se em um dos mais importantes espaços de organização de determinadas frações do patronato rural. Dessa maneira, tais aparelhos são fundamentais tanto no processo de construção do consenso ideológico, buscando a difusão de sua visão de mundo junto a outros segmentos da sociedade civil, quanto na disputa da própria sociedade política.

Portanto, a noção de Estado ampliado, ao abranger de forma relacional a estrutura burocrática do Estado e os atores sociais no âmbito da sociedade civil, nos permite observar a atuação da FAAB junto ao Estado restrito de forma menos mecânica, entendendo o mesmo como uma arena de disputa composta pelos diferentes interesses organizados politicamente. Com representantes civis ocupando cargos de parlamentares, técnicos, executivos e membros do judiciário no interior da sociedade política, ao mesmo tempo em que buscavam se posicionar em variados espaços da sociedade civil como sindicatos, associações, instituições acadêmicas e meios de comunicação, as forças políticas organizadas na FAAB são um importante exemplo de como as classes e frações de classes possuem mãos e pés em diferentes estruturas da sociedade política e da sociedade civil.

Com isso, Gramsci (2007) nos permite chamar a atenção para a dimensão analítica da superestrutura da sociedade, procurando romper com o economicismo que resumia o Estado e a política a sua estrutura burocrática para a gestão dos interesses da burguesia. Assim, ao colocar em destaque a sociedade civil para a análise das relações de poder, o autor demonstra que mais que um aparelho de coerção, as instituições civis possuem um importante papel disputando influência sobre a sociedade política, de um lado, e, de outro, da construção do consenso ideológico.

Deste modo, vale destacar, por último, a centralidade que Gramsci (2007) confere ao intelectual orgânico como figura chave para construção e disputa da hegemonia na sociedade civil. Como ator político responsável pela formulação programática e estratégica da ação política de determinados setores sociais, a ideia do intelectual orgânico nos permite pensar o papel de determinadas lideranças na construção da representação e no seu exercício, especialmente assessorando a atuação política das frações do patronato rural organizadas na Frente Ampla durante os debates da Constituinte.

A reflexão de Pierre Bourdieu sobre a teoria do campo político, por sua vez, busca fazer uma caracterização dos principais elementos do processo de formação, construção e exercício da representação política. Dessa forma, o autor fornece um importante instrumental analítico que nos permite demonstrar como que o processo de formação do campo político como espaço de concentração e transação de poder na forma de capital político, é demarcado por alguns elementos característicos comuns às diferentes formas de representação (BOURDIEU, 1989).

Neste sentido, para o autor, a questão central do processo de representação política se funda no ato mais ou menos consciente de abstenção de uns, e consequente delegação de seu poder político a outros. Esta divisão entre mandantes e mandatários que se estabelece, supõem o que o autor define como a divisão do trabalho político entre estas duas frações sociais distintas conferindo à ideia de campo político a sua delimitação mais elementar: a separação entre representantes e representados. Para Bourdieu (1989), a análise do processo de construção dessa diferenciação deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, desnaturalizando a separação entre “agentes politicamente ativos” de “agentes politicamente passivos”.

O campo político, como espaço social onde se desenvolve e realiza a representação de interesses de um determinado grupo, na interpretação de Bourdieu

(1989), pode ser entendido também através de sua dinâmica de “mercado político”, onde se produzem e comercializam “mercadorias políticas” a serviço da representação de interesses de seus consumidores. O autor destaca que, tal qual a dinâmica da economia de mercado, as desigualdades existentes entre a capacidade de uma ação política eficaz entre os diferentes grupos sociais é estruturante, condicionando o nível de organização política e profissionalização de cada um. Assim, a própria produção de idéias, discursos e possibilidades políticas esta condicionada à capacidade de inserção no campo político de cada grupo social, atuando de forma mais ou menos intensa na concorrência do mercado conforme sua própria posição social.

Para se produzir e reproduzir, o monopólio dos profissionais sobre a representação política estabelece um *habitus* político, pressupondo uma preparação especial de seus componentes. Dessa maneira, o autor destaca a importância da formação destes profissionais da política para a própria construção da representação, através da difusão por instituições especializadas nos diferentes *corpus* de saberes específicos da política e de seu domínio prático.

Além disso, a profissionalização do campo político, também produz interesses específicos de seus agentes no sentido de preservar ou alterar sua posição em relação à concorrência interna. Este processo, entendido como uma autonomização relativa do campo de produção ideológica, se deve ao fato de que toda tomada de posição política se estabelece em relação a um referencial, tornando-se, portanto, necessariamente relacional. A produção destes interesses específicos dos mandatários não necessariamente corresponde aos interesses diretos dos mandantes, resultando em uma relação de tensão e interdependência entre representante e representado. Ao mesmo tempo em que eles apresentam interesses e necessidades próprias, de cada um, estas vontades necessariamente têm que ser negociadas mutuamente (BOURDIEU, 1989).

A produção das tomadas de posição depende da estrutura do campo político e do seu conseqüente sistema de tomadas de posição. Isso significa que um posicionamento somente pode ser adotado na relação com interesses relativos a outras posições no interior do próprio campo político. Este sistema de tomadas de posição passa a ser, portanto, estruturante dos diversos partidos existentes na sociedade e das posições e possibilidades políticas associadas aos mesmos. Assim, na percepção do autor, todo campo tende a se organizar em torno de uma oposição referencial básica, onde internamente aos mesmos podem se organizar verdadeiros campos estruturados segundo os mesmos referenciais. A oposição entre dois pólos opostos de referência,

frequentemente denominada como “esquerda x direita”, “progressistas x conservadores” ou “partido do movimento x partido da ordem”, parece ser o elemento básico que orienta a estrutura dos campos políticos em questão e suas conseqüentes tomadas de posição (BOURDIEU, 1989).

Considerando, ainda, o campo político como espaço de disputa pelo monopólio da fala e da ação em nome dos mandantes ou de parte dos mesmos, a capacidade de mobilização que se apresenta na figura do representante como porta voz dos representados, coloca a efetividade de seu discurso no centro do processo de construção da representação política. Neste sentido, a palavra de ordem, na condição de palavra política, equivale para Bourdieu (1989) a um ato efetivo, envolvendo determinado grupo na realização de seus interesses políticos. Para o autor, ao contrário da ciência clássica, a palavra política não se expressa pelo seu valor de verdade (científica), mas pela sua capacidade de mobilização, organização e convencimento. Segundo esta lógica, sendo a força de determinada palavra política mensurável a partir da força e posição do grupo social a que a mesma está associada, faz-se necessário que a ideia enunciada seja emitida por um “responsável político” reconhecido e legitimado socialmente.

Como elemento de legitimação de determinada fala ou determinado porta-voz, consagrando a sua condição de representante político, o autor identifica um sistema de crédito e crença onde se atribui aos mandantes, por parte dos mandatários, o poder simbólico da representação. Neste sentido, trata-se aqui da acumulação de capital político por parte do representante através do processo de abdicação e delegação de poderes dos mandantes.

Neste sentido, na interpretação do autor a delegação do capital político pressupõe um processo de institucionalização, com a sua materialização em organização política permanente, sólida, com condições de auto-reprodução e postos para distribuição de poder. Possuindo um importante capital político acumulado no tempo, estas instituições estabelecem verdadeiras redes onde se organiza e estrutura o poder simbólico reunido, constituindo verdadeiros aparelhos onde se desenvolvem variados interesses e necessidades.

Considerando, portanto, a teoria do campo político e os seus aspectos analíticos, podemos estabelecer algumas relações interessantes para o estudo da FAAB. Quanto ao aspecto da construção do campo de representação do patronato rural, é possível identificar a FAAB não somente como um dos principais espaços de articulação de determinadas organizações e lideranças dos grandes interesses econômicos no campo,

mas como um dos pivôs de estruturação das tomadas de posição em relação a outros campos de representação e a outras frações da classe dominante agrária, como era o caso dos movimentos sociais de defesa da Reforma Agrária e da UDR.

Neste sentido, Bourdieu (1989) ajuda a chamar atenção para a especificidade das formas de organização e ação política da representação das elites. Gozando de maiores recursos sociais e econômicos, os setores dominantes da sociedade tendem a possuir maiores reservas à plena delegação de seu poder político, dependendo menos de um campo político mais definido e estruturado, com organizações mais sólidas e permanentes. Percebendo as mesmas diferenças, Offe e Wiesenhal (1984) também falam sobre as distintas lógicas de ação coletiva entre a representação dos trabalhadores e as associações patronais, concluindo que há uma questão importante no que se refere à desigualdade de poder entre estes dois grupos sociais, impossibilitando, portanto, que as suas respectivas formas de atuação sejam iguais. Por esta razão, a reflexão destes dois autores, também coloca em relevo a fluidez e pluralidade das formas de organização das classes dominantes em relação às experiências de representação política das classes subalternas.

Sobre os procedimentos metodológicos da pesquisa, procuramos realizar uma leitura da documentação produzida pela FAAB, um levantamento na imprensa e a realização de entrevistas. Assim, tanto o manifesto de fundação da FAAB, como a sua carta de princípios, foram dois documentos fundamentais na análise da natureza dos objetivos do seu programa político e do perfil e composição de seus membros e entidades. Além disso, no que se refere à atuação da Frente Ampla, os registros dos depoimentos nas audiências públicas da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária da Constituinte, os manifestos da Frente Parlamentar da Agricultura e os documentos das mobilizações promovidas pela FAAB, também contribuíram para que pudéssemos refletir sobre as suas estratégias e posicionamentos adotados ao longo dos principais debates em que esteve envolvida.

Reconhecendo um núcleo político na tríade dos presidentes da OCB, CNA e SRB, também buscamos realizar entrevistas abertas e semi-estruturadas com seus representantes sobre a experiência da Frente Ampla. O encontro com Roberto Rodrigues, atualmente coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas, marcado para o dia 09 de Maio de 2016, foi realizado em seu gabinete, na Escola de Economia de São Paulo. A entrevista com Alysson Paulinelli (CNA) foi realizada no dia 08 de Novembro de 2016 no café do *Base Concept Hotel*, em Brasília-

DF. Nos dois casos nos chamou atenção a localização e o ambiente em que ocorreram os encontros. Enquanto a primeira entrevista foi realizada em um gabinete universitário a poucos metros da avenida paulista, o segundo encontro foi feito no salão do único hotel de alto padrão localizado na avenida de acesso ao aeroporto da capital federal. Nas conversas informais antes de iniciar propriamente a entrevista, enquanto um demonstrava preocupações com as movimentações no Congresso Nacional por ocasião da votação do impeachment da presidenta Dilma Rouseff, o outro, revelava que estava em Brasília para representar a Associação Brasileira de Produtores de Milho e Sorgo (Abramilho) em uma reunião com o Ministério da Agricultura.

Além do significado dos ambientes escolhidos para a realização das entrevistas, o processo de marcação dos encontros também nos permitiu observar a dinâmica cotidiana destes representantes. No caso de Paulinelli, foram cogitados, em uma semana, três capitais diferentes (Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte) para a realização do encontro. No caso de Rodrigues, o representante da OCB, ao devolver a revisão e autorização da transcrição da entrevista, desculpou-se por demorar-se na resposta, alegando que o texto “deve conhecer mais de meio Brasil”, tendo sido levado em suas muitas viagens. Estas breves percepções do processo de realização das entrevistas, mais que revelar seu cotidiano de intenso trânsito pelo país, também demonstram a forma como estes se apresentam, buscando construir suas próprias imagens como figuras públicas.

Apesar de termos logrado registrar o depoimento de Roberto Rodrigues (OCB) e Alysson Paulinelli (CNA) e de muitas tentativas de contato, infelizmente não logamos realizar o encontro com Flavio Teles de Menezes (SRB). Ainda assim, foi possível encontrar suas avaliações sobre o objeto de nossa pesquisa, tanto através da imprensa, como através de sua entrevista concedida no dia 13 de Agosto de 2008, em São Paulo, para os professores Regina Bruno, Abdias de Carvalho e Antonio Braga no âmbito da pesquisa sobre o I Plano Nacional de Reforma Agrária, que se encontra disponível no Núcleo de Movimentos Sociais no Campo do CPDA/UFRRJ.

Estes depoimentos contribuíram diretamente para perceber qual a leitura que suas lideranças fazem deste processo, após mais de duas décadas passadas. Demonstrando as avaliações dos principais dirigentes da FAAB sobre o seu processo de construção política, foi possível, a partir de seu discurso explícito, refletir sobre os diferentes significados que esta experiência teve para a representação de interesses do patronato rural e para as suas próprias trajetórias políticas e profissionais.

Além da análise dos principais documentos da FAAB e do depoimento das suas principais lideranças, buscamos observar de que maneira as suas iniciativas e eventos mais importantes repercutiram em quatro periódicos da época: O Globo, Jornal do Brasil, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. Estando atentos para a repercussão da atuação da Frente Ampla nos principais jornais de grande circulação do país, pudemos não só conferir de que maneira estes setores conseguiam pautar o noticiário nacional da época, como também a forma com que estes se apresentavam para a opinião pública através das mobilizações de rua de que participaram e de seus posicionamentos públicos em relação às medidas a serem adotadas pelo governo e pela Constituinte. Tendo em conta as especificidades que a escolha da imprensa enquanto fonte exige da pesquisa, buscamos estar atentos ao fato de que, ao mesmo tempo em que a grande imprensa é, ela mesma, uma força política, os grandes jornais são também uma arena de disputa que esta constantemente sujeita à influência das intenções de sua linha editorial e das tensões desta com as diversas forças sociais com que ela tem que se relacionar (CAPELATO, 1988).

Com relação à revisão bibliográfica, procuramos dialogar com os principais estudos existentes sobre o patronato rural durante a conjuntura política da Nova República. Sendo assim, a partir da bibliografia a seguir, foi possível identificar importantes aspectos que nos ajudaram a pensar a FAAB e nossa problemática no sentido de compreender o contexto histórico em que nosso objeto está inserido, bem como a forma com que este é percebido por estas interpretações.

As principais questões suscitadas por este diálogo podem ser definidas a partir de três pontos fundamentais. Primeiramente, o processo de modernização da agricultura, por seu papel decisivo na diversificação dos interesses econômicos da produção agrícola, aparece com considerável destaque no conjunto de estudos sobre o patronato rural. Como veremos, estas reflexões nos ajudaram a compreender a relação entre a modernização agrícola, as transformações na representação política destes setores sociais e o lugar da FAAB na estratégia de alguns dirigentes para aglutinar as principais organizações de interesse da grande produção agropecuária nacional.

Em segundo lugar, fortemente influenciada pelas mudanças que ocorreram na agricultura ao longo da ditadura militar, a bibliografia sobre o patronato rural também ressalta a existência de um processo de crise e renovação da sua representação política, identificando a emergência de uma série de novas organizações, lideranças e formas de atuação política de grandes produtores e proprietários rurais. A partir de 1985, diante da

intensificação da transição política e frente à crescente pressão social por reforma agrária, os setores dominantes no campo apresentaram diferentes respostas a este processo, colocando em questão as suas próprias formas de organização e representação política, em especial a representação oficial da Confederação Nacional da Agricultura. Neste sentido, a Frente Ampla também é apresentada como uma tentativa de fortalecer e legitimar o seu grupo dirigente em relação às disputas abertas pela liderança e controle da representação da “agropecuária brasileira”.

Finalmente, sendo uma forma de disputa e construção de um campo político no interior do patronato rural nacional, a FAAB é recorrentemente apresentada em relação à sua concorrência política com a emergente UDR. Sendo descrita como uma “disputa”, “polarização” ou “duplicidade” na representação de interesses das elites agrárias do país, à depender do ponto de vista dos autores, a relação da FAAB com a UDR é um tema central nos estudos existentes, nas falas de seus representantes e no material de imprensa. Isso porque, no esforço de se construir como uma nova direção política do patronato rural, as lideranças organizadas na FAAB encontraram no fortalecimento avassalador da UDR um importante obstáculo para a consolidação de suas posições como principais porta-vozes do patronato rural.

Graziano da Silva (1991) é um autor fundamental para a análise da experiência política da Frente Ampla. Apresentando o que seriam as “organizações profissionais na agricultura moderna brasileira”, esta interpretação associa diretamente a iniciativa da FAAB à representação dos principais interesses dos novos complexos agroindustriais. Mesmo identificando as profundas marcas dos setores mais tradicionais das classes dominantes brasileiras, o autor confere significativo destaque à sua identidade com os setores mais modernizados em termos técnicos e produtivos da agricultura nacional.

Dentre os estudos que chamam atenção para o fato de que estava em curso uma crise entre a representação formal e legal da CNA e a representação real dos novos interesses das cadeias agroindustriais, o autor apresenta a FAAB como uma resposta ao que então era identificado como um descolamento entre os anseios da base de produtores rurais e a sua direção sindical. Para Graziano da Silva (1991), em face da emergência da UDR durante este processo, a Frente Ampla teria sido o esforço que os dirigentes das associações civis de nível nacional e com maior peso histórico fizeram de, ao mesmo tempo, disputar a direção da CNA e realizar uma contenção da extraordinária força política exibida pela entidade liderada por Ronaldo Caiado.

Finalmente, este autor destaca também a preocupação dos setores organizados na FAAB de intervir na política econômica, defendendo um determinado conjunto de políticas agrícolas tanto de curto como de longo prazo. A respeito das políticas de curto prazo estão as negociações do Plano Cruzado, prioridade da equipe econômica e do governo que havia congelado os preços para o produtor rural como medida de controle inflacionário. Em termos de longo prazo o autor destaca o projeto de montar uma proposta de lei agrícola para a Constituinte, logrando a Frente Ampla se consolidar como principal formuladora e interlocutora do patronato rural a este respeito (GRAZIANO DA SILVA, 1991).

Nas interpretações sobre a Frente Ampla há um relativo consenso entre os autores, seja reconhecendo a crise de representação do patronato rural, seja falando em inadequação da estrutura representativa das classes dominantes como um todo. Neste sentido, da mesma forma que Graziano da Silva (1991), Dreifuss (1989) também apresenta a FAAB como resultado de um processo de articulação dos setores mais modernizados da agricultura. No entanto, embora os dois autores apresentem sensibilidades similares quanto à composição e caráter da Frente Ampla, Dreifuss (1989) não apresenta esta organização como um meio de “contenção da UDR”. Ao contrário, demarcando as diferenças entre as duas organizações, o autor situa a FAAB como uma entidade que se alinharia à ação da UDR nas várias “manobras” realizadas pelo empresariado rural ao longo do período da Nova República, com especial destaque para o capítulo da Reforma Agrária na Constituinte. Assim, ainda que Graziano da Silva (1991) também considere este aspecto, as ênfases apresentadas por cada autor na caracterização da relação da FAAB com a UDR, apresentam sutis, mas importantes diferenças.

Nos trabalhos sobre patronato rural de Bruno (2002) e de Mendonça (2010), as autoras dialogam com a interpretação de Graziano da Silva (1991) e Dreifuss (1989), apresentando percepções aproximadas sobre a Frente Ampla. Bruno (2002) destaca que em 1985, com a reação ao PNRA sendo comandada pela UDR, os setores politicamente mais moderados e identificados com a agricultura moderna perderam significativo espaço como referencia política. Neste sentido, a derrota de Paulinelli na sua primeira tentativa de se eleger presidente da CNA, além de simbolizar as dificuldades com a crise de representação do patronato rural e suas disputas internas, aparece como uma importante motivação para que o ex-ministro da agricultura de Geisel, em conjunto com

as demais lideranças da FAAB, se lançasse na iniciativa de construir uma plataforma política comum (BRUNO, 2002).

Mendonça (2010), por sua vez, apresenta uma importante noção para compreender o lugar da FAAB frente à crise de representação e à sua congênere protagonista, a UDR. Para a autora, a partir de 1985 abriu-se uma duplicidade de representação das classes dominantes agrárias, tendo as forças políticas organizadas na FAAB rivalizado com a UDR pela sua hegemonia. Na perspectiva da autora, ao representar os setores economicamente mais dinâmicos da agricultura, a FAAB constituiu-se em um espaço de reorganização das entidades tradicionais para atuar na Constituinte e se afirmar como contra-ponto ao “radicalismo” de Caiado (MENDONÇA, 2010).

Outro autor que refletiu sobre o papel da FAAB durante a Nova República foi Grynspan (2009). Pesquisando sobre o processo de afirmação do agronegócio e suas respectivas representações políticas, o autor cita a Frente Ampla como importante experiência que precedeu a organização e a fundação da Associação Brasileira de Agribusiness, funcionando como forma de aglutinar os diversos setores das cadeias agroindustriais. Portanto, Grynspan (2009) chama atenção para a articulação da FAAB como um marco para a consolidação da liderança política de uma geração de novos representantes do patronato rural, em particular de Roberto Rodrigues. Segundo o autor, um pouco mais adiante, no início dos anos 1990, estes representantes teriam se convertido nos principais expoentes do agronegócio nacional.

Finalmente, o diálogo com a monografia de conclusão de curso de Jordão (2002) sobre a “Agricultura na Assembléia Nacional Constituinte” foi fundamental. Orientado por Roberto Rodrigues na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Universidade Estadual Paulista – Campus de Jaboticabal-SP, o trabalho se propõe a “recuperar a memória sobre este importante momento da história da agricultura”, representando uma interpretação sobre a FAAB mais próxima da perspectiva de seu principal líder. Com este objetivo, a autora realizou e analisou entrevistas com os principais dirigentes da Frente Ampla, centrando sua análise na importância e no significado que esta iniciativa teve para a defesa dos interesses do “agronegócio” durante o período da Constituinte.

Na perspectiva da autora, a Frente Ampla, diante da polarização política que, segundo a maioria de seus membros, tomou conta da ANC, buscou se posicionar no centro do espectro político, tentando expressar uma postura moderada. Com isso, a

autora destaca a busca dos dirigentes da FAAB para que seus posicionamentos fossem situados no intermédio entre as reivindicações por reforma agrária da Contag e a reação mais agressiva da UDR em defesa da propriedade. Neste sentido, a Frente Ampla teria buscado, conforme a autora, atuar tanto junto ao governo federal, negociando as medidas adotadas pela política econômica, como na Constituinte, propondo uma lei agrícola e defendendo a inviolabilidade da propriedade das chamadas terras produtivas.

Além destas frentes de ação, Jordão (2002) ainda destaca importantes características e ações realizadas em nome da Frente Ampla, como: a sua relação íntima com o cooperativismo; a criação de uma “Frente Parlamentar da Agricultura”; a relação com o “Centrão”, gerando um alinhamento de posições em variadas matérias; e a importância da relação entre “os três presidentes” da OCB, CNA e SRB como fator determinante para o funcionamento da Frente Ampla.

Por isso, a autora busca chamar atenção para a FAAB como experiência central para a agricultura durante a Constituinte, sugerindo um legado para o desenvolvimento do agronegócio que logrou reunir de forma inédita uma pluralidade significativa de organizações associadas à produção agrícola. Nas palavras da autora “a Frente Ampla foi a semente da criação de um entidade que congregasse os diferentes elos das cadeias produtivas, hoje configurada na ABAG” (JORDÃO, 2002: 63).

Assim, no primeiro capítulo, prosseguindo com o diálogo com os estudos existentes, buscamos fazer um resgate do que foi o processo de modernização conservadora da agricultura e o significado da distensão política e crise econômica que caracterizou o fim da ditadura militar no Brasil ao longo da década de 1980. A partir das reflexões sobre o caráter conservador deste processo histórico, procuramos apontar como isto se refletiu em significativas transformações no campo de representação do patronato rural, gestando o terreno aonde a FAAB veio a ser formada no ano de 1986.

No segundo capítulo, nosso objetivo foi apresentar as principais motivações que levaram à formação da FAAB, analisar o caráter de sua composição política e os principais fundamentos de seu programa político e econômico para a Nova República, permitindo uma caracterização mais detalhada desta entidade. A partir daí esperamos dar destaque à caracterização da articulação política que a formação da Frente Ampla representou e ao conteúdo do “programa da agropecuária” apresentado por esta entidade para a transição política do processo Constituinte.

No capítulo três, nos dedicamos a reconstituir o processo de fundação da FAAB em meio à oposição generalizada dos setores patronais ao congelamento de preços do

Plano Cruzado. Em longa queda de braço pública com o governo ao longo de praticamente todo ano de 1986, os setores organizados na Frente Ampla, no princípio de 1987, em fevereiro, concomitante à instalação dos trabalhos da Constituinte, se lançou na construção de uma manifestação massiva em Brasília que, além de clamar pela defesa da propriedade da terra, buscava subir o grau de pressão política por mudanças na política econômica e nos mecanismos de financiamento da agricultura.

Finalmente, no capítulo quatro, procuramos apresentar e refletir sobre a atuação da Frente Ampla no processo da Constituinte, indicando as principais iniciativas, pautas e estratégias políticas levadas a cabo durante os debates de interesse do patronato rural brasileiro. Portanto, além de procurar eleger e articular a Frente Parlamentar da Agricultura, as principais lideranças da FAAB participaram como expositores nas audiências públicas promovidas pela Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, apresentando sua unanimidade em relação à defesa absoluta da propriedade da terra e propondo a aprovação de uma lei agrícola que buscava favorecer a participação e autonomia de seus representantes para influir sobre os processos de formulação, definição e execução das políticas agrícolas.

CAPÍTULO I: MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA E TRANSIÇÃO POLÍTICA DA DITADURA MILITAR: AS TRANSFORMAÇÕES NA REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES DO PATRONATO RURAL

No presente capítulo buscaremos apresentar o quadro geral das mudanças verificadas no mundo rural durante a ditadura militar a partir da modernização agrícola e a consequente mudança de perfil político e econômico das classes dominantes agrárias ocorridas durante o “lento e gradual” processo de desmonte do aparelho repressivo dos governos militares de modo a garantir uma transição segura à cúpula do regime e aos principais interesses empresariais associados ao mesmo. Neste sentido, por meio do diálogo com a bibliografia que versa sobre estes processos, buscaremos trabalhar três pontos fundamentais para a compreensão do chão histórico em que a Frente Ampla foi gestada: A modernização conservadora da agricultura, a distensão política da ditadura militar e as transformações no campo de representação de interesses do patronato rural brasileiro. Estes três pontos nos permitirão, mais adiante, nos capítulos seguintes, refletir acerca da caracterização, atuação e significado da FAAB para a representação de interesses do patronato rural brasileiro em meio à conjuntura política e econômica da Nova República.

Assim, no primeiro subitem buscaremos caracterizar de maneira geral o processo de modernização conservadora da agricultura durante a ditadura civil-militar, seus impactos sociais e produtivos, bem como seus reflexos na organização política das classes sociais no meio rural brasileiro. O processo político que permitiu e incentivou a formação dos Complexos Agroindustriais, contribuiu em grande medida para uma reorganização da representação dos interesses dominantes no campo, provocando sua ampliação e diversificação em relação aos formatos tradicionais. As consequentes transformações do campo de representação do patronato rural durante a abertura política que se seguiu, constituíram-se, portanto, como um fator determinante no processo de formação da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira no período de debates relativos à nova Constituição de 1988.

Em segundo lugar, buscaremos refletir acerca dos principais aspectos que caracterizam o processo de transição política que se desenvolveu, mais ou menos, entre as primeiras medidas de abertura democrática do governo Geisel (1974-1979) e a

inauguração do novo regime democrático-liberal representado pela Constituição de 1988. Através deste panorama do cenário nacional durante este período, esperamos apresentar as difíceis condições econômicas para a produção agrícola durante a década de 1980 e o comportamento dos interesses dominantes da sociedade brasileira buscando sempre realizar recomposições políticas que não alterem fundamentalmente suas posições de poder.

Finalmente, no terceiro subitem, ao nos debruçarmos mais sobre as transformações internas do campo de representação do patronato rural brasileiro, buscaremos apresentar e localizar politicamente as suas principais organizações de interesses, considerando a trajetória histórica das mais tradicionais e apontando para o surgimento de uma ampla gama de novas organizações. A partir do entendimento que estes setores passaram por uma crise de representação entre suas estruturas formais e legais na segunda metade dos anos 1980, será possível perceber o lugar da FAAB como resposta política de determinados setores a esta situação.

1.1. A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA DURANTE A DITADURA MILITAR:

O golpe de 1964, além de inaugurar uma longa ditadura no Brasil, também foi determinante para as transformações mais recentes do mundo rural. Aprovado meses após a instalação do primeiro governo militar, o Estatuto da Terra foi apresentado como uma das primeiras medidas da ditadura, estabelecendo um marco legal para a regulamentação da estrutura fundiária do país, dos instrumentos de política agrícola e da política de colonização das fronteiras, questão extremamente sensível às preocupações militares. Fruto de um acalorado debate, com forte oposição dos setores patronais, a nova legislação agrária carregou em si contradições que refletiam não só os debates acerca das vias de desenvolvimento do capitalismo nacional, mas também as lutas camponesas que ganharam corpo nas duas décadas anteriores. Segundo Bruno:

O Estatuto, por exemplo, definiu latifúndio com base na improdutividade e na dimensão, é certo, mas desencarnou no conceito os atributos outorgados pelo movimento camponês: o latifúndio como expressão da violência e da sujeição. A lei estabeleceu a propriedade familiar como base da reforma agrária, é verdade, mas delegou à grande empresa rural a função condutora da modernização e único exemplo eficaz de uso racional da terra. Os ideólogos do anteprojeto lutaram acirradamente e garantiram que a reforma agrária fosse vinculada à propriedade fundiária, porém caracterizaram latifúndio e

empresa rural como noções que atendem a regras comuns e se interpenetram continuamente (BRUNO, 1997: 152).

Assim, incorporando as pressões então existentes por Reforma Agrária, a ditadura militar, ao mesmo tempo em que aprovou uma lei que previa a desapropriação por interesse social a partir do reconhecimento e exigência do cumprimento da função social da terra, também aprovou as bases para o desenvolvimento do que classificou como empresa rural, incentivando uma modernização agrícola baseada em uma agricultura de grande escala com altos níveis de mecanização e capitalização, implicando em um forte vetor de concentração da propriedade da terra, o que inviabilizou na prática maiores intentos reformistas baseados no Estatuto da Terra. A criação da categoria de “empresa rural” favoreceu um modelo em que a grande produção agrícola predomina. Além disso, dentro de um contexto autoritário onde a cultura burocrática garantia diversas brechas aos interesses do latifúndio, a fraude foi prática permanente para que imóveis passíveis de desapropriação fossem classificados como “empresa rural” (BRUNO, 1997).

Deste modo, a modernização levada a cabo pela ditadura militar, prescindiu da reforma fundiária. Contrariando algumas expectativas, a modernização da agricultura se desenvolveu de forma excludente, reforçando a concentração de terras e expulsando as populações do campo para as áreas de fronteira agrícola ou para as periferias dos grandes centros urbanos, onde eram postas sob o jugo da grilagem de terras e do trabalho e moradia precários. Segundo Palmeira e Leite (1998):

Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, "efeitos perversos": a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo, agravaram-se as condições ambientais. Por isso, os autores gostam de usar a expressão "modernização conservadora". (PALMEIRA E LEITE, 1998: 10)

Neste sentido, o processo de modernização agrícola é entendido por alguns autores como um processo de caráter marcadamente conservador, apresentando efeitos socioambientais perversos e atuando como um forte vetor de concentração de renda e de terras. Apesar dos dolorosos efeitos sociais do processo de modernização, tecnicamente a grande agricultura altamente capitalizada se beneficiou com importantes avanços no campo da produção e comercialização de seus produtos (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

Gozando de fartos incentivos estatais, amplo financiamento, avanços técnicos e de produtividade notáveis, a nova cara da agricultura brasileira emergia sob o signo dos CAI's, Complexos Agroindustriais, última etapa das transformações na base técnica em direção à agricultura moderna através de uma associação íntima entre o capital financeiro e a agricultura. Segundo Delgado (1985) os CAI's se constituíram no final da década de 1960 a partir de um processo de intensificação da industrialização no campo, verificada a partir da implantação de um setor de bens de produção para a agricultura. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de cadeias industriais de produtos de origem agropecuária dirigidos tanto para o mercado nacional, como para a demanda exterior também foi significativo.

Dessa maneira, este último autor chama a atenção para a integração econômica que se estabelece nos chamados CAI's entre a agricultura e os setores produtivos da indústria a jusante e a montante, identificando o surgimento e crescimento de novos segmentos produtivos associados à atividade agrícola. Com isso, o autor considera que a “reprodução ampliada do capital no setor agrícola torna-se crescentemente integrada em termos de relações inter-industriais para trás e para frente” (DELGADO, 1985: 41), impulsionando as transformações na base técnica da agricultura e no seu processo produtivo como um todo a partir da articulação com a produção de insumos (fertilizantes, defensivos, corretivos de solo, rações e concentrados) e de bens de capital (tratores, implementos diversos, colheitadeiras, equipamento para irrigação, etc.). Considerando o aprofundamento da interdependência nas relações entre os diferentes componentes do Complexo Agroindustrial nacional, o autor faz importantes apontamentos para as conseqüentes mudanças no leque de interesses relacionados à agricultura, ampliando o processo de integração para a esfera política e social da modernização agrícola.

O surgimento e consolidação do Complexo Agroindustrial articula novos interesses sociais comprometidos com o processo de modernização. Conforma-se um novo bloco de interesses rurais em que sobressaem a participação do grande capital industrial, do Estado e dos grandes e médios proprietários rurais. A soldagem desse pacto modernizador é feita pela política econômica, com a primazia do aparato financeiro do Estado. (...) Esse novo bloco de interesses rurais, submetido à aguda crise financeira a partir do final dos anos 1970, evolui para novas e ainda mal definidas alianças, em que pese o grande capital industrial, o Estado e a propriedade territorial estarão presentes, numa articulação de interesses que marcaria uma forma mais avançada de integração de capitais a nível intersetorial (DELGADO, 1985: 42).

Como Delgado assinala de forma sintética, a modernização da agricultura que se desenvolveu ao longo dos anos 1970 produziu um novo bloco de grandes interesses econômicos no meio rural, refletindo a soldagem de um pacto entre a grande e média propriedade e determinados capitais industriais (a jusante e a montante) que se formaram e cresceram a partir das novas demandas da moderna produção agrícola. Além de produzir uma reorganização política na esfera da representação de interesses, com o surgimento de novas associações representando os novos setores das cadeias produtivas, com o desenrolar do processo de transição política e a chegada da crise da dívida nos anos 1980, impondo limites ao modelo de financiamento estatal com crédito subsidiado, o bloco de interesses ligados aos complexos agroindustriais se viu obrigado a se reestruturar (DELGADO, 1985).

Portanto, considerando as “mal definidas alianças” na articulação dos interesses relacionados com a modernização da agricultura a que o autor se refere, no segundo capítulo, poderemos observar como se efetivaram essas articulações entre os diferentes setores econômicos da agroindústria na esfera da representação de interesses, compreendendo como que esta foi uma iniciativa que acabou por refletir no nível político as transformações econômicas decorrentes da modernização conservadora da agricultura.

A consolidação do modelo de empresa rural do Estatuto da Terra na forma dos Complexos Agroindustriais deu força à tese da obsolescência total ou parcial da reforma agrária¹ como estratégia de desenvolvimento, armando um importante discurso para minimizar a questão social que representava a concentração fundiária e reafirmando o caráter conservador da modernização agrícola. Esta argumentação se baseia na interpretação de que a grande empresa rural é suficiente para o desenvolvimento econômico atendendo não só a produção de divisas para o país como também o abastecimento dos setores urbanos, não levando em conta o passivo social do deslocamento das populações camponesas das áreas rurais para as áreas urbanas, bem como outros impactos de ordem sócio-ambiental (PALMEIRA E LEITE, 1998).

Além disso, para Palmeira e Leite (1998), a participação ativa do Estado no processo de modernização mudou sua relação com as classes sociais no mundo rural. Com um Estado forte, centralizado e mais presente na política local, romperam-se, em alguma medida, os laços de dominação tradicionais, em que o oligarquismo e as

¹ Palmeira e Leite (1998) sistematizam um amplo debate sobre a aplicabilidade de uma reforma distributivista nas condições da atual agricultura moderna.

relações de dominação pessoal predominavam. Com um Estado mais presente e ativo, as relações Estado-camponeses-proprietários mudaram consideravelmente. A respeito desta nova situação no campo, os autores apontam que:

O que é novo é uma presença que não passa mais, necessariamente, pela mediação dos chefes locais, diminuindo-lhes o poder, através do esvaziamento de suas funções ou pelo reconhecimento ou criação de novos mediadores. Não que os mediadores percam necessariamente o controle sob suas clientelas, mas esse controle passa a ser mediatizado pelo controle que terão que exercer sobre determinados postos na máquina do Estado - um Estado mais do que nunca centralizado - tornando-se mais complexo o seu trabalho de dominação. A patronagem exercida pelos grandes proprietários, já abalada pela saída em massa dos trabalhadores de dentro das fazendas, deixa de ser um mecanismo exclusivo de articulação dos camponeses com o Estado e com a sociedade. Abre-se a possibilidade de padrões alternativos e de padrões alternativos, ao mesmo tempo *que se amplia o espaço para organizações estranhas ao sistema tradicional de dominação* (PALMEIRA E LEITE, 1998: 15)

Assim, estes autores ressaltam as mudanças decorrentes da modernização da agricultura nas relações de poder no meio rural. Com um Estado centralizado, os tradicionais mediadores locais perderam espaço para uma presença mais ostensiva das instituições estatais. Este elemento igualmente demandou uma renovação e reordenação das formas e dos agentes da dominação política, influenciando o campo da representação de interesses e conferindo uma maior centralidade da relação com o Estado para as suas organizações. Neste ambiente, gestou-se a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, reunindo uma ampla gama de interesses intersetoriais que são geridos segundo “novos padrões” e se relacionam com o Estado sob a orientação de uma racionalidade empresarial, de caráter (predominante) mais formal e legal, que busca se apresentar como “novos padrões”.

Apesar dos novos padrões e padrões gestados pela modernização agrícola, o seu caráter conservador reside justamente no fato de que o processo de valorização do modelo da empresa rural possibilitado pelo Estatuto da Terra é fortemente viabilizado e incentivado pela farta oferta de crédito estatal subsidiado, à custa de elevados índices de concentração fundiária e escasso incentivo à pequena produção de base familiar. Este modelo de desenvolvimento prescindiu e ignorou os dispositivos de reforma agrária previstos pela mesma legislação, fortalecendo apenas a grande propriedade fundiária e sua via de modernização da agricultura de larga escala, altamente capitalizada e mecanizada. Além disso, o fato de emergirem novos “padrões” nas relações entre o Estado e as classes rurais a partir da modernização, não eliminou o uso de práticas ilegais e violentas identificadas com o modo de dominação tradicional, como a

emergência da União Democrática Ruralista (UDR) e das Associações de Defesa da Propriedade da terra mostraram naquele mesmo momento. Do mesmo modo, também não eliminou completamente o poder dos mediadores locais, sendo estes fundamentais para a execução local dos grandes interesses empresariais.

Dessa maneira, segundo Martins (2011), o Brasil logrou uma inversão do modelo clássico de desenvolvimento capitalista e modernização da agricultura, estabelecendo uma aliança entre o capital e a propriedade da terra, que demarca não só o caráter histórico dos processos de transição e transformação social das elites, como também o caráter híbrido da sua nova versão agroindustrial nascida da modernização da agricultura, onde convivem “traços modernos” com “mentalidades atrasadas”.

Ao contrário do que ocorre no modelo clássico da relação entre terra e capital, em que a terra (e a renda territorial, isto é, o preço da terra) é reconhecida como entrave à circulação e reprodução do capital, *no modelo brasileiro, o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais*. O empresário pagava pela terra, mesmo quando se tratava de terra sem documentação lícita e, portanto, produto de grilagem, isto é, de formas ilícitas de aquisição. Em compensação, recebia gratuitamente, sob a forma de incentivo fiscal, o capital de que necessitava para tornar a terra produtiva. *O modelo brasileiro inverteu o modelo clássico. Nesse sentido, reforçou politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando, consequentemente, o sistema oligárquico nela apoiado, modernizando-o*. Com a diferença, porém, de que a injeção de dinheiro no sistema de propriedade modernizou parcialmente o mundo do latifúndio, sem eliminá-lo, como se viu, finalmente, nos últimos anos, após o término do regime militar, em 1985, com o aparecimento de uma nova elite oligárquica, com traços exteriores muito modernos e de mentalidade politicamente atrasada (MARTINS, 2011: 122).

Esta associação entre a renda da terra e o capital assinalada pelo autor, não só inverteu os modelos clássicos onde, para industrializar-se, os países buscaram superar a questão da terra como um entrave ao desenvolvimento econômico, mas, principalmente, reforçou o sistema oligárquico de poder historicamente vigente, conservando elementos políticos e sociais “atrasados”, recompondo-os junto aos processos de modernização econômica. Dessa maneira, é possível notar, como esta aliança econômica particular se refletiu politicamente na organização de interesses do patronato rural brasileiro, nos levando novamente à reflexão acerca das transformações no campo de representação que se desenvolveram a partir da modernização da agricultura nos anos 1970.

Assim, Martins parece sintetizar o significado das profundas transformações políticas, econômicas e sociais derivadas do que ficou conhecido como modernização conservadora da agricultura e que se verificou ao longo da ditadura militar. Este processo selou um destino de altos índices de concentração da propriedade fundiária,

conflitos por terra, graves indicadores sociais no campo e deslocamento de expressivos contingentes populacionais de áreas rurais para áreas urbanas ou regiões de fronteira agrícola. Além disso, aprofundou os laços entre as elites proprietárias de terra e demais setores das classes dominantes nacionais e internacionais, alterando seu perfil social e se refletindo num processo de intensas transformações no campo de representação do patronato rural em consonância com a intensa conjuntura de transição política e econômica dos últimos anos de ditadura militar.

1.2. O PROCESSO DE DISTENÇÃO POLÍTICA E A TRANSIÇÃO DOS ANOS 1980 NO BRASIL:

Em meados dos anos 1970, em plena ditadura militar, após uma fase de forte repressão política com eliminação e expulsão dos principais opositores políticos do regime, inaugurada pela decretação do Ato Institucional nº5 em dezembro de 1968, iniciou-se um período de gradual diminuição do braço repressivo do Estado. Com a chegada de Ernesto Geisel ao poder em março de 1974, se inaugura o longo período que ficou conhecido como “distensão política” (ou descompressão política), e que ficou marcado especialmente por seu caráter lento, gradual e seguro para as principais classes dominantes e forças dirigentes do país. Configurando-se como uma prolongada transição política, este processo é acompanhado por significativas mudanças na posição do Brasil frente ao mercado internacional, na capacidade de financiamento do modelo econômico da ditadura, além das importantes transformações na base produtiva da agricultura, gestando os principais fundamentos da crise econômica e social vivida ao longo dos anos 1980. É sob esta conjuntura transitória que a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira se formou e atuou.

Neste sentido, existe uma considerável aproximação entre as análises críticas na literatura que versam sobre este prolongado processo de transição vivido pela sociedade brasileira, que resultou no gradual desmonte do regime político autoritário dos militares, rumo a uma abertura a diversos segmentos da sociedade civil no sentido de se constituir um regime de orientação predominantemente democrático-liberal, que veio a ser inaugurado pela promulgação da Constituição de 1988 e a realização de eleições diretas para a presidência da república no ano seguinte. Além de considerar a característica

transitória do período, chamando atenção inclusive para as transformações econômicas e da base produtiva nacional, a bibliografia sobre este período confere importante centralidade para as concertações políticas realizadas pelo alto e nos bastidores como forma de operar das classes dominantes e da burocracia militar, marcando o ritmo de mudanças na sociedade.

Ao refletir sobre o processo de modernização capitalista na sua forma dependente e os respectivos processos políticos que poderiam vir a ser considerados como revolução burguesa no Brasil, Florestan Fernandes parece pautar de alguma maneira as análises realizadas sobre o significado da ditadura militar e a transição política subsequente que ficou conhecida como Nova República. Este autor aponta para um processo de reposicionamento e recomposição global das classes dominantes frente à nova realidade política, econômica e social do final dos anos 1970 e da década seguinte, considerando o que avaliou ser uma “marcha a ré da burguesia” numa espécie de interrupção do que denominou como contra-revolução preventiva de 1964. Escrevendo em 1985, enquanto o governo civil da Nova República assumia a presidência (ainda sob tutela militar) o autor considerava que:

A ditadura foi um meio de impedir que a revolução nacional e democrática interferisse ‘negativamente’ (de uma *perspectiva burguesa*, ou seja, univocamente nacional e imperialista) na eclosão do capitalismo monopolista; manter o máximo de ditadura possível, quando esta poderia ser reduzida a pó de traque é, por sua vez, uma forma de “segurar” a revolução nacional e democrática montante, de garantir ritmos lentos, graduais e seguros de *transição política* (um sonho dourado dos militares no poder que os políticos garantiram à perfeição) (FERNANDES, 1985:10).

Assim como Fernandes (1985) reconhece no golpe de 1964 uma saída das elites nacionais associadas ao capital imperialista para frear as reformas democráticas e nacionalistas, o autor chama a atenção para o fato de que o processo de transição política da Nova República, em grande medida, é parte de um movimento dos mesmos setores que sustentaram a ascensão dos militares ao poder. Visando segurar a maré montante dos movimentos democratizantes e nacionalistas, a ditadura militar dirigiu através de sua cúpula e em diálogo com o empresariado a sua retirada do poder, delimitando suas possibilidades de avanço segundo seu caráter intrinsecamente conservador. Dessa maneira, o autor prossegue afirmando que:

Uma ditadura em crise que logra determinar o que vem depois, assegurando a seus pares e a seus aliados uma *transição* e conferindo-lhe um teor especificamente *político*, é uma ditadura semi-gloriosa, que amarga uma derrota com sabor de vitória. Se as coisas são assim, algo existe que deve ser desvendado. Os militares sozinhos não poderiam decretar a contra-revolução e dar um golpe de Estado de êxito retumbante. De novo, os militares não

poderiam dar marcha a ré sozinhos e, ao mesmo tempo, deixar todo o terreno minado. O mudancismo dócil não é uma esfinge. Ele declara ostensivamente que a contra-revolução foi interrompida no tope e para o proveito dos de cima. O que sublinha que militares e civis dos estratos dominantes das classes altas não romperam as composições que conduziram, primeiro, à ditadura, e, em seguida, a uma mortífera transição conservadora (FERNANDES, 1985:10).

Assim, além de ampliar o arco de forças que sustentou a ditadura militar para os setores civis dominantes, Fernandes (1985) ressalta fundamentalmente o caráter de contra-revolução interrompida da Nova República que, através de seu mudancismo “lento, gradual e seguro” logrou reposicionar seus principais representantes para que estes permanecessem no poder. Neste sentido, nos interessa aqui o fato de que as transformações ocorridas no campo de representação de interesses das classes dominantes no Brasil foram diretamente impactadas e condicionadas por este processo, respondendo em alguma medida às demandas conjunturais para a viabilização de uma transição política que não fugisse ao seu controle.

Na mesma trilha de Florestan (1985), Dreifuss (1989) chama atenção para determinadas características do comportamento histórico dos setores dominantes e dirigentes da sociedade, em que frequentemente se observa um esforço de realinhamento de posturas, para a conservação de suas posições de poder e dominação frente a períodos de intensas e significativas transformações sociais. Dessa maneira, este autor considera que:

A marca registrada das transformações do período republicano brasileiro – seja em sua fase velha, moderna, recente, ou prematuramente envelhecida – é a da transição social e política morosa e arrastada, imediata e preservadora de conteúdo. Trata-se de um constante *realinhamento político conservador*, apoiado no *transformismo institucional* e escorado na *intervenção corretiva*, geralmente administrativa (burocrático-partidária), policialesca ou *manipulativa* da opinião pública e, muitas vezes, por via militar. Poderíamos dizer que o realinhamento político conservador é da própria essência das elites dominantes brasileiras e tem sido marca registrada de suas práticas e do processo político por elas encaminhado ao longo deste século. A recente transição do regime autoritário empresarial-militar para a presente *situação pluralista* não fugiu à regra: transcorreu como mais um processo de realinhamento conservador entre os setores dominantes do país, ‘gestado’ e ‘conchavado’ no interior da Sociedade Política dominante (DREIFUSS, 1989: 9).

Desta maneira, os dois autores chamam a atenção para a força de determinadas permanências que, na opinião de Fernandes, caracterizam o modelo histórico de desenvolvimento do capitalismo nacional. Este modo de operar das classes dominantes, buscando o que Dreifuss (1989) qualifica como “mudanças morosas” e “preservadoras de conteúdo”, nos leva àquilo que Martins (2011) logo em seguida classificaria como o

“poder do atraso”, em que, na perspectiva deste autor, os desbloqueios econômicos foram levados a cabo pelas classes dominantes, prescindindo da realização dos desbloqueios no âmbito político e social, produzindo um desenvolvimento capitalista portador de profundas contradições a partir da conservação de práticas e relações sociais pretéritas à sociedade contemporânea. Fazendo da convivência do atraso e do moderno um elemento estruturante do capitalismo brasileiro, Martins (2011) busca sintetizar o jogo contraditório de posições tomadas pelas elites do país nos momentos mais decisivos para o desenvolvimento da história republicana brasileira.

As grandes reformas sociais, como a abolição da escravidão, foram propostas por representantes do pensamento liberal, mas postas em prática pelos conservadores; ou como a proclamação da República, proposta pelos radicais da época e consumada, contra eles, pelos militares, na verdade herdeiros da tendência centralizadora, profundamente presente nas contradições do Estado brasileiro, e oriundo do absolutismo monárquico, em cuja crise esse Estado foi gerado (MARTINS, 2011: 115).

Identificando esta recorrente inversão de papéis entre forças modernizadoras e forças conservadoras e fazendo a devida diferenciação entre as dimensões social, política e econômica do desenvolvimento nacional, Martins (2011) coloca em relevância um modo de operar do Estado e daqueles que detém o seu controle que passa por fora da esfera pública e legal, privilegiando o terreno das manobras e negociações privadas para garantir que seus interesses sejam privilegiados independentemente do marco legal e Constitucional vigente no país.

Esse jogo político, envolvendo tendências opostas, responde pelo modo contido como as reformas sociais e políticas são concretizadas no Brasil. Além do que, seus executores são, quase sempre, seus inimigos, representantes dos interesses supostamente contrariados. O que talvez explique porque decisões políticas fundamentais ganhem forma legal até sem grande dificuldade, mas emperrem justamente na aplicação, esvaziadas pela conduta conspirativa de uma burocracia pública (...) A questão, portanto, não é a de aprovar leis avançadas, mas assegurar que elas não serão executadas, ou não serão executadas contra os interesses dos que as aprovaram. Entre a lei e a sua aplicação há um amplo terreno de manobras e negociações que tornam tão peculiar o republicanismo brasileiro (MARTINS, 2011: 115).

Neste sentido, através das permanências do passado na forma dos bloqueios sociais e políticos da sociedade brasileira, podemos observar novamente o frequente componente conservador das mudanças de regime político e econômicas vividas no Brasil Contemporâneo convergindo com os demais autores e servindo de importante suporte para pensar o comportamento das classes dominantes agrárias no final da ditadura, após a consolidação da aliança entre o capital e a propriedade da terra.

Trabalhando na mesma chave crítica que os demais, Ruy Mauro Marini, a partir de um olhar mais internacional, coloca em destaque o modo com que a transição das ditaduras militares da América Latina para um modelo de democracia liberal, esteve diretamente relacionada com a doutrina norte-americana de contra-insurgência para o continente. A política externa dos EUA defendia, portanto, que, após derrotar as tendências insurgentes na América Latina e conquistar uma base social sólida para seus regimes aliados, deveria ser encaminhado o processo de reinstitucionalização da democracia liberal, fazendo a chamada marcha a ré do Estado de exceção a que Fernandes se refere, interrompendo a institucionalidade autoritária. Esta estratégia, também utilizada pelas ditaduras militares da Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, ficou conhecida como processo de *distensão* ou *descompressão* política.

A construção de uma nova institucionalidade se inicia, de fato, ao assumir o governo o quarto presidente do regime militar. General Ernesto Geisel (1974-1979), cabendo-lhe formular uma proposta de “abertura lenta, gradual e segura”. As condições em que isto vai ser tentado, marcadas pela crise internacional desencadeada pelo primeiro choque do petróleo, levarão a que a abertura se acompanhe de mudanças substanciais na política econômica e de um grande esforço para dar ao Brasil uma maior projeção internacional. Na perspectiva da redemocratização, o governo Geisel se empenhará em colocar um freio no poderoso e praticamente autônomo aparelho repressivo policial-militar, sem debilitar dentro do Bloco no poder a linha dura das Forças Armadas (MARINI, 1991: 12).

Tendo os últimos grupos de resistência armada sido derrotados no aniquilamento da guerrilha do Araguaia em 1973, coube ao governo Geisel a partir de 1974 encaminhar os primeiros passos da transição política que seriam mediatizados tanto pelos rumos econômicos, quanto pela movimentação e reorganização das diferentes forças sociais a partir daí. Assim, além de conferir uma perspectiva mais internacional deste processo, Marini assinala os principais elementos e eventos que marcaram a transição política no final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980.

Percorrendo três diferentes governos, o processo de reinstitucionalização de uma ordem democrática e liberal configura o contexto histórico onde as principais forças políticas componentes do campo de representação do patronato rural se moveram, refletindo a ampliação e reorganização da sociedade civil, variante decisiva para a transição. É fruto deste cenário e na busca de sua superação que a Frente Ampla emergiu como proposta a partir da ascensão do último governo deste período, como poderemos desenvolver nos capítulos seguintes. Na condição de primeiro presidente civil a assumir o executivo após longos vinte e um anos de governos militares, a auto-proclamada Nova República de Sarney, um velho representante da ditadura, se

configurou como última etapa de um lento, gradual e seguro processo de abertura política, onde se definiram não somente a nova Carta Constitucional, com a culminação em eleições diretas para a presidência da república, mas um intenso processo de reorganização das forças políticas dominantes, em particular no então chamado setor agropecuário.

Na outra ponta deste processo, o governo Geisel, representando uma linha militar mais moderada, buscou restabelecer o jogo parlamentar sob tutela das forças armadas, com o Conselho de Segurança Nacional funcionando como uma espécie de quarto poder. Como principais medidas adotadas para viabilizar este processo temos, em primeiro lugar, já no princípio de seu governo em 1974, uma política de maior controle sobre os aparelhos de repressão política, diminuindo sua estrutura. Em 1977, considera-se que houve outro episódio de enfraquecimento da linha dura da ditadura militar com a demissão do então Ministro do Exército Gal. Sylvio Frota, notória liderança dos aparelhos de repressão. Para além destes acenos, a revogação do AI-5 em 1978 e a subsequente Anistia ampla geral e irrestrita de 1979, criaram, de forma gradual, as condições de um parlamento ligeiramente mais atuante e permeável às pressões da sociedade civil. Este aspecto pode ser observado através do crescimento eleitoral da oposição institucional (MDB) frente ao partido do governo (ARENA). Do mesmo modo, as brechas e condições para o retorno de mobilizações populares que lentamente se abriam na sociedade, possibilitavam um terreno fértil para a emergência de novas lutas e atores sociais (MARINI, 1991).

No campo da economia, apesar dos claros sinais de esgotamento do modelo do milagre brasileiro, vigente desde o final da década de 1960, Geisel ainda logrou se refinar aplicando uma política que chamou de II Plano Nacional de Desenvolvimento. O presente plano buscava rolar a dívida para os governos seguintes e driblar as dificuldades internacionais abertas pelo primeiro choque do petróleo em 1973. Assim, à custa do exponencial aumento da dívida externa nos anos 1980 e a exemplo das demais ditaduras do Cone Sul, a política de Geisel não alterou os fundamentos do modelo econômico, legando esta questão para as administrações posteriores (MARINI, 1991).

Ainda em 1979, e designado por Geisel, assumiu o governo João Batista Figueiredo, último dos presidentes militares. Foi em seu governo que o aprofundamento das dificuldades econômicas dos anos 1980 tiveram lugar, apresentando taxas médias de crescimento muitíssimo inferiores às das décadas anteriores, acompanhada de um

aumento exponencial dos gastos com a dívida, levando a uma espiral crescente de inflação combinada com estagnação, quando não, recessão econômica. Neste quadro, coube a Figueiredo executar, no comando da presidência, as medidas que restavam para o pleno restabelecimento do jogo democrático-parlamentar e a transição para um governo civil (MARINI, 1991).

Assim, como principal tarefa política neste processo, em 1980 foi realizada uma reforma política que extinguiu o bipartidarismo e restabelecia as eleições diretas para os estados e o pluripartidarismo, permitindo a emergência de novas agremiações. Neste sentido, as eleições estaduais de 1982 foram um importante termômetro de esgotamento das bases sociais do regime, fazendo a transição de governo se precipitar em um movimento de massas por eleições diretas para o executivo federal dois anos mais tarde. Com a vitória incontestada do PMDB (grande partido da oposição institucional ao governo) acompanhada de partidos de esquerda como PT e PDT em alguns estados-chave, o primeiro passou a ser definitivamente o pólo reaglutinador das forças conservadoras que transitavam do “partido da ditadura” para o “partido da democracia” (MARINI, 1991).

Este processo pode ser observado nitidamente na derrota do movimento das Diretas Já em 1984, quando a emenda que restabelecia eleições diretas para presidência da república imediatamente não foi aprovada, com o recuo de significativos setores do PMDB, que construíram um grande acordo para viabilizar a eleição, por via indireta, da chapa Tancredo Neves/José Sarney. Este episódio sacramentou a Aliança Democrática como coalizão conservadora escolhida sob tutela militar para consumir a transição para um governo civil, e prolongou o processo de reinstitucionalização democrática por mais um governo, que ficou conhecido como Nova República.

Ao articular na Aliança Democrática uma ampla gama de forças políticas, Tancredo Neves logrou constituir um campo majoritário que não só seria a base de sustentação para esta última etapa do processo de retorno a uma institucionalidade democrática e liberal, mas também definiria o que posteriormente seria a principal coalizão política da Constituinte, o auto-proclamado “centrão”. Assim, o governo montado por Tancredo refletiu com considerável clareza o caráter político conservador conferido pelas interpretações mais críticas ao processo de transição política, conduzido, a partir daquele momento, por um governo que, apesar de civil, fora eleito indiretamente ainda sob a tutela militar do Conselho de Segurança Nacional e que reunia setores

políticos diversos, quando não antagônicos, como dissidentes do velho regime e representantes de sua oposição institucional.

Apesar do hábil e delicado trabalho realizado na concertação política da Aliança Democrática, este processo foi diretamente atingido pelo repentino adoecimento do próprio Tancredo Neves às vésperas de assumir a presidência, terminando com seu falecimento no dia 21 de Abril de 1985, dia em que estava marcada a sua posse. Frente à repentina morte do presidente eleito pelo Congresso, terminou por assumir o governo da Nova República o seu vice, José Sarney, ex-partidário da ARENA e muito próximo aos círculos da cúpula militar. Apesar de não ser a solução prevista pela legislação, a posse de Sarney foi a solução política encontrada para dar continuidade à concertação da Aliança Democrática como forma de levar a cabo a última etapa da transição. Assim, Maciel afirma que frente às incertezas abertas pela enfermidade de Tancredo:

Sarney tomou posse em seu lugar, como se nele se transformasse, empossando os ministros e dando início a um novo mandato presidencial (...) Na verdade, a posse de Sarney foi a solução política para uma articulação sujeita a um imprevisto importante, porém, insuficiente para desfazer a coalizão conservadora que lhe deu sustentação. Mesmo sem a presença do seu *condottieri*, que ainda se imaginava que seria temporária, a coalizão autocrática seguiu em frente, apesar da contraditoriedade saudosa dos que saíam e da incredulidade dos que tinham que aceitar mais uma concessão aos beneficiários da ditadura que acabava, vendo o governo do maior partido da oposição ser chefiado pelo ex-presidente do partido do governo militar (MACIEL, 2012: 76).

Sarney se viu, portanto, na difícil situação de assumir um governo que reunia uma enorme carga de expectativas derivadas da forte pressão de diversos setores sociais que se encontravam mobilizados em torno da transição política e da agudização da crise econômica que se verificou a partir de 1985. Neste ano, como reflexo da permanente recessão, combinando-se com alta inflação e crescentes serviços da dívida externa, as pressões sobre a política econômica se elevaram, tornando este um dos principais desafios e temas do governo da Nova República. Um segundo elemento que ganharia forte centralidade no ano de 1985, seriam os debates em torno da questão agrária e do lançamento da proposta de um Plano Nacional de Reforma Agrária no mês seguinte à posse de Sarney, em maio.

A tragédia da morte de Tancredo, embora pudesse reduzir o horizonte de expectativas com a Reforma Agrária, visto que José Sarney era representante do que havia de mais próximo ao velho regime, forçou o vice, alçado à condição de presidente, a se comprometer com o programa de seu antecessor para se legitimar no cargo. Na estratégia de garantir uma ampla coalizão através da Aliança Democrática, o então

presidente eleito, Tancredo Neves, havia sinalizado aos setores da esquerda que compunham o que chamava de pacto social, como a Contag, o PCB e o PC do B, através de um compromisso com uma agenda econômica e social voltada para os setores populares urbanos e rurais que então se encontravam em mobilização.

Considerando a questão agrária como um problema central desta pauta, Sarney, ao assumir no lugar de seu titular, se viu na obrigação de, pelo menos momentaneamente, se comprometer com a reivindicação dos setores reformistas. Assim, o imediato compromisso de Sarney com a Reforma Agrária o forçou a rapidamente montar um ministério extraordinário para a questão. Criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), os principais nomes para a equipe que conduziria o processo foram Nelson Ribeiro, paraense com importante interlocução com a CPT, para o comando da pasta, e José Gomes da Silva para o INCRA, reconhecidamente uma das maiores autoridades no assunto do país, ex-membro da equipe que formulou o Estatuto da Terra e proprietário, fato que, se esperava, poderia simbolicamente aliviar suas relações com o patronato rural.

A intensa interlocução da equipe com os movimentos de luta por Reforma Agrária, notadamente a CPT e a Contag, garantiram uma importante participação destes setores na formulação da proposta. O lançamento do plano com a presença de Sarney no IV Congresso da Contag representou em alguma medida o grau de espaço que foi concedido para a formulação de um efetivo projeto de reforma agrária. Assim, o I PNRA, ainda que não apresentasse nenhuma grande inovação ou modificação no estatuto da propriedade privada, de forma simples e eficaz, recuperava os dispositivos de desapropriação para fins de reforma agrária do estatuto da terra e os relacionava com metas objetivas. O impacto de seu lançamento foi significativo, tanto para trabalhadores rurais como para proprietários de terra, acirrando a mobilização nos dois lados e revelando uma profunda crise de representação nos dois campos, o que foi determinante para a ação política das classes do mundo rural. Apesar da expressiva mobilização dos setores reformistas, as classes patronais conseguiram inviabilizar o PNRA, impondo uma série de alterações à proposta apresentada pelo governo que na prática enterrava qualquer possibilidade de execução de uma reforma significativa.

A segunda questão central enfrentada por Sarney no ano seguinte a sua inesperada ascensão à presidência foi a formulação e implementação de um plano econômico que respondesse ao agravamento da recessão que persistia desde 1981 e da consequente inflação, que a esta altura estava em aumento exponencial. Frente a este

quadro agudo para a economia brasileira, o governo Sarney, através de sua equipe econômica, anunciou em Fevereiro de 1986 o Plano Cruzado, conjugando uma reforma monetária com o congelamento dos preços. Apesar de haver alcançado bons resultados com redução drástica dos níveis de inflação do ano anterior (no mês de abril chegou a verificar-se deflação) e recuperação da atividade econômica, com a elevação da demanda, o país começou a sofrer já em meados do ano com desabastecimento, registrando novos aumentos nas taxas de inflação.

Na avaliação de Marini (1991), esta política do governo, ao ser capitaneada pelo Ministro Funaro, representante da indústria paulista, buscava restabelecer, via PMDB, o “controle do movimento de massas e devolver iniciativa à burguesia industrial” (MARINI, 1991: 16). Atingindo estes objetivos, estes segmentos lograram permitir uma sobrevida ao governo Sarney, reposicionando-o como principal força política competitiva para a realização das eleições Constituintes convocadas para outubro de 1986 e realizando um novo realinhamento conservador por meio da recomposição de sua base parlamentar com o afastamento de setores progressistas do governo, por diversas razões, dentre elas, a desfiguração do PNRA apresentado pelo MIRAD/INCRA e que havia contado com o apoio de setores da Igreja, da Contag, e do PCB.

O breve período de estabilidade e crescimento proporcionado pelo Plano Cruzado garantiu a Sarney, portanto, a incontestável vitória do PMDB nas eleições Constituintes, a custo de uma nova depressão econômica que se instalou logo em seguida com o desmonte do Plano Cruzado pelo próprio governo e a moratória de fevereiro de 1987 dando um calote no pagamento da dívida externa ao Fundo Monetário Internacional. A partir desse momento, o retorno da conjugação entre espiral inflacionária e recessão econômica marcou os anos seguintes do processo de transição tendo o ano de 1989 registrado a maior inflação da década, fazendo a crise adentrar os anos 1990.

No plano político, ainda no ano de 1985, Sarney, buscando cumprir a agenda de transição anunciada por Tancredo, confirmou a convocação de eleições parlamentares para uma nova legislatura, que ficaria encarregada de formular e aprovar uma nova Constituição. Embora sob pressão de expressivos segmentos da sociedade civil que clamavam por uma Constituinte exclusiva, o governo, em mais uma de suas manobras, convocou eleições regulares conferindo ao Congresso Nacional o acúmulo de suas atribuições regulares e dos debates constitucionais. Além de significar uma derrota para os setores populares, a rejeição da proposta de uma Constituinte exclusiva garantiu a

participação dos últimos Senadores biônicos nomeados pelo regime militar em 1982, o que, com mandatos vigentes de oito anos no Senado Federal, permitiu a presença dos mesmos nos debates sobre a Constituição de 1988, sendo um fato ilustrativo de um dos mecanismos de tutela militar nesta etapa da transição política.

Apesar da expressiva vitória do governo, que surfou na onda de sucesso momentâneo do Plano Cruzado, o texto final foi produto de intensos enfrentamentos e transações. Os setores localizados mais a esquerda da Constituinte atuaram ativamente tomando a frente no debate e logrando influir em maior ou menor medida nas questões mais polêmicas, dadas algumas dificuldades de coesão por parte da ampla coalizão governista. Em razão destas vacilações, para além da tutela militar, as classes dominantes se mobilizaram fortemente apoiando a eleição de candidatos alinhados a seus interesses particulares em 1986 e pressionando politicamente ao longo de 1987 e 1988. Estas movimentações precipitaram a formação do “Centrão”, configurando-se em mais uma etapa da concertação política conservadora representada pelo governo da Nova República e seu processo Constituinte.

Como resultado, Marini (1991) avalia que a nova Constituição se define, em linhas gerais, por seu caráter liberal, democrático e nacionalista. Além de estabelecer instituições e garantias democráticas, preservava bens naturais sob o controle nacional e os princípios básicos de uma economia de mercado. Neste sentido, no balanço da Constituinte, ainda que com avanços em aspectos como direitos humanos e mecanismos de participação popular, o tema da questão agrária, como veremos melhor mais adiante, terminou entre os pontos de retrocesso em relação à legislação anterior, fragilizando os dispositivos de desapropriação de terras e reafirmando a inviolabilidade absoluta da propriedade privada.

Após a promulgação da Constituição em outubro de 1988, como último ato para selar o destino do novo regime político, foram realizadas as eleições diretas para a presidência da república, finalmente marcadas para o ano seguinte. Apesar de ter apresentado uma grande pulverização política do campo conservador ao mesmo tempo em que os setores populares gestados ao longo dos quatorze anos de distensão de transição política da ditadura militar se canalizaram, especialmente no segundo turno, na primeira candidatura de Lula a presidência, os setores dominantes terminaram por conseguir eleger Collor presidente. Uma vez eleito, Collor, mesmo vendo seu governo abreviado por um Impeachment em 1992, iniciou o chamado processo de abertura

econômica que consolidaria em definitivo a entrada do Brasil na agenda internacional do neoliberalismo.

1.3 A CRISE DE REPRESENTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE DO PATRONATO RURAL:

No ano de 1985, o nível do conflito social na sociedade brasileira se intensificou, seja através da crise econômica, que já se arrastava desde o início da década, seja através das lutas por direitos sociais, em que os movimentos dos trabalhadores rurais lograram conquistar reconhecido protagonismo, canalizando suas diversas reivindicações na bandeira síntese da Reforma Agrária. Este processo, expressando profundas transformações no tecido social e político brasileiro, pode ser entendido como uma crise de representação que atingiu os mais diferentes setores da sociedade civil e expressou não só os realinhamentos de força produzidos pela transição política em curso, mas também o alargamento de interesses que buscavam se organizar e influir na arena de disputas da sociedade política. Frente a esta realidade, as organizações e lideranças do patronato rural foram exemplares no sentido de ter produzido intensas disputas e renovações de quadros dirigentes com a emergência de novos atores sendo verificadas na mesma medida em que tradicionais lideranças buscavam se reposicionar em um cenário particularmente especial para os interesses associados à questão agrária brasileira. Neste sentido a FAAB, reunindo significativos setores agroindustriais nacionais, é fruto deste processo de recomposição, verificado de forma particular no campo de representação do patronato rural, mas decorrente de um fenômeno geral.

Sendo assim, o prolongamento da crise econômica combinada com o fim da política de subsídios ao crédito agrícola a partir do governo da Aliança Democrática colocou um horizonte de dificuldades para o financiamento da grande produção agroindustrial, criando um ambiente de grandes insatisfações nas bases sociais das tradicionais representações do setor rural. Agravando esta situação, o aparente comprometimento do programa de Tancredo com setores da esquerda também agiu de forma a intensificar a crise interna do patronato rural ao implicar na formulação de um plano de reforma agrária como resposta às fortes pressões sociais no campo fortalecidas pela onda de ocupações de terras e o surgimento de novos atores políticos no campo de representação dos trabalhadores rurais.

A crise de representação política da sociedade brasileira verificada durante a Nova República, como expressão da transição política e do consequente desmonte da institucionalidade política autoritária, demonstrava um processo de diversificação e alargamento do leque de interesses organizados na sociedade civil. Neste sentido, na interpretação de Dreifuss, neste período, certos quadros dirigentes do empresariado buscaram formas alternativas de seguir influenciando nas pautas e decisões do governo, além de garantir seus interesses no Congresso Nacional Constituinte. Tais iniciativas buscaram atuar para além das organizações tradicionais, a fim de superar a situação de “inadequação de suas estruturas representativas” frente à nova conjuntura gestada no processo de abertura política, configurando o que o autor chama de pivôs político-ideológicos para formular, estruturar e dirigir a ação política classista durante a transição.

neste contexto, a intenção de alguns empresários com maior visão política era a de criar órgãos fora dos formatos tradicionais de associação patronal, isto é: não só envolvidas com análise, consultoria e lobby, mas também com o planejamento e a coordenação da ação política classista. (DREIFUSS, 1989: 49)

Dessa maneira, este autor busca demonstrar e apontar as principais iniciativas do empresariado nacional no sentido de constituir ferramentas políticas e um programa para defender seus interesses, permitindo-lhe a acomodação de suas posições, ao mesmo tempo em que buscava-se manter sob controle as crescentes mobilizações e reivindicações populares animadas pelo espaço aberto a estes setores para a realização da luta política e agravadas pelas difíceis condições econômicas do momento.

Neste sentido, é possível perceber um processo de renovação e disputa interna também no campo das organizações de interesse da classe trabalhadora a partir do surgimento de novos atores, movimentos e formas de ação coletiva. Ao longo dos anos 1970, o movimento sindical passa por um processo de reorganização que culminou na primeira metade da década de 1980 no surgimento de novas organizações e lideranças nacionais dos trabalhadores. Tendo como centro de irradiação a região do ABC paulista, foram surgindo movimentos alternativos às direções do sindicalismo tradicional, cooptadas pela legislação sindical e vigiadas pelos aparelhos de repressão. Assim, com a distensão política iniciada no governo Geisel, estes setores, compostos por uma nova geração de sindicalistas autodenominados “autênticos” e alguns grupos de orientação marxista que buscavam engrossar o caldo das oposições às burocracias sindicais estabelecidas, ficaram conhecidos como “novo sindicalismo” (MATOS, 2009).

Impulsionados pelo acirramento da crise econômica, estes setores acabaram por protagonizar o retorno de um intenso ciclo de greves inaugurado em 1978, gestando sua principal liderança, o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luis Inácio Lula da Silva. Além da defesa de reajuste salarial, o “novo sindicalismo” clamava por uma nova estrutura sindical, questionando a representação única. O crescimento das oposições sindicais em outros setores (bancários e serviços públicos) ampliou a diversidade de interesses e formas de organização, com sindicatos e greves sendo realizados de diferentes maneiras, como as paralisações por empresas que passaram a ser organizadas junto com as já tradicionais paralisações por categoria. Além disso, também verificaram-se inovações no método das greves. Portanto, ao longo da década de 1980, o movimento sindical, através da criação de novas organizações políticas com a fundação do PT em 1980 e da CUT em 1983, protagonizou o maior movimento de greves da história do país, apresentando uma exponencial que teve o seu ponto mais alto no ano de 1989, chegando à marca de 3.943 greves em todo o território nacional (MATOS, 2009).

No campo, os trabalhadores rurais também passaram por intensos processos de mobilização, produzindo da mesma maneira uma diversificação das pautas e formas de luta como reação ao esgotamento político e econômico da ditadura militar. Assim, intensificaram-se os conflitos no campo aumentando a pressão social pelo direito à terra, aos direitos sociais e pelo reconhecimento de populações tradicionais. A este respeito, Medeiros (2003) aponta para o surgimento de lutas relacionadas aos sem terra, aos atingidos por barragens, dos trabalhadores rurais assalariados, grupos indígenas, seringueiros, pequenos produtores que se intensificaram a partir do final dos anos 1970 e durante a década seguinte se ampliando por todo o país. Este processo para além de retratar uma realidade plural no meio rural, produziu também uma crítica aos repertórios tradicionais de ação coletiva dos trabalhadores, gerando uma demanda por uma reorganização e renovação política no campo de representação dos setores subalternos do campo. Segundo a autora:

Nesse processo foi sendo constituída uma crítica às formas de ação e organização até então utilizadas pelas entidades sindicais. No interior do sindicalismo essas práticas também eram questionadas pelas nascentes *oposições* sindicais. As críticas no geral voltavam-se contra o que chamavam de “acomodamento” das direções sindicais, sua permanência nos cargos por longos períodos, a falta de democratização das decisões, o pouco investimento na mobilização de trabalhadores (MEDEIROS, 2003).

Deste modo, apesar do sindicalismo da Contag ter crescido ao longo deste período mediando importantes lutas através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, sua direção consolidada na presidência de José Francisco da Silva por mais de duas décadas passou a ser fortemente questionada, sendo obrigada a concorrer com estes novos atores e novas formas de luta. Neste sentido, a Comissão Pastoral da Terra cumpriu papel estratégico articulando e subsidiando o conjunto destas resistências, sendo base fundamental para a impulsão dos movimentos de ocupação de terras que rapidamente lograram ocupar o centro da cena política nacional (MEDEIROS, 2003). Em paralelo às greves do ABC, em 1978 também se inaugurava um longo período de ascensão das ocupações de terra como principal ferramenta de luta, especialmente nos estados do sul, onde as novas gerações de camponeses lutavam para permanecer na terra sem precisar emigrar para os grandes centros urbanos ou áreas de fronteira (MATOS, 2009).

Ainda que guardassem suas especificidades, o conjunto das organizações e mobilizações surgidas no contexto da transição política da ditadura militar para uma institucionalidade democrática acabou por recuperar a questão da propriedade como ponto central de articulação e identidade entre os diferentes segmentos subalternos do campo no Brasil. Neste sentido, constituindo-se numa espécie de bandeira síntese das diversas organizações do campo de representação dos trabalhadores rurais, a Reforma Agrária foi recolocada na pauta quando os trabalhadores rurais lograram incluí-la no programa da Aliança Democrática de Tancredo Neves, se organizando na Campanha Nacional da Reforma Agrária. A capacidade de pressão política exercida por estas lutas, em especial pelas ocupações do MST, foi determinante para o debate político sobre a questão agrária durante toda a Nova República, tensionando tanto o governo Sarney como o processo constituinte e o comportamento das organizações de interesse do patronato rural neste mesmo período (MEDEIROS, 2003).

Dessa maneira, o processo de reorganização e renovação no campo de representação do patronato rural foi pautado pelas novas possibilidades que se abriam com o processo de transição política e, em grande medida, pelos debates sobre a reforma agrária, atuando de forma reativa às ocupações de terra e à formulação do PNRA pela Aliança Democrática. Do mesmo modo que a modernização da agricultura acirrou as contradições sociais no campo, fazendo surgir esta gama de atores e lutas em defesa dos trabalhadores rurais, o padrão técnico e produtivo consolidado nos anos 1970 diversificou os interesses econômicos na agricultura. Como consequência direta deste processo, é possível observar em alguns trabalhos as noções de crise de representação e

renovação política para definir um processo de reorganização do patronato rural derivado das diferenciações criadas pelo avanço da agricultura moderna.

Partindo das análises de Graziano da Silva (1991) sobre as organizações profissionais na produção agrícola brasileira, podemos constatar que as transformações decorrentes do processo de modernização da agricultura e da intensa conjuntura política e econômica do país, abriram o que se considera uma crise de representação entre a estrutura formal/legal e a representação real. A este respeito, o autor faz as seguintes considerações:

Al comenzar la transición democrática en 1985, la estructura reconocida oficialmente para la representación de los intereses agrarios en Brasil – encanada en el organismo corporativo CNA (Confederação Nacional da Agricultura) – no reflejaba la diversidad asociativa existente, siendo un simple ámbito de representación formal. Paralelamente, la representación real de los estratos más modernizados de la agricultura brasileña se venía realizando a través de las federaciones de cooperativas y de las asociaciones especializadas por productos, que, desde mediados de los años 50, habían sido favorecidas y potenciadas por las políticas de modernización, especialmente las de créditos bonificados (GRAZIANO DA SILVA, 1991: 2).

Graziano da Silva (1991) define, portanto, dois processos importantes que ilustram as limitações das direções políticas estabelecidas para representar a nova realidade política e econômica dos diferentes setores produtivos da agricultura moderna nacional. De um lado, a CNA e sua direção, que assim como na Contag, permanecia sob a presidência de Flavio Brito há mais de vinte anos, não era mais capaz de representar a totalidade das bases sociais do patronato rural, tendo se tornado apenas a instituição de representação formal, mas com poucas afinidades com as forças políticas que vinham exercendo a representação real. De outro lado, refletindo as cadeias dos complexos agroindustriais, está o associativismo das cooperativas, das organizações por produto e multi-produto e dos setores a jusante e a montante da produção agrícola que passaram a defender seus respectivos interesses de forma setorializada, especialmente a partir da intensificação da modernização agrícola. A esta realidade de fragmentação da representação patronal rural, o autor atribui, entre outros fatores, o histórico da política agrária brasileira em que sempre se privilegiou uma ação setorializada por cada produto em detrimento de um programa mais global para os diferentes ramos produtivos. Este aspecto sempre afastou relativamente os setores mais modernizados da representação da Confederação Nacional da Agricultura.

A dualidade de representação entre a organização formal/legal e o associativismo setorial e cooperativista satisfaz minimamente as demandas e interesses

do conjunto do patronato rural durante os anos 1970, especialmente no que toca às políticas agrícolas de financiamento. No entanto, no momento em que a pauta nacional – que em meados dos anos 1980 estava diretamente influenciada pela transição política – incorporou o debate da reforma agrária respondendo às crescentes pressões sociais por uma política fundiária que democratizasse o acesso a terra, a necessidade de um espaço de articulação nacional que unificasse os diferentes setores políticos e econômicos do patronato rural produziu uma significativa reorganização do campo de representação das classes dominantes agrárias brasileiras, proporcionando o surgimento de novas lideranças e o realinhamento das representações historicamente reconhecidas. Foi neste sentido que, com o lançamento da proposta do I PNRA da Nova República, abriu-se um intenso período de disputas internas que, a despeito da unanimidade em torno da defesa e sacralidade da propriedade da terra, se refletiram em iniciativas políticas, por vezes, antagônicas. Para Graziano da Silva (1991) os interesses do patronato rural, ainda que estivessem juntos na oposição ao PNRA, não conseguiram atuar com unidade, optando por estratégias políticas distintas, em que a FAAB e a UDR aparecem como maiores expoentes dentre as mais novas siglas.

Los intereses de la patronal agraria no se articularon de forma unitaria, optando por diversas alternativas, dada la diversidad económica e ideológica existente en su seno. Por un lado, el sector más tradicional de los propietarios terratenientes, al que se unió el de aquellos grupos de agricultores que habían sido – o estaban siendo – marginados de las transformaciones impuestas por la modernización acelerada de la agricultura, superponía la defensa de la propiedad y de la libre iniciativa a las reivindicaciones estrictamente profesionales, articulándose en torno a la UDR (Unión Democrática Ruralista). Por otro lado, los grupos más modernizados optaron por articular sus intereses generales a través del llamado Frente Amplio Agropecuario, plataforma que englobaba, y continúa englobando, a diversas organizaciones de tipo profesional, algunas de ellas, no obstante de antigua raigambre en la agricultura brasileña (GRAZIANO DA SILVA, 1991: 3).

Face à crise de liderança da direção política da CNA em relação ao aprofundamento da crise econômica – sentida na agricultura pelo esgotamento do crédito agrícola subsidiado e pela instabilidade dos preços no mercado – e à ameaça da reforma agrária, Graziano identifica duas linhas de ação política distintas, onde emergiram novas lideranças, que estavam baseadas em dois segmentos distintos da chamada agricultura nacional. Enquanto a Frente Ampla irradiava a partir de dirigentes e organizações mais associadas aos setores produtivos agroindustriais, a UDR partia de uma base de proprietários de terra e produtores rurais pertencentes às cadeias e produtos que ficaram à margem do processo de modernização.

A reação ao PNRA da Nova República foi um momento chave para a reorganização política do campo de representação do patronato rural brasileiro. Neste sentido, a conformação da FAAB, como consequência direta deste processo, se traduziu em uma tentativa de determinadas frações mais associadas aos complexos agroindustriais de hegemonizarem a representação política em nome de uma unidade do campo da “agropecuária” e da defesa de seus interesses frente ao movimento pela reforma agrária, à crise econômica da década de 1980 e ao processo de transição política. No entanto, a necessidade de uma reação unitária se viu dificultada por uma multiplicação de associações e entidades de produtores e proprietários rurais Brasil adentro, embaralhando o jogo interno de posições (BRUNO, 2002).

Os setores historicamente reconhecidos como representantes das classes dominantes agrárias brasileiras não foram capazes de responder à incapacidade de direção política da estrutura legal da representação da CNA que, por seu caráter oficial concentrava importantes prerrogativas no âmbito da participação em conselhos de formulação e execução de políticas públicas (GRAZIANO DA SILVA, 1991).

A Sociedade Rural Brasileira (SRB), apesar do seu peso como representante da cafeicultura paulista por excelência, com sua posição mais associada aos complexos agroindustriais e dado seu histórico regionalista, teve dificuldades de canalizar os anseios de outros setores produtivos de estados do nordeste e da fronteira agrícola. Por sua vez, a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), sediada no Rio de Janeiro, apesar de seu reconhecido papel histórico como primeira entidade de representação do patronato rural do Brasil, tinha menos capacidade ainda de aglutinar politicamente, limitando-se a um papel de caráter mais acadêmico. De outro lado a jovem Organização das Cooperativas Brasileira (OCB), apesar do dinamismo apresentado pelo cooperativismo empresarial e de sua estrutura nacional, ainda não reunia por si só as condições para responder por uma direção unificada na complexa conjuntura política do ano de 1985, quando foi lançado o PNRA (MENDONÇA, 2006; 2010).

Foi neste vácuo político, sob um clima de radicalização proporcionado pelo aumento das tensões no campo, que uma miríade de novas organizações surgiram, reafirmando o seu rechaço à reforma agrária através da defesa da propriedade privada da terra e atualizando o uso da violência como prática de classe ao ter como centro de sua organização o combate às ocupações de terra e a autodefesa dos proprietários. Sobre esta reação, Bruno aponta que:

Nesse momento, quem desponta nas páginas dos jornais não são mais os porta-vozes das tradicionais entidades de representação da classe e sim os presidentes das associações de defesa da propriedade dos estados onde o MST estava se constituindo, juntamente com os conflitos de terra. São eles que assumem a iniciativa política estabelecendo os termos do debate e impondo um outro perfil de ação. E o discurso da competitividade e da “racionalidade produtivista” gradativamente perde espaço para a defesa do uso da violência como a única medida eficaz na proteção da propriedade da terra. É quando a violência passa a fazer parte do cerne do jogo político e se transforma em emblema de reação dos proprietários (BRUNO, 2002: 294).

É neste caldeirão político que a União Democrática Ruralista foi fundada, poucas semanas após o lançamento da proposta do PNRA pelo próprio presidente Sarney durante o 4º Congresso Nacional da Contag, em maio de 1985. A partir deste momento, a UDR logrou não só se constituir como organização nacional, mas também ganhar o protagonismo da ação política patronal rural, com grande destaque na imprensa. Além disso, seu surgimento nos setores pecuaristas de Goiás e Nordeste sob a liderança carismática de Ronaldo Caiado com sistemas de produção menos modernizados, e o posterior crescimento junto a setores mais avançados na produção agrícola, principalmente em São Paulo, legitimou suas novas formas de ação. Dessa maneira, a ação política da UDR e demais associações de defesa da propriedade esteve baseada em um discurso mais agressivo de auto-defesa dos grandes proprietários contra as ocupações de terra (BRUNO, 1997; 2002; 2009).

Estes fatos, além de demonstrarem o recurso à violência, especialmente em momentos considerados críticos, também chamam atenção para a unidade entre os setores mais tradicionais e modernos do patronato rural quando o tema é a propriedade da terra, dado o avanço da entidade de Caiado em regiões com uma agricultura tecnicamente mais modernizada e integrada às cadeias agroindustriais, como é o caso de alguns estados das regiões Sul e Sudeste do país. Além disso, a UDR, exibindo um forte dinamismo associativista, foi promotora de marchas, manifestações, eventos, debates, encontros, shows e leilões como parte de construção de sua base social, se organizando também em torno de eixos temáticos como as experiências da UDR-mulher e UDR-jovem, o que lhe rendeu mecanismos eficazes para se consolidar como referência política para uma base que chegou a alcançar inclusive pequenos produtores e proprietários de terra, convencidos da ameaça da Reforma Agrária sobre si. Ainda assim, por sua postura mais agressiva, teve dificuldades de conseguir a adesão das lideranças e associações de representação mais diretamente ligadas à moderna agroindústria, assim como o reconhecimento público do governo como principal

interlocutora das classes dominantes agrárias brasileiras, abrindo um espaço de disputa entre o emergente movimento liderado por Caiado e os setores que vieram a compor a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira um ano mais tarde.

Neste cenário em que a estrutura de representação oficial da CNA e as entidades civis historicamente organizadas do patronato rural tiveram dificuldades para responder aos interesses de classe, as direções políticas que ascendiam, seja pela oposição sindical encabeçada por Alysson Paulinelli na CNA, seja pelas novas lideranças que então assumiam o comando da SRB (Flavio Teles de Menezes), da OCB (Roberto Rodrigues), e da FAEMG (Antonio Ernesto de Salvo)², buscaram se articular para construir um pólo de direção política do patronato rural que, ao mesmo tempo que funcionaria como um contraponto ao que era entendido como um radicalismo por parte da liderança de Ronaldo Caiado, buscava consolidar novos representantes mais alinhados aos complexos agroindustriais, onde despontaria uma nova geração política na disputa pela hegemonia do campo de representação de interesses do patronato rural.

Sobre a emergência desta nova geração política, Grynzpan (2009) reconstitui as redes internacionais que refletem trajetórias e carreiras que foram determinantes na difusão mundial do chamado “agribusiness” e a afirmação do “agronegócio” como modelo de desenvolvimento agrário no Brasil. Neste sentido, o autor recupera as origens do termo em universidades americanas, em especial através das pesquisas em economia agrícola de Ray Goldberg e John Davis, em Harvard, em meados do século XX. Para estes economistas o “agribusiness” seria “uma cadeia de elos interdependentes, que ia da produção de insumos e do financiamento, passando pelas fazendas, até o transporte dos produtos, sua armazenagem, processamento e distribuição”. Neste sentido, a pauta do “agribusiness” demandava um conjunto de políticas públicas específica para contemplar a miríade de interesses envolvidos nas cadeias produtivas e representantes políticos e acadêmicos para formular e defender a sua própria agenda (GRYNZPAN, 2012: 126).

Circulando de maneira restrita no Brasil até os anos 1990, a ideia de “agribusiness”, articulando todos os interesses envolvidos nas cadeias produtivas

²É importante notar que estas lideranças chegaram à presidência de suas respectivas entidades em meio ao processo em que a FAAB se organizou. Tanto Rodrigues, como Menezes e Salvo foram eleitos em 1985, representando uma nova geração de dirigentes. Se situando no mesmo campo político desses três líderes, Alysson Paulinelli, embora representante de uma geração política anterior, sendo ex-ministro do governo Geisel (1974-1979), se apresentou como candidato de renovação à direção constituída da CNA, disputando sua presidência no mesmo ano, mas sendo empossado apenas em 1987, quando a justiça concedeu realização de novo pleito, impugnando o anterior por fraude da direção majoritária da entidade.

agroindustriais, chega através de um aluno brasileiro dos seminários oferecidos por Goldberg e Davis, Ney Bitencourt de Araújo. Reconhecido por Rodrigues como o “dínamo do agronegócio”, Bitencourt é tido como o principal difusor no Brasil do conceito de “agribusiness” como referencial de modernização da agricultura. Compondo a FAAB no final dos anos 1980 como representante da Associação Brasileira de Produtores de Milho (Abramilho), Bitencourt organizou publicações e estudos sobre o assunto dentro do contexto nacional. Logo em seguida, se tornou primeiro presidente da Associação Brasileira de Agribusiness, em 1993 (GRYNZPAN, 2008; 2012).

Íntimo de Bitencourt, Rodrigues herdou seu legado político e acadêmico, permanecendo como principal referência do agribusiness no país. Dessa maneira, a partir destas conexões, este autor também destaca o papel de Rodrigues como principal liderança política e representante do pensamento difundido por Bitencourt. Segundo Grynspan (2008), com uma trajetória ligada ao cooperativismo e aos interesses da produção de Cana na região de Ribeirão Preto-SP, Rodrigues se confirmou como dirigente nacional ao assumir a presidência da OCB e ao liderar, a partir daí, a articulação da Frente Ampla da (ainda) *Agropecuária*.

É justamente na virada da transição política de que a FAAB fez parte, que o termo *agribusiness* se consolidou, ocupando o lugar da identidade da *agropecuária* adotada pela Frente Ampla em 1986. Neste sentido, no próximo capítulo, veremos como se constituiu esta experiência política como plataforma de transição da “agropecuária brasileira” dentro do contexto da Nova República, transmutando-se ao final deste período em “agronegócio” e organizando-se na forma da representação política da Associação Brasileira de Agribusiness.

CAPÍTULO II: A FORMAÇÃO DA FAAB – UMA PLATAFORMA DE TRANSIÇÃO DA “AGROPECUÁRIA” BRASILEIRA

A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) se constituiu num dos principais pólos de aglutinação de forças das classes dominantes agrárias no Brasil durante o período da Nova República. Os efeitos da modernização agrícola, criando uma profunda diferenciação nas cadeias produtivas, a pressão social por reforma agrária, culminando no anúncio de um plano nacional pelo governo federal, a crise de representação, que se explicitava na medida em que o patronato rural se percebia fragilizado frente ao movimento de ocupações de terra, a disputa de lideranças, frente à emergência de uma nova geração política neste processo e ao surgimento e crescimento da UDR, revelando as cisões e diferenças de perfil entre os dois pólos políticos, aparecem na avaliação do conjunto de estudos existentes como elementos decisivos no processo de constituição e organização da FAAB.

A partir destas consequências do processo de transição política na representação de interesses do patronato rural brasileiro, buscaremos neste capítulo apresentar e analisar o processo de formação e construção da Frente Ampla como ferramenta de representação transitória dos mais significativos segmentos das classes dominantes agrárias do país. Com base nos documentos de fundação, na análise das entrevistas com suas lideranças e na repercussão de sua constituição na grande imprensa, procuramos refletir sobre o significado de sua composição e articulação política como reflexo da reorganização das elites nacionais em face da conjuntura político-econômica da Nova República. Além disso, analisando a sua carta de princípios, também será possível apresentar as orientações ideológicas e programáticas predominantes na iniciativa da FAAB, constituindo o que naquele momento era chamado por eles de programa da “Agropecuária”, abrigando o arco de diferentes interesses que esta iniciativa acabou reunindo sob o seu “guarda chuva”.

Dessa maneira, a respeito de seu processo de formação e organização, Roberto Rodrigues defende que a Frente Ampla possuiria “duas origens simultâneas e superpostas”. Em primeiro lugar, o ex-presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) aponta para a crise da representação institucional da Confederação

Nacional da Agricultura (CNA) e a perda de legitimidade da então direção majoritária da entidade. Por outro lado, Rodrigues também aponta as próprias dificuldades internas do conjunto de forças políticas da agricultura e a intencionalidade de conformar uma plataforma de unidade para o processo de transição política que estava em curso no Brasil. Deste modo, o então secretário geral da Frente Ampla, toca em dois pontos que efetivamente parecem ser centrais na compreensão das razões e do caráter da articulação de um determinado setor político que buscava representar de forma hegemônica o campo do que então foi chamado de “agropecuária brasileira”: a crise da representação formal do patronato rural e a necessidade de uma articulação para a realização da representação real em uma conjuntura política e econômica de intensas transformações no interior do campo de representação das classes dominantes agrárias brasileiras.

Sobre a crise da CNA, Rodrigues considera que a sua direção, na figura de Flavio de Britto, senador amazonense que ocupava a presidência da entidade desde 1967, estava paralisada por ter se tornado uma espécie de “repetidora dos interesses do governo” e que, portanto, já não estava mais à altura para representar os interesses da grande produção agropecuária. Frente a esta situação, a “classe rural” encontrava-se “irritada com a CNA” e, por esta razão, se lançou num esforço de conformar uma chapa de oposição. No entanto, as novas eleições vinham sendo postergadas através de manobras políticas e burocráticas conduzidas pela situação. Além disso, os setores de oposição denunciavam o que alegavam ser uma distorção do sistema federativo de eleições na CNA, que não refletia o peso econômico real dos estados. Por esta razão os estados do centro-sul do país, apresentando os maiores índices de produtividade agrícola, se encontravam insatisfeitos com a representação da CNA provocando uma “rebelião” nestas bases e engrossando as fileiras das oposições sindicais.

Assim, Rodrigues agrega em torno de si e da FAAB o que poderia ser interpretado como uma articulação de forças políticas no interior do patronato rural com centro geográfico nos estados do centro-sul do país, onde a agricultura tinha mais peso na economia nacional, e que tinha como base unitária certo descontentamento com a representação sindical da CNA. A Frente Ampla, segundo ele, nasce dessa insatisfação. Da mesma maneira, ao colocar a FAAB como representante de “80% da Agricultura”, Rodrigues se legitimava como liderança, atribuindo às suas organizações um peso econômico e, conseqüentemente político, considerável.

Falando sob uma perspectiva distinta de Roberto Rodrigues, que então acumulou as funções de presidente da OCB e secretário geral da Frente Ampla, Alysson Paulinelli,

por sua vez, como principal ator político da disputa institucional da CNA, avalia que havia uma disputa que era por interesses econômicos particularistas e não por uma divergência econômica de fundo, justificando sua candidatura de oposição como forma de reinserir produtores autênticos e independentes dos interesses de burocratas que, em sua visão, queriam se aproveitar das vantagens institucionais. Segundo Paulinelli:

Na minha eleição, eu acabei tendo que me candidatar por um chamado dos presidentes das federações de maior significado que perdiam sempre as eleições que existia ali – um confronto que não era ideológico, era econômico. O sujeito que estava lá praticamente comprava o voto do representante e ele já estava lá há 18 anos. E eu já tinha estado no ministério nessa época e vi o quão difícil foi a ausência de um grupo organizado do setor produtivo. Lá não existia um produtor sequer. Quem estava lá eram sujeitos que se aproveitavam. Se aproveitavam mesmo, com salário e outras benesses que eles utilizavam. Não tinham nenhum comprometimento com o setor.³

Deste modo, o ex-presidente da CNA afirma que havia uma disputa pelo controle do aparelho burocrático (e financeiro) da representação oficial da agricultura. Defendendo sua posição crítica à então direção de Flavio de Britto, Paulinelli acusa o grupo político adversário de zelar apenas por seus interesses econômicos particularistas, sem um real comprometimento com a representação de interesses coletivos do setor. Fazendo este debate, a oposição sindical buscava legitimar sua condição de autênticos produtores e não burocratas, logrando conquistar a direção da entidade a partir de 1987.

Flavio Teles de Menezes segue na mesma avaliação crítica sobre as limitações da representação sindical apontando para um “vício de origem: você depende do imposto sindical”. Assim, denunciando o condicionamento da linha política da CNA “à fonte de arrecadação”, o ex-presidente da rural brasileira avalia a subordinação da entidade à burocracia política do Estado, afirmando que “chega uma hora que você é um ramo do ministério”⁴.

Na esteira da crise de representação da CNA, apresenta-se a segunda motivação para a formação da FAAB. Na perspectiva de Rodrigues, derivada desta situação, emerge uma preocupação de promover uma articulação maior entre os diversos setores da agricultura, com a finalidade de que os mesmos pudessem estabelecer uma plataforma de atuação comum. Reconhecendo uma situação de crise e maior fragilidade política do patronato rural durante a Nova República, Rodrigues afirma que a Frente Ampla surgiu para responder a este processo não só se limitando à disputa da representação sindical, mas buscando constituir um espaço de representação real,

³ Entrevista Alysson Paulinelli, 2016.

⁴ Entrevista Flavio Teles de Menezes PNRA, 2008.

configurando-se como “um exército de articulação das cadeias produtivas da agropecuária brasileira”. Neste sentido, Rodrigues afirma que:

eu assumi a presidência da OCB em maio ou junho de 1985 e entrei nessa conversa, nessa discussão muito rapidamente. E iniciei um processo de convidar as entidades de classe para conversarmos sobre isso tudo. Dando origem finalmente a uma organização que tinha de ser necessariamente informal para que todos se sentissem igualmente tratados no processo e que... foi a frente ampla. Nós fizemos então uma interessante articulação.⁵

Para além da intencionalidade de funcionar como um novo pólo de articulação política das elites agrárias brasileiras, a importância e o destaque que Rodrigues confere à informalidade da Frente Ampla parece se destacar como elemento central para que seja possível compreender o seu significado. Apontando, portanto, para a necessidade de um espaço de articulação de caráter não institucional, dada a crise na estrutura formal de representação, o então presidente da OCB afirma que isto foi fundamental para que eles conseguissem estabelecer uma unidade consistente, dando uma ideia de igualdade nas atenções para todos os setores e interesses envolvidos na construção da FAAB. Com isso parece se explicitar o seu caráter como espaço transitório que visava responder a uma percepção de dificuldades com os canais de representação até então habituais em uma conjuntura política e econômica particular.

Considerando a Frente Ampla “uma coisa extraordinariamente importante para o Brasil”, Menezes também destaca como tarefa central a necessidade de formação de uma bancada parlamentar na Constituinte. Neste sentido, avalia positivamente o êxito da proposta de articulação política da FAAB nos esforços para a aprovação da garantia de que não seriam desapropriadas as chamadas “terras produtivas”. Segundo o representante da rural brasileira, a FAAB:

reunia todas as entidades, de forma orgânica, com reuniões permanentes, com todo mundo fechava em torno daquilo; acho que foi um exemplo de ação política - às claras, aberta, né? - que outras entidades não souberam fazer. A indústria não soube - eu acho - e fez de outras formas. Tanto que os bancos, com o dinheiro que têm e tudo, não conseguiram impedir a (...) aquela limitação das taxas de juros, né? Faziam lobby, iam lá, papapá e tal. E nós, num trabalho de formiguinha, no dia-a-dia, nós conseguimos passar que a propriedade produtiva não fosse desapropriada. Foi difícil! Foi uma luta insana.⁶

Apesar de reconhecer as dificuldades ao longo dos trabalhos parlamentares, portanto, Menezes afirma a importância do trabalho da FAAB na construção de um canal único de interlocução com a Constituinte como seu principal fundamento,

⁵ Entrevista com Roberto Rodrigues, 2016.

⁶ Entrevista Flavio Teles de Menezes PNRA, 2008.

diferenciando positivamente a experiência da “agropecuária” de determinados segmentos da economia, como a indústria e o capital financeiro. Além disso, ao contrário de Rodrigues, o representante da rural brasileira parece conferir mais ênfase ao debate da propriedade, reconhecendo na mobilização da constituinte a centralidade da Reforma Agrária.

Paulinelli, por sua vez, considera que havia uma polarização muito clara na Constituinte, produzindo um “clima antagônico”. Em suas palavras, “aquele pessoal que tinha lutado pela volta da democracia tinha uma certa ânsia de confronto. E eu me preocupei muito com isso.” Por esta razão, uma vez eleito presidente da CNA em 1987, o também deputado Constituinte mineiro, avalia que, mesmo com a reorganização da entidade, ainda foi necessária uma articulação mais ampla, buscando a construção de um pólo de formulação e aglutinação política para que fosse possível estabelecer uma linha de moderação, garantindo as conquistas que consideravam fundamentais em matéria agrária e agrícola.

a formação da Frente Ampla foi quase que uma consequência desse esforço que nós fizemos para munir os deputados que se manifestavam a favor do setor agrícola para que a gente criasse uma força ou de contra reação ou de propostas mais racionais. Foi muito bom porque eu notei que tanto o Roberto quanto o Flávio tinham essa tendência de serem pelo diálogo. E esse movimento da Frente Ampla começou a ser notado no congresso. Quando o Roberto Rodrigues propôs uma reunião, eu tratei de ajudá-lo muito, para trazer aqueles deputados que se identificavam com o setor rural.⁷

Deste modo, a FAAB encontrou seu impulso original na tentativa de se estabelecer um novo núcleo dirigente do patronato rural que fosse capaz de ocupar o vácuo político deixado pela incapacidade de representação da velha direção sindical, respondendo ao quadro de abertura política e crise econômica que pressionavam a produção agrícola e intensificavam as lutas por terra no país. Partindo como proposta inicial da OCB, a FAAB foi lançada no dia 17 de Junho de 1986, em Brasília.

Neste mesmo dia, a Folha de São Paulo registrava o evento com uma nota na seção “Painel Econômico”, destacando que a OCB afirmava não se tratar de uma iniciativa com objetivos políticos, apenas de reivindicar de forma unificada um plano safra para a agricultura. A nota ainda destaca que a UDR não foi convidada para participar, apontando que a OCB, como uma das várias entidades que a Frente Ampla estava reunindo, possuía uma proposta de reforma agrária específica, que passasse por

⁷ Entrevista Alysson Paulinelli, 2016.

dentro do movimento cooperativista⁸. No dia seguinte, foi a vez do Estadão repercutir em uma pequena seção de uma página do “Noticiário Geral” inteiramente dedicada a conflitos fundiários envolvendo os trabalhadores sem terra, Igreja, indígenas e a UDR. Nesta pequena seção, o jornal ressalta o encontro de Sarney com as principais lideranças da FAAB no mesmo dia e a ausência da UDR nos eventos:

Os principais líderes do empresariado rural comunicaram ontem ao presidente Sarney a criação de uma “frente ampla” com o objetivo de participar mais diretamente da definição de uma política agrícola, voltada para o processo produtivo e sem caráter ideológico. A comunicação foi feita durante audiência concedida por Sarney ao senador Alfredo Campos, líder do PMDB no Senado, que estava acompanhado pelos presidentes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Flávio Brito, da Sociedade Rural Brasileira, Flavio Teles de Menezes e da Organização das Cooperativas Brasileiras, Roberto Rodrigues. Flavio Teles excluiu a participação na frente da União Democrática Ruralista (UDR) e dos sindicatos de trabalhadores rurais, para “evitar confusões de ordem ideológica”.⁹

Apesar de Brito ainda presidir a CNA, a oposição de Paulinelli, como vimos, ao reunir as federações sindicais de maior peso político e econômico, era quem efetivamente compunha o núcleo dirigente da Frente Ampla. Como a disputa jurídica acerca do último pleito da CNA ainda estava em curso em junho de 1986, Sarney recepcionou os presidentes da OCB e da SRB em conjunto com o ainda presidente da CNA, Flavio de Britto. Ainda assim, a recepção de Sarney dessas lideranças no mesmo dia em que a FAAB era anunciada em evento público em Brasília, denota o apoio conferido pelo governo federal como iniciativa que então se apresentava como alternativa à incomoda atuação da UDR e demais associações de defesa da propriedade e como contraponto aos movimentos sociais do campo e organizações de apoio à Reforma Agrária.

Dessa maneira, a Frente Ampla logrou reunir em torno de si uma multiplicidade de organizações para dar respostas às insatisfações com a direção política institucional do patronato rural brasileiro, num esforço de estabelecer uma plataforma de unidade mínima entre os diferentes interesses econômicos associados à agricultura. Considerando tais elementos, é fundamental que analisemos com atenção os principais traços de sua composição política.

⁸ Folha de São Paulo, 17/06/1986, p. 24; Painel Econômico: Frente Ampla.

⁹ O Estado de São Paulo, 18/06/1986, p. 10; Frente dos Produtores.

2.1. A COMPOSIÇÃO DA FAAB: UM RETRATO DA INTEGRAÇÃO POLÍTICA DAS CADEIAS PRODUTIVAS DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA:

A respeito da composição da FAAB, assinam seu manifesto de fundação mais de quarenta entidades nos mais diferentes formatos institucionais, de caráter agrícola e não agrícola. Neste sentido, como podemos observar na tabela que segue abaixo, a Frente Ampla reuniu setores do sindicalismo rural, do cooperativismo empresarial, importantes e tradicionais sociedades rurais do país, associações por produto e multi-produto, representantes dos setores a jusante e a montante das cadeias agro-industriais, representações do setor financeiro e entidades de perfil acadêmico.

Sigla	Nome da organização
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
SRB	Sociedade Rural Brasileira
SNA	Sociedade Nacional da Agricultura
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
FARSUL	Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FAESC	Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina
FAEPR	Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FAESP	Federação da Agricultura do Estado de São Paulo
FAEMG	Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais
FAEGO	Federação da Agricultura do Estado de Goiás
OCE-RS	Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul
OCE-SC	Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
OCE-PR	Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
OCE-SP	Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo
OCE-MG	Organização das Cooperativas do Estado Minas Gerais
OCE-RJ	Organização das Cooperativas do Estado Rio de Janeiro
OCE-ES	Organização das Cooperativas do Estado Espírito Santo
OCE-GO	Organização das Cooperativas do Estado de Goiás
OCE-MS	Organização das Cooperativas do Estado do Mato Grosso do Sul
OCE-MT	Organização das Cooperativas do Estado do Mato Grosso
OCE-BA	Organização das Cooperativas do Estado da Bahia
OCE-AL	Organização das Cooperativas do Estado de Alagoas
OCE-PE	Organização das Cooperativas do Estado de Pernambuco
OCE-PB	Organização das Cooperativas do Estado da Paraíba
OCE-CE	Organização das Cooperativas do Estado Ceará

OCE-PI	Organização das Cooperativas do Estado do Piauí
OCE-MA	Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão
OCE-PA	Organização das Cooperativas do Estado do Pará
SMA	Sociedade Mineira da Agricultura
SRP	Sociedade Rural do Paraná
AEA	Associação dos Empresários da Amazônia
ABRAMILHO	Associação Brasileira dos Produtores de Milho
ORPLANA	Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil
ABIC	Associação Brasileira da Indústria do Café
ABCZ	Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
CNPC	Conselho Nacional da Pecuária de Corte
SNPC	Sindicato Nacional dos Pecuáristas de Gado de Corte
ACRISUL	Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul
ABIA	Associação Brasileira da Indústria de Alimentos
ABIMAQ	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ABIOVE	Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais
ABRASSEM	Associação Brasileira de Mudanças e Sementes
ANDA	Associação Nacional Para Difusão de Adubos
ANDEF	Associação Nacional de Defesa Vegetal
ANFAR	Associação Nacional dos Fabricantes de Ração
APROMAT	Associação dos Produtores de Sementes do Mato Grosso
FEBRABAN	Federação Brasileira dos Bancos
CEDES	Câmara de Estudos Econômicos e Sociais
FBEA	Federação Brasileira dos Engenheiros Agrônomos

Tabela 1: Lista de entidades signatárias do manifesto de fundação da FAAB de 17/06/1986 (apud, JORDÃO, 2002).

Além das três grandes entidades civis (SNA, SRB, OCB) e da representação sindical da CNA, a Frente Ampla articulou setores da produção agropecuária como os “Produtores de Milho”, “Plantadores de Cana da Região Centro-Sul”, “Indústria do Café”, “Criadores de Zebu”, “Pecuária de Corte” com setores da indústria de insumos agrícolas e beneficiamento, como a “Indústria de Alimentos”, “de Máquinas e Equipamentos”, “Óleos Vegetais”, “Mudas e Sementes”, “Difusão de Adubos”, “Defesa Vegetal”, “Fabricantes de Ração” e os “Bancos” no âmbito do financiamento. Esta configuração de interesses cristalizada na composição da FAAB refletiria, portanto, uma iniciativa inédita no Brasil de articulação política dos diferentes elos econômicos das cadeias agroindustriais. Por esta razão buscaremos analisar alguns de seus componentes, apresentando o perfil geral de setores que organizaram e apoiaram a iniciativa da Frente Ampla.

Apesar de sua significativa abrangência, é possível identificar claramente um centro político formulador que buscou colocar em sua órbita os principais setores da produção agropecuária brasileira. Assim, liderados pela Organização das Cooperativas Brasileiras em associação com a Sociedade Rural Brasileira e a chapa de renovação da Confederação Nacional da Agricultura, importantes frações da agroindústria brasileira, conformaram a direção política do que se propunha ser um novo espaço de articulação para que fossem pautados os interesses da agricultura frente à crise econômica do período e ao processo de transição política.

Neste sentido, a Frente Ampla apresenta um protagonismo decisivo de Roberto Rodrigues¹⁰ e da OCB. Como secretário geral da FAAB, o então presidente da OCB aparece com papel central na formulação e viabilização das estratégias construídas pela FAAB, constituindo um espaço de aglutinação de forças em torno do Cooperativismo e consequentemente possibilitando a construção de novas referências para o patronato rural brasileiro. A respeito de seu próprio protagonismo e de uma possível hegemonia da OCB neste processo, Rodrigues responde que:

Na verdade eu era o secretário, eu que carregava o piano. A assessoria técnica era minha, o Alberto Veiga e mais dois ou três assessores que trabalhavam comigo, um deles era presidente da Ocepar, do Paraná. Então eu tinha uma equipe muito boa, pequenina, mas muito consistente. Tudo que a gente fazia tinha princípios, não era aleatório. Então aquilo deu um rumo conceitual que a mídia inteligente percebeu. Então os jornalistas defendiam a frente e a OCB, porque eu era o porta voz. Eu que trabalhava, eu que convocava todo mundo, eu que fazia atas, eu que ia falar com os ministros. Então, de certa forma, eu que representava a frente ampla.¹¹

Ao seu lado na formação e atuação da FAAB, também se destacaram Flavio Telles de Menezes¹² (SRB) e Allysson Paulinelli¹³ (CNA). Assim como Rodrigues, os

¹⁰ Paulista e Agrônomo pela ESALQ, Roberto Rodrigues construiu sua trajetória política toda no Cooperativismo a partir da fundação da OCB no final dos anos 1960, chegando à sua presidência em 1985 em meio à instalação do governo da Aliança Democrática e o debate do PNRA. Agropecuarista em São Paulo e Minas Gerais, é produtor de soja, cana, laranja e pecuária de corte, sendo diretor das Fazendas Santa Izabel, Bela Vista e Morumbi. Além de presidente da OCB, também exerceu a função de secretário-geral da Frente Ampla, até 1991, quando da aprovação da Lei Agrícola. Posteriormente a este período, ainda foi presidente da SRB, da Aliança Mundial das Cooperativas e Ministro da Agricultura. Atualmente, coordena o Centro de Agronegócio da Faculdade de Economia da FGV. Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-rodrigues>

¹¹ Entrevista com Roberto Rodrigues, 2016.

¹² Flavio Teles de Menezes, paulista e agropecuarista em São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, presidiu a Federação da Agricultura de São Paulo durante os anos 1970 e assumiu a presidência da SRB em 1984, ficando no cargo até 1990. Durante o período da Nova República também aparece como sócio-fundador da Câmara de Estudos Econômicos e Sociais. Atualmente é conselheiro da SRB e de outras associações empresariais, como a Associação Comercial de São Paulo e a Federação das Indústrias de São Paulo. Fonte: Site SRB.

¹³ Allysson Paulinelli é mineiro e agropecuarista. Nos anos 1970 foi secretário de agricultura de Minas Gerais e Ministro da Agricultura. No início dos anos 1980 foi presidente da Sociedade Mineira da

dois representantes assumiram a presidência de suas respectivas entidades em meio aos intensos debates sobre a reforma agrária na Nova República e permaneceram durante praticamente todos os debates travados pela Frente Ampla na Constituinte. Uma liderança também muito reconhecida que aparece com recorrente destaque é Antonio Ernesto de Salvo que na época presidia a FAEMG e posteriormente viria substituir Paulinelli no comando da CNA contando com seu apoio e aparecendo como uma espécie de seu sucessor. Neste sentido, de alguma maneira, estes dirigentes também parecem querer representar uma nova geração política que então emergia. A relação entre as três primeiras lideranças possuía tanto peso que Rodrigues afirma que:

Eu era o secretário executivo, mas o presidente da CNA e da Rural brasileira eram meus segundos. Eles podiam falar com o Presidente da República, quando um ia falar geralmente era eu que ia, mas qualquer um dos três podia ter esse direito. Mas quando um falava, todo mundo sabia, que tava falando em nome de todos. Então, era uma responsabilidade dizer não para nós, para mim¹⁴.

Dessa maneira, estas três lideranças lograram organizar e dirigir politicamente o campo agregado pela Frente Ampla. Menezes também considera a FAAB criação dos três dirigentes, enquanto Paulinelli afirma que “nós procuramos convergir, especialmente focando os assuntos que estavam sendo discutidos na Constituinte. Talvez pela relação de amizade, de ponto de vista, etc, essas três pessoas eram um só, era um pensamento único. Nós nunca divergimos.”¹⁵ Ainda assim, existe o reconhecimento dos dois com relação à iniciativa e protagonismo de Roberto Rodrigues e da OCB na organização da Frente Ampla.

Neste sentido por representarem três importantes organizações do patronato rural nacional e sua unidade ter sido fundamental no processo de construção da FAAB, é fundamental apresentar alguns aspectos da Organização das Cooperativas Brasileiras, da Sociedade Rural Brasileira e da Confederação Nacional da Agricultura considerando o momento político vivido por estas entidades.

Fundada em 1969, a Organização das Cooperativas Brasileiras galgou ao longo dos anos 1970 um importante status como representante de significativos setores das classes agroindustriais. Tributária da tradição do movimento cooperativista brasileiro

Agricultura, tendo tentado duas vezes, em 1985 e 1987 a eleição para a presidência da CNA. Com o êxito da segunda tentativa deixou a SMA em 1987, quando também assumiu a condição de Deputado Constituinte. Paulinelli presidiu a CNA até 1990. Atualmente preside a Associação Brasileira dos Produtores de Milho. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulinelli-alysson>

¹⁴ Entrevista com Roberto Rodrigues, 2016.

¹⁵ Entrevista Alysson Paulinelli, 2016.

logrou unificar o movimento após anos de divisionismo no setor. Dessa maneira, pautando um cooperativismo de caráter empresarial, se fortaleceu estabelecendo ativa interlocução com os governos militares e conquistando importantes demandas, como a lei do cooperativismo. No contexto já dos anos 1980, frente à crise da modernização do campo e a intensificação dos conflitos sociais, o cooperativismo era visto pelo regime como importante artifício para o contraponto aos movimentos por reforma agrária. Se utilizando do simbolismo da tradição histórica do cooperativismo¹⁶ como auto-organização dos trabalhadores, os interesses da agroindústria se apresentam por trás, casando perfeitamente com a atmosfera social de redemocratização (MENDONÇA, 2006).

Assim, ao longo desta década a OCB teve uma trajetória ascendente como protagonista e liderança das classes agro-industriais brasileiras, sendo a Frente Ampla parte integrante deste processo. Mendonça (2006) aponta para a construção de uma nova hegemonia na representação do patronato rural, em que a OCB disputou com as demais entidades, com destaque para a emergente UDR, a posição de liderança aglutinadora das principais forças políticas do ruralismo. A autora analisa o processo de:

Construção de hegemonia de um novo segmento que emerge, no decorrer dos anos 1980 e 1990, do conjunto das frações de classe agroindustriais brasileiras, agremiado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), e que se tornaria, após 1985, a grande força dirigente de todo o patronato ‘agrário’ nacional. O estudo dos projetos e estratégias elaborados por seus dirigentes deixa claro que a OCB, diante da crise de representação política do patronato rural brasileiro, conseguiu não apenas superá-la, como também se instituir como força hegemônica de toda a classe (MENDONÇA, 2006: 177).

Deste modo, Mendonça confere à OCB o protagonismo na superação da crise de representação verificada pelo patronato rural durante a Nova República. Mesmo que reconhecendo o papel decisivo da UDR neste período e a intensa disputa travada com esta organização, a autora identifica sob um plano histórico mais ampliado o início deste

¹⁶ O cooperativismo tem suas raízes na Inglaterra do final do século XIX. Ganhou espaço enquanto alternativa econômica com caráter social, agrupando tecelões e garantindo maior competitividade frente ao grande mercado, atendendo às demandas sociais crescentes e atuando para atenuar a ameaça de saídas socialistas. Internacionalizando-se rapidamente, chegou ao Brasil com a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, criada em 1889. O movimento cooperativista ganhou espaço e, em torno dos debates acerca da regulamentação do cooperativismo nos anos 1930, apresentou duas divergências que explicitam bem as contradições do movimento. De um lado, as “sociedades comerciais” defendiam um cooperativismo focado em ganhar espaço no mercado, objetivando o lucro individual e enfatizando seu caráter empresarial, igualando pequenos e grandes produtores numa mesma rede. De outro, as sociedades cooperativas, ligadas ao Ministério da Agricultura, visando o cooperativismo como um instrumento de distensão das desigualdades sociais. Esta polarização se manteve no âmbito da representação do setor por longo tempo e só se definiu a partir da decisiva atuação estatal que, em 1969, conseguiu unificar a representação das cooperativas em torno do cooperativismo empresarial da OCB (MENDONÇA, 2006).

processo a partir de 1985, quando dos debates sobre o PNRA, tendo sua “coroação” somente se confirmado quase uma década depois com a criação, sob liderança da OCB, da Associação Brasileira de Agribusiness em 1993.

No caso da Sociedade Rural Brasileira, esta entidade foi fundada em 1919 em São Paulo e organizou originariamente a tradicional cafeicultura deste estado. Representando um setor de peso da economia nacional, ao longo de algumas décadas do século XX, até a ditadura militar mais precisamente, a SRB parece ter disputado a posição de principal interlocutora das classes patronais do país. Durante este mesmo período, “a rural”, como é informalmente chamada, teve como principal pauta o processo de modernização, se tornando representante por excelência do grande capital no campo dos maiores setores da agroindústria exportadora do Brasil. No entanto, considerando a sua composição e base social, Mendonça demonstra que, embora efetivamente representante da agroindústria de ponta, sua representação se mostrava muito limitada ao âmbito regional, inviabilizando a sua predominância completa na representação patronal rural apesar de seu reconhecido peso na agricultura nacional. Assim, a autora afirma que:

Criada para fazer frente à Sociedade Nacional da Agricultura, a SRB disputaria com ela, como vimos anteriormente, o monopólio da representação legítima dos segmentos da classe dominante agrária brasileira até meados dos anos 1980. Diversamente da Sociedade Nacional da Agricultura, a SRB consistiu numa agremiação de bases estritamente regionais, congregando distintos segmentos do patronato rural, desde que sediados no estado de São Paulo, embora sempre tenha assumido o qualificativo de “brasileira” em sua denominação, numa tentativa de penetrar, no plano simbólico, a nacionalização de seu projeto para a agricultura e o país (MENDONÇA, 2006: 133).

Dessa maneira, com todo o seu peso político e social, considerando o histórico e a pujança da agricultura paulista que se caracterizava pela vanguarda da modernização agrícola e seus Complexos Agroindustriais, a Sociedade Rural Brasileira, diferentemente da OCB, não chegou a conquistar uma posição de abrangência nacional. Por isso, no processo de disputa pela liderança da representação no período da transição política dos anos 1980, a SRB era uma peça fundamental para qualquer articulação patronal com peso nacional minimamente representativa. No entanto, esta entidade sozinha não seria capaz de capitanear este processo ela mesma. Assim, se posicionou no núcleo central da Frente Ampla em articulação direta com a única entidade que mostrou capacidade de assumir esta liderança, a própria OCB.

Finalmente, a Confederação Nacional da Agricultura, fundada após a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1964, se constituiu como a representação sindical

das elites rurais do Brasil. Apesar de sua importância pela condição de representante oficial, Ramos (2011) demonstra como que havia uma histórica resistência dos setores patronais em aceitar a estrutura de representação sindical, que somente veio a ser criada nos anos 1960. Como argumento recorrente para resistir à sindicalização no meio rural, alegava-se as especificidades da vida no campo e a não existência da divisão de classes que se verificava no meio urbano. Apesar disso, como um embrião da CNA nos anos 40 e 50, a então Confederação Rural Brasileira constituiu uma primeira tentativa de unificação da representação do patronato rural frente ao Estado. Com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, a CRB converteu-se em CNA, adaptando-se à nova estrutura sindical classista. No entanto, com o golpe de 1964, e as duas décadas seguintes da ditadura militar, congelou-se a direção política da entidade sindical, ficando esta, aos olhos de alguns setores do patronato rural, muito associada aos interesses do governo. Dessa maneira, frente à crise do regime e da agricultura nos anos 1980, esta direção oficial foi profundamente questionada pelas demais organizações do patronato rural. Como atesta Bruno:

São inúmeras as críticas, veladas e explícitas, sobre a acomodação dos representantes que se mantiveram à frente do sindicato patronal nas últimas décadas. Estes são vistos como politicamente tradicionais e retrógrados, pois se “afeiçoaram” aos privilégios advindos do cargo e se “acomodaram” em seus gabinetes. Lideranças que “deixaram de lutar” e terminaram por conciliar com o governo, aprovando medidas prejudiciais à classe. São considerados *pelegos* porque não defenderam com pulso os interesses do setor rural e só se preocuparam com seus projetos individuais e com as regalias do poder pessoal. O fato é que a polêmica em torno da reforma agrária e a conjuntura de transição deflagraram a campanha sucessória na CNA e, pela primeira vez em 18 anos, uma chapa de oposição concorre à eleição. (BRUNO, 2002: 95)

A partir deste quadro de questionamentos a uma direção política cristalizada no aparelho sindical e frente à intensa conjuntura política e econômica da Nova República, a representação formal/legal da CNA se descolou da representação real expressa por uma multiplicidade de novas organizações e interesses gerados pelo próprio processo de modernização conservadora da agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1991). Neste sentido, com o apoio das novas direções da OCB e da SRB, associados a algumas federações sindicais do Centro-Sul do país, instalou-se um processo eleitoral que correu paralelo à formulação e apresentação do PNRA pelo governo Sarney e teve Alysso Paulinelli como cabeça da chapa de oposição. Segundo Ramos:

A eleição para a diretoria da CNA, em junho de 1985, explicitou de fato a cisão na estrutura oficial do patronato rural. Líderes das federações de Goiás, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais organizaram uma chapa oposicionista – encabeçada por Alysso Paulinelli então presidente da

FAEMG – para disputar as eleições com a chapa comandada por Flávio da Costa Britto, presidente da confederação desde 1967. A tônica da campanha de Paulinelli era a renovação da CNA, acusando a diretoria vigente de se afastar de suas bases e de adotar uma postura calcada no ‘continuismo e em velhos métodos’. Argumentava que pretendia restaurar a credibilidade da agremiação e ressaltava que esta ‘deve ser uma entidade ligada aos interesses dos agropecuaristas e não ficar fazendo somente jogada pra se promover’ (RAMOS, 2011: 216).

Apesar de terem sido derrotados por uma manobra burocrática do situacionismo, que invalidou o voto de estados chave apoiadores da chapa oposicionista, o pleito foi parar na justiça por recurso de Paulinelli. Mesmo que isto tenha adiado por dois anos a renovação da direção da CNA, não impediu o ascenso de um novo grupo político mais de acordo com o que representavam a OCB, a SRB e os interesses associativos ligados à grande agroindústria. Desta maneira, dois anos depois, já com a Frente Ampla funcionando, se consolidava o braço sindical do campo de forças políticas animado pela FAAB, com a impugnação do pleito e a eleição em chapa única de Paulinelli em 1987. A respeito do perfil dos componentes da nova diretoria da CNA, Ramos ainda destaca que:

É importante aferir que os membros da chapa de Paulinelli, por certo estariam inscritos em outras esferas de representação – possivelmente em agremiações com base estadual ou organizadas por ramo produtivo. Entretanto, essas frações da classe dominante agrária consideravam também importante a hegemonia junto à estrutura sindical oficial, sobretudo pelo fato de esta contar com participação em conselhos e agências estatais. Nesse sentido, essas frações do patronato rural estariam duplamente representadas em agremiações formais legais e agremiações ditas de representação real de seus interesses (RAMOS, 2011: 218).

Embora Flavio de Brito tenha assinado o manifesto de fundação da Frente Ampla já em 1986, quando observamos as federações estaduais que também se somaram à FAAB é possível notar que foram justamente estados onde a chapa comandada por Paulinelli foi vencedora em 1985. Além de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que compuseram a chapa desde o início, os demais estados da Região Centro-Sul também conferiram importante apoio à renovação da CNA e foram justamente estes que assinaram junto com Flavio de Brito o documento fundador da Frente Ampla. Além das federações já mencionadas, compuseram também a FAAB as representações sindicais de São Paulo, Santa Catarina e Paraná, estados de peso na agricultura nacional e nos seus complexos agroindustriais.

Reunindo estes três atores estratégicos, OCB, SRB e renovação da CNA, a FAAB conseguiu agregar em torno de si uma série de outras entidades de perfis variados e que expressavam a fragmentação política da representação das classes

dominantes agrárias no Brasil. Destes perfis, destaca-se na fala de Rodrigues a presença de organizações de caráter não agrícola bem como a Federação Brasileira dos Bancos, representada por Aldous Galetti¹⁷, ligado à diretoria do Banco Itaú. Assim estas articulações lograram aproximar politicamente setores econômicos que possuem interesses tradicionalmente concorrentes no mercado. A este respeito, Rodrigues faz as seguintes considerações:

A experiência da frente ampla foi muito interessante. Porque, eu trouxe até a FEBRABAN para a frente ampla. (...) Aldous Galetti eu me lembro muito bem, era o diretor do departamento rural da Febraban, ele veio trabalhar conosco. (...) Olha, eu dizia para os bancos, quando eu leio um jornal com uma política pública do governo que seja a posição da FEBRABAN eu nem leio a notícia, eu já fico contra. Por definição eu sou contra. Nem pergunto. Mas esse Galetti era um sujeito batuta, e nós fomos compondo. A Abiove, dos óleos vegetais era concorrente da agricultura, veio¹⁸.

Além dos bancos, os setores à jusante e à montante dos complexos agroindustriais eram representados por associações que reuniam, por exemplo, treze empresas de produção de soja responsáveis por 56% da produção nacional do produto, como a Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove)¹⁹. A ABIA (Associação Brasileira da Indústria de Alimentos) reivindica reunir 70% do valor de mercado do setor, enquanto que a ANDEF (Associação Nacional de Defesa Vegetal) é composta por treze gigantes da produção mundial de defensivos agrícolas (agrotóxico)²⁰. A ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Maquinas), por sua vez, se diz representante dos diferentes segmentos fabricantes de bens de capital mecânicos e a ABRASSEM (Associação Brasileira de Sementes e Mudas) da produção de Sementes. Por fim, a ANFAR (Associação Nacional dos Fabricantes de Ração) representava a indústria de ração animal, enquanto que a ANDA (Associação Nacional de Difusão de Adubos) tem como missão difundir o uso de fertilizantes entre os produtores rurais no Brasil desde os anos 1960. Neste sentido, é importante destacar que todas estas entidades foram fundadas entre o fim da década de 1960 e o início dos anos 1980, coincidindo historicamente com o processo de diversificação de interesses na agricultura impulsionados pelo seu paralelo processo de modernização.

¹⁷ Aldous Galetti é Administrador, membro da diretoria do Banco Itaú, à época diretor de crédito rural. Também foi diretor rural da Febraban durante o período da Frente Ampla. Fonte: Site Itaú e Febraban.

¹⁸ Entrevista com Roberto Rodrigues, 2016.

¹⁹ <http://www.abiove.org.br/site/index.php?page=historia&area=My0xLTU=>

²⁰ Atualmente a ANDEF reúne as seguintes empresas associadas: Arysta LifeScience, Basf, Bayer, CropScience, Dow AgroSciences, DuPont, FMC do Brasil, Iharabras, Isagro, ISK Biosciences, Monsanto, Nichino Brasil, Sumitomo Chemical e Syngenta. <http://www.andef.com.br/institucional/associadas>

Chama atenção também a presença de associações não agrícolas de perfil acadêmico, conferindo ao seu programa uma aparente legitimidade técnica e científica. Dessa maneira, aparece como componente da Frente Ampla, em primeiro lugar, a Câmara de Estudos Econômicos Sociais (Cedes), que conta com dois nomes expressivos associados à FAAB, Flavio Teles de Menezes, como sócio fundador, e Fernando Vergueiro que, tal qual na Frente Ampla, aparece como assessor jurídico. Criada nas vésperas da Constituinte, a Cedes era animada fundamentalmente por Delffin Neto, fazendo parte de seus planos de contar na ANC com um grupo sólido para atuar na defesa do empresariado (DREIFUSS, 1989). Em segundo lugar, também consta a assinatura no manifesto de fundação da FAAB a simbólica presença da Federação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil, sugerindo uma proximidade e diálogo com representantes acadêmicos da agronomia nacional.

Rodrigues, em sua fala, destaca as demais associações agrícolas por produto como a laranja, o milho, o café e a cana, produtos tradicionais, com importante peso na pauta de exportações nacionais e com considerável grau de mecanização e inserção nas cadeias agroindustriais. Assim, o ex-presidente da OCB, busca dar uma ideia de ampla adesão destes tipos de associação que haviam ganhado importância e representatividade no último período, defendendo a relevância da experiência da Frente Ampla no sentido de abranger diferentes setores e cadeias produtivas. Ele afirma que:

Veio todo mundo! Até a turma do café, que o pessoal é muito desconfiado e tal, veio também. E a frente ampla evoluiu bastante, tinha mais de setenta entidades. Foi uma coisa importante. Terminada a lei agrícola, muitos ganhos obtidos, porém aquela experiência foi muito positiva.²¹

A diversidade das entidades que se articularam na FAAB pode ser explicada por Graziano da Silva (1991), quando o autor discorre acerca dos impactos da transformação dos cultivos em direção à monocultura, provocando uma especialização produtiva que se refletiria numa segmentação da representação de interesses na agricultura.

Apesar da maioria dos perfis que compuseram a Frente Ampla estarem associados aos modernos complexos agroindustriais, revelando-se uma base social real destas frações mais modernizadas da classe dominante agrária, também encontramos organizações de recorte aparente mais tradicional, como alguns setores ligados à pecuária. Ainda assim, é importante recordar que, embora representantes de setores produtivos reconhecidamente tradicionais, as organizações de pecuaristas também

²¹ Entrevista com Roberto Rodrigues, 2016.

agregavam setores de ponta na produção e comercialização dos Complexos Agroindustriais da produção de carne. Destas organizações, a que mais se destaca por sua importância e abrangência nacional no setor é a Associação Brasileira de Criadores de Zebú (ABCZ). Também constam como representantes da pecuária, a assinatura do Conselho Nacional da Pecuária de Corte, o Sindicato Nacional dos Pecuáristas de Gado de Corte e as com recorte regional, como a Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul.

Além da presença de organizações associadas à pecuária, também é importante mencionar as Sociedades Rurais de Minas Gerais e do Paraná que também denotam um histórico de tradição no sentido de que eram organizações regionais que precederam o tempo da organização sindical e sua respectiva articulação nacional. Tal como a Sociedade Rural Brasileira, em São Paulo, estas sociedades foram representações das oligarquias locais até os anos 1960, antes das novas legislações sindicais para o campo e do processo de modernização da agricultura. Apesar de terem tido relevância em dado momento, as sociedades do Paraná e de Minas Gerais não lograram manter o mesmo protagonismo que sua congênere paulista, visto que o estado de São Paulo, como centro econômico incontestável do país, manteve uma dinâmica mais própria na representação de seu patronato rural, guardando relativa independência com a estrutura de representação oficial do Estado e mantendo a SRB como referência política estadual com capacidade de vocalização de suas posições em nível nacional.²²

Vale mencionar ainda a posição da FAAB em relação a duas entidades que não vieram a compor suas fileiras, embora, segundo Rodrigues, tenham sido convidadas a participar: a Contag e a UDR. Neste sentido, o ex-presidente da OCB, busca localizar a FAAB no espectro político em relação ao posicionamento destas duas entidades. Em sua perspectiva, estas eram fruto dos radicalismos que se produziram no período da transição política. Com esta análise, as lideranças da Frente Ampla buscavam construir uma posição mais moderada, de centro, tendo como contraponto e referencial para se posicionar no campo político a UDR (à direita) e a Contag (à esquerda).

Convidando especificamente à Contag, a Frente Ampla recuperava a lógica recorrente de minimizar as diferenças entre as classes sociais no campo, apontando suas particularidades em relação ao mundo urbano. Dessa forma, além de lhe pregar a etiqueta de extremistas e sectários, reafirmando sua posição de centro, a FAAB também

²² Entrevista Alysson Paulinelli, 2016.

buscava negar as diferenças de classe no campo e o consequente conflito social derivado desta realidade.

Ainda a respeito da representação dos trabalhadores, Paulinelli afirma que tinha uma boa relação com seus dirigentes, apesar das divergências. No entanto, afirma que o bom relacionamento com a representação dos trabalhadores rurais não se estendia para suas bases patronais, pois, “a CNA em si, como essência, nos estados, nos municípios, não tinha, eu reconheço que não tinha”²³. Com isso, o ex-presidente da CNA reivindica uma espécie de *realpolitik* no relacionamento entre a cúpula das representações de interesses dos trabalhadores e dos proprietários, reconhecendo que isto não se refletia na outra ponta, na relação entre seus respectivos mandantes.

Assim, por mais que a posição expressa pelo discurso de altos dirigentes da Frente Ampla mostrasse disposição de negociar com a representação sindical dos trabalhadores rurais, inclusive se dispondo a debater reforma agrária – como a OCB defendia publicamente – este posicionamento não se refletiu na prática. Para além da tensão com as bases no embate pela propriedade da terra, a polarização deste debate com a representação sindical dos trabalhadores rurais durante a Constituinte foi inevitável.

A relação da FAAB com a UDR, por sua vez, é elemento central da disputa de lideranças, renovação política e reorganização do campo de representação do patronato rural. Ambas surgiram como consequência da crise de representação e resposta à conjuntura política e econômica. No entanto, a Frente Ampla buscou articular, a partir de 1986, como representante das regiões política e economicamente mais centrais do país, um contraponto na cena pública em relação à UDR, que era original de setores à margem dos principais centros da economia agrícola e que havia surgido um ano antes, ganhando visibilidade nacional ao protagonizar a resistência ao PNRA e às ocupações de terra. Se a Contag aparecia como referencial de radicalismo à esquerda em suas falas, a UDR aparece como um fenômeno de extrema-direita. Rodrigues ao se referir à UDR, segue a mesma estratégia utilizada com a Contag, afirmando que também convidou a entidade de Ronaldo Caiado para compor a Frente Ampla, mas que igualmente não obteve êxito. Segundo ele:

Tivemos um tropeço muito grande, que foi o fato de que tinha surgido a UDR recentemente e a UDR não se somou à frente ampla. A frente ampla tinha como característica agrupar entidades de produtores profissionais. E a UDR na época nucleava fundamentalmente proprietários rurais. Que eram um

²³ Entrevista Alysson Paulinelli, 2016.

pouco diferentes. Então duas entidades não vieram para a frente ampla, a UDR que ficou muito a direita da frente ampla, e a Contag, dos trabalhadores da agricultura, que ficou à esquerda²⁴

Portanto, é interessante apontar para as duas principais diferenças demarcadas na fala de Rodrigues a respeito da FAAB e da UDR. Em primeiro lugar, como é possível notar no trecho acima, o ex-presidente da OCB afirma a diferença entre os dois setores políticos por sua posição no processo produtivo. Os primeiros eram “produtores profissionais”, enquanto que os segundos são basicamente “proprietários rurais”. Dessa forma, Rodrigues parece inserir de forma implícita uma diferenciação entre o que seria a defesa de uma atividade produtiva frente à defesa da propriedade rural não necessariamente produtiva. Assim, respondendo sobre porque a UDR teria recusado o convite à participação na Frente Ampla, Rodrigues afirma que:

Eu acho que havia duas razões básicas, a primeira é que era uma disputa de liderança. A UDR de certa forma queria assumir o lugar da CNA e tinha uma base forte descontente com a CNA e dava gasolina para a UDR fazer esse tipo de proposta. E a outra coisa é que o discurso da frente ampla não era um discurso preocupado com a Questão Agrária. Era um discurso preocupado com a Questão Agrícola. A UDR tava muito mais centrada no tema Reforma Agrária, que não era um tema central para a Frente Ampla. Era economia rural, sociologia rural, sustentabilidade na agricultura, uma coisa voltada para uma visão de futuro. A UDR tava mais preocupada com o tema da posse da terra e da Reforma Agrária, que começava a ficar uma coisa muito forte porque estava se iniciando a discussão da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte²⁵.

Além do reconhecimento da disputa de liderança derivada da crise da CNA, podemos encontrar também a recorrente estratégia de polarização e diferenciação entre a Questão Agrária e a Questão Agrícola. Tratando as duas questões de forma separada, o ex-presidente da OCB desloca o foco do debate público sobre a problemática da questão fundiária, abrindo espaço para temas que chama de “sustentabilidade”, “sociologia rural” e a defesa das políticas econômicas e agrícolas para a grande empresa rural. Dessa forma, segundo este raciocínio, enquanto a UDR seria a representante da grande propriedade agrária, a FAAB seria a representação da produção agrícola nacional. Enquanto a entidade dirigida por Ronaldo Caiado estaria preocupada com a questão agrária, a Frente Ampla se dedicaria à pauta da questão agrícola.

Paulinelli, apesar de coincidir na avaliação de que havia um processo de radicalização tanto à direita, como à esquerda, não demarca tanto a sua posição em relação à UDR, limitando as divergências com a Frente Ampla a uma questão de

²⁴ Entrevista com Roberto Rodrigues, 2016.

²⁵ Entrevista com Roberto Rodrigues, 2016.

método. Assim, o ex-presidente da CNA reconhece a importância da liderança de Ronaldo Caiado, afirmando que a FAAB, embora não reivindicasse muitas das iniciativas da UDR, procurou manter alguma proximidade.

Na realidade, a UDR prestou um grande serviço ao país. Porque se existia do outro lado um radicalização de esquerda, a neutralização foi feita pela ação da UDR. A UDR não era brincadeira não. Eles queriam brigar e botar fogo mesmo. Nós imaginávamos que essa não era a solução. Tanto assim que a Frente Ampla não se afastou, mas nunca participou tão intensamente dos movimentos da UDR. (...) Na realidade, se do lado da esquerda tinha grupos radicais, do nosso lado também tinha. E a UDR era um grupo que era radical.²⁶

Dessa maneira, Paulinelli mostrou uma perspectiva mais próxima da UDR, compreendendo o radicalismo desta entidade como fruto de uma estratégia de pressão política de “força” para obter conquistas mediadas politicamente. Neste sentido, o papel da FAAB neste caso parece ter sido justamente de apresentar uma postura mais conciliadora como forma de compensação do processo de radicalização do método político. Assim, Paulinelli descreve sua relação com a UDR da seguinte maneira:

Mas nós nunca desprezamos. Procuramos sempre amenizar os efeitos negativos que poderiam ter surgido em função da ação da UDR, mas não contra, amenizando a situação. O Ronaldo Caiado, que era um grande líder, como é até hoje, ele nos ouvia. Eu, por exemplo, tinha um diálogo com ele bastante ameno, nós nunca fomos ao confronto. Ele me respeitava e eu respeitava a liderança dele. Eu entendia bem a posição... ele é um sujeito que tem a índole radicalizada. Você pode conversar com ele que você pode ver logo. Mas ele é sensato para saber que muitas vezes você usa a força para você ter uma resultante mais amena. Ele é um grande líder, eu respeito muito.²⁷

Já na avaliação de Flavio Teles de Menezes, as diferenças com a UDR se davam pelo fato de que esta entidade não se limitava a uma representação de classe, expressando um movimento ideológico de caráter mais amplo, de extrema-direita. Definindo-se a si mesmo como pertencente ao que chama de direita democrática, o então presidente da SRB afirma que, mesmo com estas diferenças, havia disposição de diálogo entre as duas lideranças, relativizando a imagem de radical construída por Caiado e ressaltando o interesse comum no tema da propriedade, trazendo à tona a questão da Reforma Agrária.

Eu acho que a UDR tem que ser analisada, menos do ângulo de representação de classe estrita e mais como representação de um segmento de um pensamento de Direita brasileiro. Mais politicamente e menos de classe. (falas simultâneas) Eu acho isso; eu sinto que a linguagem política, os debates, a apresentação da UDR, sempre foi (...) também se criou dele uma imagem, que não é bem como se falava, né? A imagem do Caiado é um pouco pintada. Mas é natural; ele assumiu isso, ele paga um pouco a culpa

²⁶ Entrevista Alysson Paulinelli, 2016.

²⁷ Entrevista Alysson Paulinelli, 2016.

disso. Porém... então por isso, ela nunca quis ser membro da Frente Ampla. Mas às vezes a gente fazia uma reunião da Frente Ampla e eles iam. Porque, poxa, era contra essa reforma agrária, eles também eram contra; então eles iam²⁸.

Flavio Menezes, além de diferenciar a UDR das demais representações de classe do patronato rural como uma organização de caráter de cunho mais partidário, chama atenção para a capacidade de diálogo e articulação quando a pauta era a Reforma Agrária. Mesmo sem a UDR compor a Frente Ampla, produzindo episódios de disputa aberta entre os dois setores, em momentos cruciais para a defesa da propriedade, as duas representações não só dialogaram como coincidiram na posição.

Portanto, o que é possível observar na fala de seus principais dirigentes é uma estratégia de construção da representação dos setores organizados na Frente Ampla a partir da relação de forças interna e externa ao campo das organizações de interesses do patronato rural. Se internamente, a FAAB busca se definir, em parte, por sua diferenciação com a entidade de Ronaldo Caiado, externamente também se definia na polarização com a Contag no tema da Reforma Agrária.

Assim, iniciados os trabalhos da Constituinte, Rodrigues aponta para a polarização imediata de posições relativas à Reforma Agrária. Dessa maneira, novamente recorre à construção de uma posição de centro, buscando não entrar no mérito da questão fundiária a partir das posições da UDR, que teria posicionamentos de extrema direita, e da Contag, que representaria a extrema esquerda. Segundo o ex-presidente da OCB:

a Constituinte polarizou as posições e o capítulo da reforma agrária...virou o capítulo mais polêmico. De novo, tava todo mundo aprendendo o que era democracia. Então, essa coisa radicalizou. Por um lado, o pessoal da esquerda, na época o PT era muito ligado à esquerda, com esses deputados...José Genuíno...tinha o grupo deles lá...agora eu não consigo me lembrar....Irma Passoni, Aldo Arantes.... Queriam reformar o Brasil inteiro. E a turma do lado da direita, não queria reformar nada. Então assim ficou um negócio, ficou todo mundo radical! A direita e a esquerda. E nós aqui da frente ampla tentamos negociar, aqui a UDR, aqui a Contag e nós tentando negociar para conseguir alguma coisa. E foi ficando difícil... As coisas foram só piorando e aí criou-se, ficou visível o “buraco negro”.²⁹

Dessa maneira, a FAAB logrou construir seu posicionamento no espectro político e nos debates relativos à questão agrária da Constituinte, a partir de sua diferenciação tanto com os setores reformistas, quanto com frações do patronato rural mais radicalizadas e insatisfeitas com as demais entidades de representações das classes

²⁸ Entrevista Flavio Teles de Menezes, 2008.

²⁹ Entrevista com Roberto Rodrigues, 2016.

dominantes agrárias brasileiras. A Frente Ampla apresentava-se como a linha política da agricultura que expressava um processo de composição política que foi se dando ao longo da transição, que encontrou sua expressão máxima na Aliança Democrática de Tancredo e, posteriormente, na formação do chamado “centrão” da Constituinte, uma coalizão de forças heterogêneas que lograram conduzir os principais debates. Na classificação de Menezes, entre o “o grupo de Zé Gomes e o pensamento deles” e uma reação mais “radical, violenta, de direita, de armar, de milícia”, a FAAB buscou a posição do centrão, expressando a tendência geral da transição em curso na Constituinte.

Deste modo, o ex-presidente da rural brasileira, faz uma rica reflexão acerca das mudanças políticas que então estavam acontecendo no país, relacionando as mobilizações contra e a favor da reforma agrária com o caráter do processo mais amplo de transição política. Segundo ele:

a Aliança Democrática, ela não era um partido político; como o próprio nome indica, era uma aliança *ad hoc*, feita para a eleição, com a finalidade de garantir uma transição para um grupo de políticos mais antigos, mais, vamos dizer (...) no sentido de que estivessem organizados para que essa transição se fizesse sem sobressaltos, não é? (...) – não vamos nos esquecer, que no Brasil existe uma tradição, de uma aristocracia política, de famílias, de correntes, que nos seus estados, em Minas, no Rio, no Nordeste, asseguram uma certa continuidade, não é?³⁰

Nesta leitura, a Aliança Democrática teria sido eleita de forma indireta com o mandato de garantir uma transição política “sem sobressaltos”, que fosse funcional a um grupo de políticos “mais antigos”. Reconhecendo, portanto, o papel de uma “aristocracia política” neste processo, o ex-presidente da SRB, aponta para algumas contradições da história das transições políticas do Brasil, destacando a capacidade destes setores de preservar suas posições de poder político e econômico.

O Brasil passou de Império à República, e os conselheiros do Império, passaram a ser conselheiros da República. Um caso raríssimo na história da humanidade, né? O Brasil passou pelo Estado Novo, vários dos Ministros do Estado Novo foram deputados. Capanema (...) foram deputados, posteriormente. Eu acho que quando o Marco Maciel, o Antônio Carlos Magalhães, esse pessoal da Arena, que (...) Sarney, Aureliano, foram para o lado do Tancredo e tal, eles procuraram (...) como se, por exemplo, se destacasse da metade à Direita, uma metade mais próxima do Centro e se aliasse à metade da Esquerda, mais próxima do Centro, e falasse “Olha, vamos conduzir isso aqui”; muito na tradição brasileira (Entrevista, Flavio Menezes, 2008).

³⁰ Entrevista Flavio Teles de Menezes, 2008.

A partir destas considerações, Flavio Menezes invoca uma tradição histórica de recomposição das elites dirigentes do país. Conferindo destaque às oligarquias estaduais, o representante da Frente Ampla identifica que na Nova República também houve um reposicionamento de algumas lideranças da Aliança Democrática, que se encontravam alinhadas com o partido da ditadura, a ARENA, e se deslocaram para uma posição mais moderada, em busca de uma concertação com setores da oposição institucional ao regime, identificados com a esquerda, mas de caráter igualmente mais conciliador.

Tancredo Neves era... 200, 300 anos de política! (...) Então, eu acho que isso foi feito, naquela ocasião, e, portanto, não havia compromisso político nítido. Não era eleição direta, não tinha um debate. Foi muito na base do “vamos distribuir o espólio político aí, que os militares estão deixando, entre esses grupos que tenham um controle do Congresso Nacional, e Tancredo, com a sua habilidade, vai saber administrar isso. Ele trabalhou com o Jango, na época do parlamentarismo, ele tem um trânsito livre nos dois lados”; era a pessoa ideal para fazer isso. Infelizmente, Tancredo morreu e aí coube ao Sarney administrar.³¹

Deste modo, a presente análise do representante da rural brasileira dialoga com a noção do poder do atraso de Martins (2011) que informa sua própria interpretação sobre o processo de transição lento, gradual e seguro rumo a uma institucionalidade democrático-liberal. A capacidade de recomposição de determinadas elites a fim de preservar suas posições de poder e privilégio é uma marca reconhecida da história republicana. Neste sentido, para além de destacar esta interessante interpretação de Menezes sobre a conjuntura em que a FAAB foi gestada, é válido apontar que a sua própria conformação reflete este processo, como iniciativa de reorganização, reposicionamento e renovação das diferentes forças políticas do campo de representação do patronato rural. Se Roberto Rodrigues, Flavio Teles de Menezes e Ronaldo Caiado podem ser considerados como expoentes de uma nova geração política, Alysso Paulinelli parece ser um excelente exemplo de reposicionamento no contexto da abertura política.

O meu presidente que eu trabalhei com ele era o contrário, ele achava que tinha que ter uma abertura, não era possível manter uma ditadura militar eterna. Tanto que ele foi o que provocou a chamada abertura dentro da área militar. Eu mesmo ao ser convocado fiquei um pouco surpreso porque eu como estudante eu tinha sido um líder estudantil, eu participei de muitos movimentos, mas nunca fui radical de esquerda. Eu sempre tive uma linha tendendo para o centro. Tanto assim, que quando se formou o PFL, eu sou um dos signatários do PFL. Eu já tinha sido Ministro, mas eu demonstrava o meu interesse de ter uma Frente Liberal que fosse capaz de criar no país uma circunstância mais favorável para o pós período militar. Eu acho que isso

³¹ Entrevista Flavio Teles de Menezes, 2008.

ajudou também no desenvolvimento dessa Frente que era de direita, mas que teve especialmente no equilíbrio do centro aquela posição de poder ter conseguido incluir na Constituição alguns itens importantes como a preservação do direito de propriedade³².

A trajetória de Paulinelli como Ministro da Agricultura durante o governo Geisel (1974-1979) e, posteriormente, como membro da ala que, junto com Sarney, abandonou a ARENA e fundou o PFL, denota a tradição política do Brasil destacada por Flavio Teles de Menezes. Em grande medida canalizado pelo movimento de fundação da chamada “Frente Liberal”, este processo se constituiu na fratura interna do regime através da dissidência de importantes quadros da ARENA para que estes pudessem indicar José Sarney como vice na chapa da Aliança Democrática, selando o pacto conservador da Nova República.

Neste sentido, o que podemos concluir da composição da Frente Ampla é que a mesma foi formulada e organizada por um núcleo político central, composto pelas três entidades que expressavam as mais importantes frações da classe dominante agrária brasileira, sendo elas o cooperativismo empresarial, organizado na OCB, o grande capital no campo da agroindústria paulista, que se referenciava na SRB e a articulação para a renovação da CNA, representada pela chapa de oposição de Alysson Paulinelli. Para além de seu núcleo político, a FAAB também contava com importantes entidades de caráter não agrícola, inserindo em sua área de influência os demais setores produtivos das cadeias agroindustriais e o setor financeiro. Outro perfil organizativo que se fez presente na Frente Ampla foram as associações por produto e multi-produto, onde se destacam importantes artigos da agroindústria exportadora. No entanto, apesar da predominância de frações agrárias mais modernizadas tecnicamente, também é possível encontrar indícios de organizações representativas de segmentos mais tradicionais do patronato rural, indicando uma associação, ainda que discreta, do que havia de mais de ponta na agricultura com os setores mais atrasados tecnicamente. Mais que isso, é possível observar, através da fala de seus próprios dirigentes, como que a Frente Ampla é expressão direta do processo de transição política que se encerrava no governo da Nova República.

Foi refletindo esta conjuntura transitória, que a própria FAAB, como instância provisória, buscou se posicionar em relação às demais forças do campo de representação do patronato rural e em relação ao campo de representação dos

³² Entrevista, Alysson Paulinelli, 2016.

trabalhadores rurais. Deste modo, a Frente Ampla logrou construir um programa político próprio para o período constituinte, intervindo diretamente nas questões tanto relativas à política agrícola, quanto relativas à questão fundiária.

2.2. O PROGRAMA DA “AGROPECUÁRIA” PARA A NOVA REPÚBLICA:

O programa geral que procurou unificar as mais diferentes organizações de representação do patronato rural em torno da FAAB foi a sua “Carta de Princípios”, publicada juntamente com o “Manifesto de Constituição da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira”, por ocasião do ato de lançamento da mesma em Brasília, no dia 17 de Junho de 1986. Neste documento encontramos os eixos mais importantes que pautaram a ação da FAAB.

Para elaborar o documento de vinte páginas, o presidente da OCB, Roberto Rodrigues, convidou Alberto Veiga – economista, professor de Economia Agrícola do Estado da Universidade de São Paulo, que estava cedido para o Ministério da Agricultura – para construir uma primeira versão de um documento que buscava sistematizar um programa representativo dos diferentes interesses da agropecuária brasileira. “Liberal convicto” nas palavras de Rodrigues, Veiga se tornou o principal assessor econômico da OCB e da Frente Ampla durante todo o período da Nova República, atuando tanto no que toca à redação da Carta de Princípios, quanto na consultoria técnica dessas organizações ao longo do processo da Constituinte.

Sobre o processo de debate e construção da Carta de Princípios da Frente Ampla, Roberto Rodrigues afirma que Veiga:

escreveu então um *paper* colocando os temas da modernização da agricultura sob a ótica do liberalismo, naquela época, em 85 isso! E esse *paper* foi posteriormente analisado duramente, fortemente por três pessoas: o presidente da rural brasileira, nosso Flavio Telles de Menezes, o vice-presidente da SNA, que assumiu a SNA provisoriamente, chamado Antonio Ernesto de Salvio e por mim, na OCB. E esse documento sofreu alterações e tal e deu origem a uma carta de princípios de uma organização informal que foi então chamada de Frente Ampla da Agropecuária Brasileira. E nós então começamos a convocar as lideranças de todas as instituições de classe para discutirmos temas bastante objetivos e concretos em relação ao que tava acontecendo na agricultura naquele tempo³³.

³³ Entrevista Roberto Rodrigues, 2016.

A carta foi publicada em 1986, no Jornal “Indicador Rural”, importante periódico do Rio de Janeiro que servia de referência para o mundo da agricultura naquele período. A preocupação básica que introduz os principais pontos programáticos da Frente Ampla se define na relação entre as liberdades individuais e a igualdade em termos sociais, questão cara para muitos liberais. Segundo esta perspectiva, historicamente há uma aparente e potencial contradição entre estes dois elementos, expressando a tendência de regimes políticos que aderem a uma agenda mais igualitária em termos sociais e restringem as liberdades no plano individual. Em nome da sociedade, tais regimes políticos, segundo este tipo de interpretação, interferem sobre a livre iniciativa, ferindo um dos mais importantes valores de uma sociedade democrática. Nos termos da carta de princípios a questão é colocada da seguinte maneira:

De pouco vale, ao Estado, dizer-se defensor da liberdade, se não tem meios de, politicamente, assegurar aos cidadãos os direitos ao trabalho, à educação, à saúde, à habitação, à segurança e à previdência. Porém, cabe também lembrar que o atendimento das necessidades pela redistribuição da riqueza, não afiança a conquista da liberdade. Pelo contrário, a maioria dos regimes políticos que buscam dar ênfase ao atendimento das necessidades básicas, frequentemente tem se caracterizado por forte cerceamento às liberdades individuais, aí incluídos a limitação da expressão do pensamento, o controle do direito de ir e vir, o atentado à integridade física e o dirigismo da opinião pública.³⁴

Como é possível observar, embora se reconheça a importância fundamental do Estado como ator que garante uma estrutura de proteção social mínima, o texto busca mostrar os riscos do que pode significar um Estado social fortalecido ou, na sua perspectiva, demasiadamente inchado, prejudicando um conjunto de liberdades individuais, onde a livre iniciativa e o livre funcionamento do mercado aparecem como núcleo central de todas as suas preocupações. Isso porque, segundo o documento, “a liberdade de iniciativa é a pedra angular da liberdade de expressão humana”.

Assim, como principal questão posta para fundamentar todas as suas proposições, se destaca na carta, justamente esta relação tensa, mas possivelmente complementar, entre as “necessidades básicas” e a preservação das liberdades individuais. Este é o ponto de partida para o enfrentamento dos desafios apresentados pela Frente Ampla, em que “nem mesmo a democracia, entendida como prevalência da vontade da maioria, assegura o direito à liberdade ou justiça social. Como então, atender às necessidades sem prejuízo da liberdade?”³⁵.

³⁴ Carta de Princípios da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, 1986.

³⁵ *ibidem*.

Entendendo, portanto, “a liberdade como mola propulsora da evolução humana”, o seu cerceamento é visto como única razão para o “baixo grau” evolutivo de algumas sociedades, dentre elas a brasileira. Neste sentido, “o acesso aos direitos humanos básicos somente é plenamente conseguido pelo caminhar da liberdade de pensamento e expressão”³⁶. Não cabe ao Estado a função de controlar ou restringir estes direitos. Ao contrário, o Estado deve funcionar como guardião destas liberdades, garantindo que terceiros não ameacem ou restrinjam a livre iniciativa de quaisquer indivíduo.

No entanto, apesar da Frente Ampla reafirmar o lugar das liberdades individuais como medida do grau evolutivo de uma sociedade, o documento reconhece certa limitação para o pleno exercício da livre iniciativa, apontando que tal conceito, “*latu sensu*, pressupõe iguais condições de oportunidade. E não há igual oportunidade para todos quando a gama de opções para a grande maioria é limitada pela carência dos direitos básicos”³⁷. Dessa forma, de alguma maneira, a carta de princípios da FAAB reconhece a necessidade da garantia dos direitos básicos para o ideal da economia de mercado defendido.

Reconhecidas, portanto, as tensões, riscos e limitações da relação entre a garantia de direitos básicos e o exercício pleno da livre iniciativa, a carta de princípios da FAAB busca responder sua própria questão fundamental, afirmando a necessidade de um equilíbrio entre a garantia da igualdade de oportunidades e a preservação das liberdades individuais, pregando uma coexistência entre os dois campos, a partir de uma ação pontual, específica e racionalizada do Estado. Nos termos do documento, a “coexistência entre livre iniciativa, no campo econômico, e igualdade de direitos básicos, no campo social, é o desafio que se antepõem ao homem que defende a liberdade de pensamento e expressão – fundamento do processo de evolução humana”³⁸.

Esta percepção deve se refletir no entendimento do papel do Estado em dois aspectos fundamentais: no sentido de garantir o exercício pleno da livre iniciativa e funcionamento do mercado e no de atuar a fim de produzir condições de igualdade de oportunidades aos mais diferentes setores e estratos sociais. Dessa maneira a Frente Ampla busca defender uma intervenção contida do Estado no campo da economia,

³⁶ *ibidem*.

³⁷ *ibidem*.

³⁸ *ibidem*.

buscando isenção na definição e condução de suas políticas públicas. Segundo a carta, ao Estado, através dos governos, compete:

atuar com isenção e responsabilidade perante a estrutura econômica, deixando de privilegiar determinados setores e grupos e restringindo ao mínimo sua intervenção sobre o mercado, modulando-a no nível que assegure igualdade de oportunidades aos participantes do sistema competitivo. Compete-lhe, ainda, ajustar suas estruturas administrativa e técnica ao grau de desempenho que demandam tais objetivos³⁹

Além de nivelar sua participação e regulação no mercado, compete consequentemente ao Estado adaptar seu corpo técnico-administrativo perante à concepção de Estado mínimo defendida pela Frente Ampla, ajustando as estruturas governamentais ao grau de desempenho que demandam seus objetivos. Dessa forma, garantido o bom exercício da livre iniciativa, seu campo de ação fundamental se destaca um pouco mais no campo social, atuando sobre as necessidades básicas de forma a realizar os investimentos para prestar “os serviços de interesse comum e os que concorram para o equilíbrio de oportunidades entre os diversos estratos da população”⁴⁰.

Neste sentido, a carta de princípios reserva ao setor privado o papel de grande protagonista da economia, assumindo este a “função de motor do desenvolvimento”. Com esta perspectiva definida, a Frente Ampla ressalta os desafios para se encontrar o “equilíbrio ou coexistência entre a ação estatal no campo social, garantindo a igualdade de oportunidades, e a defesa das liberdades individuais”. Portanto, a carta defende como linha política geral a importância de uma transição gradual para o alcance desse processo, negociando amplamente a saída do Estado de sua participação nos mais diferentes setores da economia.

Retratando os impactos dessa “transição” para o meio rural mais especificamente, a carta chama ainda mais atenção para as especificidades e vulnerabilidades do caso da agricultura. Segundo a carta, a delicadeza deste processo encontra-se no peso que a intervenção estatal exercia sobre o setor primário da economia, afirmando que:

Estes princípios, aplicados ao meio social rural e à atividade agrícola, possuem especial significado, em face do alto grau de dependência em que a classe rural se encontra em relação ao Estado. O processo de retração da intervenção estatal será forçosamente de elevada complexidade, com sérias implicações para os demais setores econômicos e grupos sociais. Por esta razão, não poderá ser levado a cabo sem uma sólida base de entendimentos

³⁹ ibidem.

⁴⁰ ibidem.

políticos com esses setores e grupos, e sem uma permanente participação da sociedade rural.⁴¹

Neste sentido, a Frente Ampla se coloca a tarefa de interlocutora da “sociedade rural” na construção dos entendimentos e pactos políticos que poderiam viabilizar essa “transição”. Com uma retirada do Estado no âmbito econômico sem desconsiderar os impactos sociais desse processo, a carta de princípios acreditava estar construindo um novo equilíbrio entre a garantia das necessidades básicas e a livre iniciativa. Vale lembrar que o final da década de 1980 é marcado pelo avanço das orientações neoliberais do Consenso de Washington a nível internacional. Embora esta agenda política só tenha começado a ser efetivamente implantada no Brasil a partir do Governo Collor (1990-1992), esta pauta já pode ser percebida na mobilização de determinados setores econômicos no período imediatamente anterior da Constituinte, como é o caso dos setores organizados na FAAB.

Seguindo esta lógica, o programa da FAAB não somente se associa a pressupostos do liberalismo econômico como se apresenta como portador de um processo de transição que teria como foco a mudança da relação entre Estado e economia, diminuindo o seu grau de intervenção no mercado. Por esta razão, talvez pudéssemos afirmar que o objetivo principal da Frente Ampla era dirigir desde a agricultura um processo de transição também na economia com a retração da intervenção estatal. Além disso, ao anunciar a necessidade de uma conservação geral em nome do Estado mínimo e do livre mercado, a Frente Ampla se afirma como canal de interlocução deste processo junto à “agropecuária brasileira”.

Deste modo, a Carta ainda destaca algumas questões que na perspectiva da FAAB eram fundamentais para o desenvolvimento da agricultura. A preocupação que aparece com maior relevo no documento é com as políticas públicas de garantia da renda da produção rural. Pelo fato da agricultura ter sido muito incentivada por um Estado indutor da economia, tornando-a dependente de suas políticas, a superação do modelo que então era vigente de financiamento das atividades agrícolas torna-se o alvo de importantes preocupações do processo de transição, colocando-se a questão de qual será a dimensão e a forma que tomaria este tipo de incentivo econômico por parte do Estado na nova conjuntura política e econômica do período histórico seguinte.

Embora falem em Estado mínimo, em momento algum isso se verifica na defesa de abolição completa das políticas de subsidio para a agricultura. Ao contrário, fala-se

⁴¹ ibidem.

em “ajustes” dos instrumentos de incentivo à produção agrícola nacional. Dessa maneira, mais que uma diminuição da participação do Estado na economia, os setores patronais parecem pregar um remanejamento de recursos, clamando pelo Estado mínimo somente para algumas matérias, enquanto que no que se refere ao financiamento de suas atividades produtivas e demais interesses diretos, a teoria e o discurso parecem não se verificar na prática. É o que Bruno (2002) busca demonstrar em seu artigo “Com a boca torta, pelo uso do cachimbo”, afirmando que:

Apesar da defesa do mercado e de uma maior institucionalidade, ainda prevalece como elemento norteador da prática patronal a visão de um Estado tutelar, protetor e provedor, assim como a cultura do favor, as relações officiosas e a revalorização de velhos recursos de patronagem – em grande medida realimentados pelo Estado. Por último, argumento que, aos olhos dos presidentes das associações patronais, a defesa da primazia do mercado ou do Estado dependerá, fundamentalmente, do que melhor convier aos seus propósitos e do que melhor se ajustar aos seus objetivos (BRUNO, 2002: 2).

Neste sentido, a Frente Ampla apresenta uma análise sobre o que considera os principais mecanismos de formação da renda agrícola e suas respectivas políticas públicas dirigidas pelo Estado, defendendo o Estado mínimo, mas ao mesmo tempo buscando garantir seus espaços e vantagens das políticas públicas dirigidas para o setor. Portanto, a carta de princípios avalia alguns aspectos das iniciativas voltadas para a promoção da renda da produção agrícola, como o crédito rural, a política de preços mínimos e a participação estatal no processo de comercialização da produção.

Com relação ao crédito rural, esse mecanismo de incentivo à produção agrícola é amplamente considerado como o mais importante instrumento de transferência de recursos econômicos para a agricultura. Portanto, o que a Frente Ampla procura apontar são os principais limites deste tipo de intervenção estatal, relativizando seus efeitos práticos para a agricultura, elencando os principais problemas da política de crédito rural que então vinha sendo praticada pelos governos e apontando para determinados ajustes a serem feitos considerando um horizonte de retirada do Estado em termos de intervenção na economia.

O primeiro aspecto criticado na política de crédito rural refere-se aos desvios de recursos da agricultura para outros setores das cadeias produtivas como o setor de insumos e máquinas, o setor de distribuição e comercialização, o consumidor final e até mesmo os trabalhadores rurais. Um segundo fator que diluía consideravelmente os incentivos dados pelo crédito rural subsidiado são determinadas políticas protecionistas da indústria nacional que acabam resultando em preços mais elevados para o produtor rural. Dessa maneira, a reserva de mercado da indústria de importantes fatores de

produção, resulta em custos maiores, pressionando a margem de ganho dos setores agrícolas. Outro aspecto que impacta a formação da renda agrícola via política de crédito rural, é a distribuição desigual de seus subsídios, privilegiando determinados produtores e segmentos produtivos em detrimento de outros.

Considerando estes três pontos como decisivos para a diminuição do impacto do crédito subsidiado para a agricultura, a carta aponta ainda outros dois aspectos que combinados a outros elementos da política econômica do governo também contribuem para relativizar o crédito rural subsidiado como política de formação de renda agrícola. Assim, primeiramente, a pouca articulação entre as projeções do subsídio oferecido e da trajetória de inflação num contexto de descontrole dos preços, também limitava os efeitos dessa política. Em segundo lugar, a concomitância com uma política de preços negativos para agricultura igualmente contribuía na neutralização das políticas de crédito agrícola.

Dessa forma, a Frente Ampla aponta para a necessidade de revisão das políticas de crédito “pesadamente” subsidiado associada a um menor protecionismo estatal na indústria de insumos e máquinas, contribuindo assim para o fortalecimento da renda do produtor rural. Além de fortalecer a economia da produção agrícola, medidas que caminhem neste sentido, na perspectiva da FAAB, contribuem, por outro lado, em acentuada redução de gastos do governo, ajustando melhor as políticas agrícolas ao novo papel almejado para o Estado na economia.

Com relação aos preços de garantia na agricultura, estes têm se mostrado fundamentais como referência para o mercado e, principalmente, como determinante da renda agrícola. No entanto, a Frente Ampla também questiona as consequências efetivamente benéficas para a produção rural da atual política de preços de garantia. Tal qual no caso do crédito rural, esta política encontra importantes limites quanto à formação de melhores preços para o produtor e a garantia de maior estabilidade na renda. Assim, o documento afirma que, considerando a conjuntura econômica de estagnação da produção, descapitalização do setor e abandono da pequena propriedade, o que se verificava na prática da política de garantia de preços que então era praticada era justamente o efeito contrário.

Em paralelo a este processo assistiu-se também à expansão da fronteira agrícola que, segundo a Frente Ampla, foi incentivada justamente por uma política de preços de garantia equalizada para todo o país, que financiava a expansão no Centro-Oeste, mas, ao mesmo tempo, transferia recursos da agricultura para outros setores da economia.

Como resultado, estas políticas fortaleciam ainda mais a dependência da agricultura frente ao Estado com o enfraquecimento da intermediação privada da produção entre os diferentes setores da economia. Segundo a carta de princípios, naquele momento, o governo havia se convertido no “principal comprador e armazenador das safras, enquanto o agente privado passou a operar diretamente com o governo, repassando a produção às etapas seguintes do canal de comercialização.” Neste sentido, a Frente Ampla, da mesma forma que no caso do crédito rural subsidiado, busca demonstrar que as políticas de garantia de preços e suas respectivas correções monetárias, também apresentam efeitos muito limitados no processo de formação da renda do produtor rural e terminam por representar uma política onerosa aos cofres públicos. Sendo assim, na perspectiva da agricultura, não houve ganho expressivo com este tipo de política agrícola e sua aplicação reforçou o inchaço da máquina pública, caminhando no sentido inverso aos princípios que fundamentam as posições apresentadas no documento da FAAB.

Por fim, a carta de princípios aponta ainda o excessivo controle estatal sobre os processos de comercialização e circulação das mercadorias agrícolas, representando da mesma maneira em uma política pública “ineficiente e custosa para a sociedade”. Substituindo, portanto, a iniciativa privada na tarefa de agenciar e coletar a produção rural, o Estado age como principal distribuidor, aumentando custos desnecessários na esfera da circulação que acabavam por ser repassados para a sociedade na forma de inflação e impostos. Adiciona-se a isto, o fato de que no percurso deste processo o favorecimento pessoal e clientelista tende a privilegiar deliberadamente alguns poucos setores e indivíduos em razão do conjunto da agricultura.

Além das políticas de formação de renda do produtor rural, a Frente Ampla, buscando tratar da questão social, recupera o debate acerca da garantia das necessidades básicas. Dessa maneira, considerando o enorme passivo existente nesta matéria no meio rural, destaca-se, novamente em conformidade com a racionalidade do Estado mínimo, o perfil complementar e assistencial do modelo de política social defendido pela Frente Ampla. Com isso, a FAAB relega textualmente aos ajustamentos do mercado, que se verificam predominantemente por meio do êxodo rural, a principal tarefa de minorar e aliviar as pressões sociais no campo, entendidas como questão particular, distinta da questão social urbana, pelo que se denuncia como uma marginalização e discriminação do mundo rural.

Assim, a FAAB, ainda que reconhecendo o drama das causas e consequências sociais que resultam do êxodo rural, revelando um olhar técnico, fala em ajustamento e espontaneidade, parecendo considerar a migração como um meio de reestruturação produtiva do próprio livre mercado. Isso fica ainda mais claro quando a carta chega a sugerir que o êxodo rural efetivamente tem tido eficácia em relação aos anseios da população migrante. Segundo o documento:

É evidente que tais ajustamentos envolvem elevados custos sociais, entre os quais conta-se a desagregação familiar e a “inchação” das cidades com a consequente sobrecarga das oportunidades de emprego e a pressão sobre o investimento em capital social urbano. No entanto, a pequena taxa de reingresso no meio rural, com a redução de sua população em números absolutos, é a comprovação de que o emigrante rural tem atingido, pelo menos em parte, os seus objetivos, satisfazendo-se com a troca.⁴²

Neste quadro, a Frente Ampla reconhece que a modernização agrícola foi um fator que agravou a evasão populacional do campo para a cidade. A pequena mobilidade dos camponeses mais pobres e seu baixo nível de capacitação frente a uma produção cada vez mais tecnificada e especializada, na sua perspectiva, acentuou a desigualdade distributiva no meio rural. Ainda assim, a carta de princípios faz um esforço de valorizar os efeitos sociais da modernização, defendendo que esse processo contribuiu na redução da pobreza rural absoluta.

A carta defende ainda que é preciso considerar que o combate aos desequilíbrios existentes no meio rural não pode ser definido pelo que chama de setores sociais urbanos. Por isso, não basta a imediata incorporação do produtor sem recursos à agricultura comercial, como alguns setores urbanos assim reclamam. Este deve ser um processo de longo-prazo, de caráter gradual, de modo que aconteça no tempo em que vão sendo superadas as limitações sociais do país, especialmente quanto a sua condição de subdesenvolvimento econômico e discriminação entre o campo e a cidade.

Em relação ao debate sobre a propriedade da terra, a Frente Ampla se detém fundamentalmente na discussão sobre a sua função social e constrói toda uma concepção própria para inviabilizar a desapropriação para fins de reforma agrária por meio deste dispositivo. A carta de princípios não trata da reforma agrária, embora reconheça um passivo social em relação à propriedade da terra nos termos da garantia de igualdade de acesso aos direitos básicos. Nesta perspectiva, a FAAB reafirma o mercado como dinâmica fundamental para a resolução dessas distorções, considerando a desapropriação apenas para situações complementares e excepcionais.

⁴² ibidem.

Com seu próprio entendimento da função social, a Frente Ampla logra restringir as suas possibilidades enquanto mecanismo de política distributivista, sem negar a dimensão social da concentração da propriedade e consequentemente uma política de Estado que dê resposta a essa questão. Portanto, a FAAB constrói a sua concepção de função social da terra afirmando este conceito enquanto dispositivo para reconhecer os limites das liberdades do indivíduo frente a determinados interesses mais amplos da sociedade. Como consta em sua carta de princípios:

Idealmente, a terra seria aplicada de forma a atender sua função social quando, sem prejuízo da conservação ou aprimoramento de suas qualidades naturais, supre permanentemente as necessidades humanas e contribui para favorecer o bem estar dos que nela trabalham. Atendidas estas condições, a terra sob propriedade privada cumpriria também sua função social.⁴³

No entanto, ao especificar as condições de preservação do interesse social frente à livre iniciativa da propriedade, observa-se através de suas restrições e ressalvas o caráter efetivo e restringido da concepção de função social apresentada pelo documento. Embora reconheça a necessidade dessa concepção geral da função social no caso específico da propriedade da terra, é importante notar que a Frente Ampla desloca a ideia de função social apresentada pelos setores reformistas de seu objetivo de garantir a distribuição e democratização do acesso à terra, pois destaca que:

essa conceituação não é restritiva quanto aos limites físicos da propriedade, quanto a sua localização, quanto ao seu uso ou a quem caberia adequá-la a uma função social. Assim, nem o tamanho da propriedade, nem o local em que se situe, nem o seu uso em atividade agropecuária são condições necessárias ao cumprimento daquela função.⁴⁴

Tais considerações além de demonstrarem o quão limitado é o espaço para o exercício dessa função social, apresentam o ponto central de definição dos marcos do conceito concebido pela Frente Ampla. Ou seja, em que medida é válida a intervenção do Estado em nome da função social da terra como parte de garantia dos interesses gerais da sociedade frente à livre iniciativa. Seguindo esta linha de raciocínio a carta de princípios apresenta as seguintes considerações:

Ao ser destinada a reserva indígena ou a parque nacional, ao ser colocada em produção, mantida inexplorada ou mesmo devoluta por indução das forças de mercado, a terra cumpre uma função social independente de quem a apropria. Desta forma, a responsabilidade por escolher e atribuir à terra uma dada função social pertence, por definição, ao conjunto da sociedade, estando implícita nas relações econômicas e sociais vigentes. Somente formas de uso da terra contrárias à lógica do mercado e do interesse social fariam com que

⁴³ ibidem.

⁴⁴ ibidem.

qualquer área rural se desviasse dessa finalidade. E somente neste caso caberia a ação do Estado, quer seja esta área de domínio privado ou público.⁴⁵

Com estas considerações, a Frente Ampla apresenta o cerne de sua concepção limitada de função social da terra. Pois, se, por um lado, a carta de princípios admite a presença do Estado como “proprietário” cumprindo fins definidos como de interesse social, como a demarcação de terras indígenas e reservas ambientais, por outro lado o documento afirma que a propriedade somente está de acordo com sua função social quando esta é regida segundo a dinâmica do próprio mercado. Nesta lógica, se uma propriedade privada está momentaneamente improdutiva por razões de mercado, considera-se que a mesma está cumprindo sua “função social”, pois está respondendo espontaneamente ao exercício pleno da livre iniciativa. Assim, neste caso, a referida propriedade estaria de acordo com sua “função social” da mesma forma que a demarcação de um parque nacional da união para fins de preservação ambiental ou de reconhecimento territorial de comunidade tradicional.

Por fim, a carta de princípios da FAAB chama atenção para o debate específico sobre meio ambiente, conferindo destaque ao tema. Sem apontar muitas propostas ou medidas objetivas, a Frente Ampla parece fazer certas considerações gerais, buscando localizar-se politicamente no debate mais contemporâneo da questão ambiental. De forma genérica, a carta de princípios busca reafirmar suas orientações liberais reconhecendo que esta deve ser uma questão limitante da livre iniciativa, tal qual a igualdade de oportunidade de acesso a direitos básicos, pois toca numa questão de foro ético – o respeito e a reciprocidade para com a natureza – e numa questão de ordem material – as possibilidades econômicas perdidas pela degradação do meio ambiente. – Assim, a Frente Ampla, em conformidade com a emergência do debate ambiental na sociedade contemporânea, parece colocar esta questão em outro nível de destaque no programa político da agricultura.

Dessa maneira, no presente capítulo buscamos colocar em evidência dois pontos fundamentais de caracterização da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira. Em primeiro lugar buscamos apresentar o seu processo de formação, analisando sua composição política como reflexo das condições transitórias da conjuntura política e econômica, das disputas internas e externas ao campo político de representação do patronato rural e do novo perfil agroindustrial da configuração de interesses, anunciando um novo tempo na organização dessas representações. Acompanhado deste conjunto de

⁴⁵ ibidem.

mudanças, foi formulado e apresentado um programa da “agropecuária” que conjugou posições mais liberalizantes na economia com uma perspectiva restrita das dimensões sócio-ambientais da questão agrária. Como veremos no capítulo seguinte, foi com esta base de sustentação ideológica que os setores patronais rurais organizados na FAAB se lançaram a partir de 1986 na disputa dos rumos da Constituinte e da política econômica, buscando consolidar suas lideranças como principais porta-vozes das classes dominantes agrárias brasileiras, lutando em defesa da propriedade privada e defendendo uma agenda de política agrícola própria.

CAPÍTULO III: A FAAB E A OPOSIÇÃO AO PLANO CRUZADO

Após ser fundada, como vimos, em Junho de 1986, a FAAB teve como um de seus principais pontos em sua agenda política a crítica às políticas econômicas que vinham sendo aplicadas pelo governo, em particular a oposição ao Plano Cruzado, lançado alguns meses antes, em fevereiro do mesmo ano. Neste sentido, no presente capítulo buscaremos dar destaque ao comportamento da Frente Ampla através da forma com que as suas lideranças formularam e manifestaram seu posicionamento crítico em relação aos rumos econômicos do país para o governo federal e o conjunto da sociedade. Para tanto, em primeiro lugar, buscaremos apresentar um panorama de como que as lideranças que se organizaram na FAAB em meio à crise entre o governo federal e expressivos setores produtivos na agricultura, que foi decorrente do congelamento de preços buscaram se posicionar inicialmente. Em seguida, chamaremos a atenção para a aposta na articulação de uma grande mobilização de rua em princípios de 1987 que foi convocada pela Frente Ampla e visava não apenas pressionar o governo para que este revisse a sua política econômica, como produzisse uma demonstração de força dos grandes proprietários rurais em resposta aos crescentes e dinâmicos movimentos por Reforma Agrária que enxergavam na instalação da Assembleia Nacional Constituinte uma nova janela de oportunidades para pressionar pela democratização da propriedade da terra.

3.1. O LANÇAMENTO DA “FRENTE AMPLA” EM MEIO ÀS CRÍTICAS AO PLANO CRUZADO:

Ao mesmo tempo em que as preocupações com a reforma agrária se intensificaram durante a Nova República, principalmente a partir das crescentes mobilizações de trabalhadores rurais e ocupações de terra, o persistente quadro de crise econômica com altas taxas de inflação ao longo de toda a década de 1980 contribuiu para que a pauta da defesa do financiamento agrícola se destacasse crescentemente na agenda do patronato rural. Como poderemos observar adiante, importantes mobilizações de rua deste período, algumas delas com ativo engajamento dos setores organizados na Frente Ampla, conferiram significativa importância a essas reivindicações pautando as mudanças nas políticas de financiamento agrícola e o congelamento de preços impostos

pelo Plano Cruzado. Assim, quando não simplesmente buscaram ocultar a sua posição contrária à Reforma Agrária de seus discursos, resumindo a questão da concentração fundiária a ajustes técnicos nas políticas agrícolas a partir de mudanças na orientação econômica do governo –fazendo desta estratégia uma forma de pressionar politicamente através das manifestações pela defesa da propriedade sem necessariamente clamar de forma aberta por posicionamentos contrários à reforma agrária-, os dirigentes da FAAB foram às ruas para defender as políticas de financiamento da agricultura, que havia sido atingida por consideráveis cortes em seu orçamento.

Como foi possível observar no primeiro capítulo, o processo de modernização da agricultura durante a ditadura militar foi fundamentalmente financiado pelo Estado com fartos subsídios ao crédito agrícola, bem como benevolentes desonerações fiscais para o setor. A partir do agravamento da crise econômica, Coelho (2001) chama atenção para o ano de 1985, quando, com o aumento exponencial da inflação e dos juros da dívida externa, o modelo de financiamento da agricultura até então praticado se viu seriamente afetado, levando a significativos cortes no orçamento público dirigido ao setor.

O esgotamento deste modelo de financiamento associado às dificuldades com o cenário de crise econômica que então se estendia foi reconhecidamente um importante fator de mobilização do patronato rural⁴⁶, incentivando sua reorganização e dinamizando sua atuação política. Neste sentido, para além da pauta fundiária na oposição aos movimentos por Reforma Agrária, se intensificou neste mesmo momento uma importante preocupação com os rumos gerais da política econômica e seus efeitos para a produção agrícola.

Agravando estas preocupações com a conjuntura econômica, o Plano Cruzado foi anunciado em fevereiro de 1986. Adotando uma medida considerada heterodoxa, o governo buscava interromper a espiral de decrescimento econômico e alta inflação realizando uma reforma monetária que instituiu uma nova moeda (o cruzado) e congelou os preços da economia (sem congelar os salários), produzindo um forte impacto na agricultura com perdas para a renda do produtor, que já vinha assimilando as consequências dos cortes no financiamento agrícola, em especial no setor de exportação e na pecuária (MACIEL, 2012).

⁴⁶ Como também é possível observar no primeiro capítulo, o processo de reorganização no campo de representação do patronato rural se deu, dentre outras razões, pelo descontentamento do setor agrícola com os efeitos de restrição ao crédito que a crise econômica dos anos 1980 vinha produzindo. A literatura sobre o patronato rural no período chama grande atenção sobre esta questão, como: Graziano da Silva (1991); Bruno (2002); Mendonça, (2006).

Com estas medidas, o governo Sarney, que vinha sofrendo com baixa popularidade e legitimidade derivadas de sua condição de herdeiro bastardo do projeto político de Tancredo Neves e da paralela persistência do quadro econômico adverso, buscava recuperar alguma base de apoio popular. Considerando que se avizinhavam as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, o governo se decidiu por uma profunda e inesperada guinada em sua política econômica através de uma reforma monetária. Logrando a adesão popular para garantir o controle dos preços, o governo Sarney, apesar de ter conseguido estabilizar a economia nos meses imediatamente posteriores ao seu anúncio, abriu um amplo espaço de confrontação com diversos setores produtivos (ASSIS, 2012). Se somando aos cortes no financiamento agrícola, o congelamento de preços afetou diretamente a margem de ganho dos produtores rurais. Assim, a reação contrária do patronato rural à política econômica do governo se justificou, principalmente, pelos efeitos negativos do câmbio fixo para o setor agro-exportador e do congelamento de preços, que interrompeu a tendência de alta dos produtos agropecuários em razão da queda da safra no final do ano anterior (COELHO, 2001).

Sendo implementada no início de 1986, quando ainda não havia sido anunciada oficialmente a iniciativa de articulação da FAAB, a nova política econômica do governo mobilizou de imediato setores pecuaristas que, sob a liderança da UDR, se lançaram em uma queda de braço pública com o executivo que se arrastou por vários meses. Impondo sucessivos constrangimentos para a equipe econômica do governo, os produtores de gado realizaram um boicote ao Plano Cruzado, retendo o boi gordo nos pastos. Como reação, entre março e novembro de 1986, foram diversas as tentativas do governo de impedir o desabastecimento de carne, oferecendo à imprensa verdadeiras caçadas ao gado feitas pela Polícia Federal em uma das tentativas de vencer pela força o impasse com os pecuaristas (DREIFUSS, 1989).

Lançada, portanto, em meio a esta queda de braço, em junho de 1986, a Frente Ampla, buscando se diferenciar da UDR, procurou fortalecer o canal de interlocução de suas lideranças com o governo federal para que suas lideranças: fossem reconhecidas como legítimos porta-vozes do patronato rural; lograssem garantir as políticas agrícolas que lhes conviessem; e se certificassem da defesa da propriedade privada em relação às ameaças distributivistas. Para alcançar estes objetivos, sua primeira iniciativa foi apresentar suas posições publicamente para o governo Sarney em audiência concedida aos dirigentes da OCB, SRB e CNA por intermediação do Senador Alfredo Campos

(PMDB/MG)⁴⁷. Nesta audiência, os representantes da FAAB entregaram oficialmente uma carta ao presidente apresentando seu programa e sua disposição de negociar não somente as políticas econômicas de curto prazo para a agricultura, mas também um projeto de médio-longo prazo para a produção agrícola do país. A respeito da conjuntura econômica do momento, a carta afirma:

No sentido de consolidar este compromisso, a Frente Ampla propõe-se, desde já, a participar ativamente na definição do Plano da safra 1986/87. Apresentando seus estudos técnicos elaborados em conjunto com aqueles realizados pelo governo e referendá-los no próximo mês de julho em um grande encontro da agropecuária brasileira.⁴⁸

Além de reivindicar, portanto, a participação na definição do próximo plano safra, que significava influir principalmente nos montantes destinados ao financiamento dos diferentes setores da agropecuária, a carta também ressalta que suas intenções não se limitam ao debate da conjuntura econômica e que a Frente Ampla estava disposta a dialogar e negociar um projeto mais abrangente para a agricultura que estivesse, em sua perspectiva, condizente com o processo de transição política da Constituinte. Neste sentido, a carta reafirma os seguintes pressupostos ao presidente Sarney:

São necessariamente mais profundos os propósitos de um trabalho como abrangidos pelos objetivos da Frente Ampla, pretendemos erigi-la em fórum permanente de debate de temas de importância para os destinos do setor, com realce à formulação de uma política agrícola, incluindo o tema da reforma agrária. Para isso, contamos também com a participação dos partidos políticos e representantes do Poder Público os quais unidos aos produtores, traçarão as diretrizes de consenso e os projetos específicos que permitirão somar às conquistas da Nova República, resultados de longo alcance em aspectos cruciais ao desenvolvimento do país.⁴⁹

Assim, a carta expressa a ambição da Frente Ampla de se constituir como “fórum permanente” que buscaria unificar o patronato rural, clamando para que “juntemos nossos pensamentos – o produtor rural e o governo” – para conciliar “os maiores interesses da nação” com “o desenvolvimento da agricultura e da pecuária”⁵⁰. Invocando, portanto uma unidade de representação interna dos produtores rurais, a Frente Ampla constrói uma identificação imediata entre o que seriam os seus interesses e o que seriam os interesses gerais da nação, inscrevendo suas demandas ao governo federal no que defende ser a agenda do desenvolvimento nacional.

⁴⁷ Folha de São Paulo, 17/06/1986, p. 24. Frente Ampla; O Estado de São Paulo, 18/06/1986, p. 10. Frente dos Produtores.

⁴⁸ Carta da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, José Sarney, 17/06/1986

⁴⁹ *ibidem*.

⁵⁰ *ibidem*.

Com relação ao tema da propriedade, a carta se posiciona com clareza, “incluindo” o tema da Reforma Agrária como um item a ser destacado da agenda de políticas agrícolas. Este posicionamento revela não só o lugar conferido pela FAAB de subordinação da Reforma Agrária em relação às políticas agrícolas de seu interesse, como também demonstra a permanente disputa discursiva sobre estes termos com os movimentos sociais do campo, em que as noções de questão agrária e agrícola são constantemente separadas e hierarquizadas pelo patronato rural, diluindo a primeira em mais um tópico da segunda.

Além disso, buscando se apresentar como um espaço aberto que abrange tanto o diálogo com representantes dos produtores, como com representantes dos partidos políticos e integrantes da burocracia estatal, a Frente Ampla reivindicava sua legitimidade e força política para influenciar nos temas relativos à agropecuária, contribuindo nesta área para traçar as diretrizes de um consenso articulado com distintos setores da sociedade civil e política. Este consenso seria, portanto, o fundamento para o desenvolvimento nacional, bem ao estilo do pacto conservador que orientou o processo de transição política.

Procurando de saída um posicionamento de proximidade e diálogo com o governo federal, a FAAB, mesmo assim, buscou pressionar se colocando de maneira contrária ao congelamento dos preços imposto pelo Plano Cruzado, reivindicando maiores aportes no financiamento agrícola para a temporada seguinte. Para este fim, na perspectiva de Roberto Rodrigues, era importante que a Frente Ampla lograsse de fato estabelecer um novo canal de representação, fortalecendo a posição do patronato rural frente ao governo e à Constituinte. Segundo ele, o governo age de uma maneira “esperta” na negociação com o setor privado, se utilizando das diferenças e disputas de interesses no interior dos diversos ramos da economia para fazer valer a sua própria política e os seus próprios interesses. Nesta perspectiva, o papel principal da FAAB seria o de fortalecer a posição dos setores nela organizados a partir da reunião de múltiplos interesses da agropecuária em uma forma de representação comum. Ainda segundo sua avaliação, a fragmentação das organizações era tão grande que foi difícil garantir uma unidade de representação, favorecendo o governo em razão das significativas diferenças setoriais e regionais da agricultura nacional:

Um agricultor de soja do Rio Grande do Sul com um conjunto de demandas, que eram diferentes dos caras do Mato Grosso ou dos caras do Maranhão. Então o governo não dava nada para ninguém. “Ah cada um pedia uma coisa, vocês não sabem o que vocês querem.” Então o governo se servia daquele divisionismo e da falta de representação da CNA para não atender a ninguém.

Então a Frente Ampla criou essa condição interessante. Na verdade o governo tinha um interlocutor só, que era a frente ampla. Isso fortaleceu a posição da classe rural e conseguimos ter avanços interessantes na classe.⁵¹

Reconhecendo as divisões internas do campo de representação de interesses do patronato rural em face de sua diversidade setorial e regional, Rodrigues avalia que a FAAB permitiu minimizar a percepção do governo sobre o divisionismo interno da agropecuária e sua consequente instrumentalização para benefícios políticos próprios, do governo. Ocupando, desta forma, o espaço político deixado aberto pela “falta de representação da CNA”, a Frente Ampla teria criado as condições necessárias para o fortalecimento da posição de suas principais lideranças em relação ao governo e aos seus concorrentes no campo de representação de interesses do patronato rural.

Estabelecendo a interlocução direta com o Ministério da Agricultura, é possível observar na imprensa a presença frequente do Ministro Iris Rezende nas conversações à época do Plano Cruzado e das Mobilizações de Rua ao longo de 1987. Segundo Rodrigues, “ele é que marcava conversa com o Sarney (...) ele é que armava todo o contato”. Goiano, filho de produtores rurais e proprietários de terras, Rezende construiu sua carreira política no estado, chegando a ser governador pelo PMDB durante a ditadura militar. Indicado para o ministério por Sarney em 1986 se mostrou como um aliado íntimo dos representantes da Frente Ampla nos embates com os planos da equipe econômica do governo federal, atuando ao longo dos anos seguintes da Nova República em favor de suas posições, como, por exemplo, a crítica ao congelamento de preços e a defesa das políticas de subsídio ao crédito agrícola.

Portanto, apostando na pressão do lobby institucional junto ao governo federal para defender seus interesses em relação às formas de incentivo e financiamento agrícola, a Frente Ampla compôs uma forte oposição ao Plano Cruzado. Se ao longo de 1986, as lideranças da FAAB permaneceram no terreno da negociação, no princípio de 1987 acabariam por se lançar em mobilizações de rua, buscando intensificar a pressão política sobre o governo e o processo Constituinte, além de ocupar este espaço da representação política até então fortemente protagonizado pela atuação da UDR.

⁵¹ Entrevista com Roberto Rodrigues, 2016.

3.2. A FAAB E AS MOBILIZAÇÕES DO PATRONATO RURAL: O ALERTA DO CAMPO À NAÇÃO DE 1987.

Mesmo com uma postura política e um método de atuação que privilegiasse a negociação institucional junto aos diferentes representantes da sociedade política (governo, parlamento, ministérios e agências estatais) na defesa da propriedade e de políticas agrícolas de seu interesse, os setores organizados na FAAB também fizeram uso de mobilizações de rua como forma de pressionar e chamar atenção para suas pautas e para sua liderança política. Assim, ao mesmo tempo em que buscava se apresentar como um espaço de unidade classista para fortalecer sua legitimidade e capacidade de pressão perante o Estado, a FAAB, no intuito de conquistar as suas principais demandas, também procurou exibir força política publicamente através de manifestações na rua, demarcando posições externa e internamente ao campo de representação política do patronato rural. Neste sentido, a FAAB acabou por acompanhar a UDR nas iniciativas de mobilização de suas bases na rua com o objetivo de ocupar este espaço da política, muito bem protagonizado por sua congênere naquele período, e fortalecer o seu espaço de negociação.

A respeito do recurso às manifestações de rua, partindo de um estudo de caso sobre a mobilização do “Tratoração – O Alerta do Campo” ocorrido em Brasília em 2005, Carneiro (2008) busca compreender melhor as diversas formas de organização política de produtores e proprietários rurais, contribuindo com uma importante reflexão acerca das formas com que as elites rurais fazem uso recorrente de manifestações públicas na rua para a defesa de seus interesses. Este fato, na perspectiva do autor, é traço constitutivo do processo de fazer-se classe do patronato rural e de construção de suas respectivas formas de representação. Dessa forma, para além do estudo de caso sobre o Tratoração, o autor recupera o histórico recente de mobilizações destes setores, indicando importantes características desta forma de ação que, em grande medida, contribui para pensarmos o lugar da Frente Ampla nas mobilizações realizadas durante a Nova República, em particular aquelas de âmbito nacional, ocorridas no ano de 1987.

Entendendo, portanto, que “a manifestação de rua faz parte da prática social das classes e grupos dominantes no campo brasileiro, e é uma ação acionada em situações em que os agentes estudados vêm ameaçada a sua reprodução social” (CARNEIRO, 2008: 3) a reflexão sobre o “Tratoração” sugere que a opção por esta tática política é

tomada para contemplar duas questões fundamentais para os interesses do patronato rural que se mobiliza: a agenda fundiária e a agenda do financiamento. Segundo o autor:

Essas manifestações podem conter reivindicações e interesses que dizem respeito a estes dois temas; contudo, em dada conjuntura, é a defesa do monopólio fundiário ou a ‘renegociação das dívidas’ que constitui o elemento gerador da ‘disposição de agir’ das bases (CARNEIRO, 2008: 3).

Neste sentido, o peso de cada uma destas agendas do patronato rural durante as mobilizações de rua se dá conforme as condições políticas e econômicas do momento. Oscilando entre as questões relativas à defesa da propriedade da terra e das condições de farto financiamento estatal, o discurso e as reivindicações expressos por estas manifestações são principalmente orientados por estas agendas.

No caso da agenda fundiária, esta parece se constituir por demandas específicas que costumam unificar os grupos dominantes na defesa absoluta da propriedade da terra. Assim, quando sentem seu direito à propriedade ameaçado, o conjunto do patronato rural reivindica políticas que: mantenham e ampliem a legislação que garante o pleno direito de propriedade, reprimam os movimentos de luta pela terra, efetive o cumprimento das reintegrações de posse, sejam restritivas à reforma agrária e favoreçam grandes proprietários em disputas judiciais (CARNEIRO, 2008).

Com relação à agenda do financiamento, determinadas “situações econômicas que afetam a lucratividade das atividades agropecuárias” (CARNEIRO, 2008: 5) levam o patronato rural a demandar com grande destaque em suas manifestações de rua, algumas políticas agrícolas que favoreçam, sobretudo, as condições de investimento e geração de renda. Neste sentido, o conjunto de reivindicações feitas pelas manifestações de rua de grandes produtores e proprietários rurais são, via de regra, marcadas por propostas de renegociação das dívidas, crédito agrícola barato, preços mínimos, seguro rural, bem como demandas específicas de favorecimento às exportações (CARNEIRO, 2008).

Deste modo, pautando sua agenda política em torno destes dois grandes temas, o patronato rural, ao se lançar nas mobilizações de rua, não apenas busca defender seus interesses econômico-corporativos, mas faz deste processo a própria construção de sua identidade de classe específica e de suas respectivas formas de representação política. Neste sentido, esta prática política revela alguns aspectos, tais como: o reforço de um “fazer-se classe” entre aqueles interesses mais diretamente associados às atividades agropecuárias, suas diferenças no interior da classe dominante (em especial sua subordinação em relação às frações industriais e financeiras), a construção de “um

outro” como múltiplos contrapontos a seus interesses (Estado, governo, sem terra, sociedade urbana, indústrias e bancos) e a manifestação pública e de rua como característica específica (no sentido de não ser um recurso muito utilizado pelas demais frações da classe dominante) e excepcional (no sentido de não ser o recurso preferencial e de ser acionada em determinados momentos, quando produtores e proprietários rurais veem sua reprodução social ameaçada) da prática política das classes dominantes agrárias (CARNEIRO, 2008).

Embora a agenda das manifestações animadas por representantes do patronato rural possa ser definida em linhas gerais entre preocupações com a política agrária e a implementação de políticas agrícolas que lhes favorecessem, notadamente a garantia de renda ao produtor rural, é importante ter em conta que esta definição temática, não constitui efetivamente uma separação de sua agenda política, muito menos uma hierarquização na pauta de reivindicações. Ao contrário da recorrente dualidade entre estas dimensões das políticas públicas para o mundo rural e a agricultura, questão agrária e agrícola são estruturalmente complementares. Neste sentido, a defesa da propriedade é elemento central que tanto determina recorrentemente a agenda fundiária do patronato rural, como disputa os recursos estatais em favor da grande produção agrícola estabelecida em grandes latifúndios.

Deste modo, sem fugir a estas diretrizes, a Frente Ampla tomou a iniciativa, logo no princípio de 1987, de convocar para o dia 12 de Fevereiro uma grande manifestação em Brasília, que foi chamada de “Alerta do Campo à Nação” e que defendia a inviolabilidade da propriedade da terra, a revisão dos preços mínimos, a redução dos juros para o crédito agrícola e o pagamento à vista de suas vendas ao governo. Neste sentido, Dreifuss (1989) chama atenção para o fato de que a UDR não esteve sozinha nos esforços de mobilização do patronato rural na rua para responder aos movimentos por Reforma Agrária e às restrições econômicas impostas pela política do Ministério da Fazenda. Segundo o autor:

Deve-se acrescentar que nesta fase – quando o alvo era o governo – a UDR não esteve sozinha. À procura de melhores preços mínimos, garantia de créditos a juros baixos e pagamento à vista de suas vendas ao governo – uma proposta explosiva em meio ao Plano Cruzado – a FAAB pretendia levar no final de Fevereiro de 1987, milhares de agricultores à Brasília, para realizar o ‘Alerta do Campo à Nação’ – uma tentativa de “dar uma demonstração de poderosa unidade da classe ruralista, hoje violentamente descapitalizada e sujeito a uma das piores crises da História recente”. (DREIFUSS, 1989:81)

Assim, as pressões sociais por Reforma Agrária e os efeitos do esgotamento do modelo de financiamento da agricultura nos anos 1980 foram fortemente sentidos pela

“classe ruralista”, impulsionando estes atores políticos a uma ampla mobilização de rua contra o que era classificado como “uma das suas piores crises da História recente”. Frente a este cenário, se sentindo “violentamente descapitalizada”, as lideranças da FAAB buscaram impulsionar as mobilizações, denunciando com destaque a conjugação de uma conjuntura econômica de restrições ao crédito estatal agrícola e a imposição do congelamento dos preços pelo Plano Cruzado. Segundo o material de convocação da FAAB, a mobilização do Alerta do Campo à Nação se justificava fundamentalmente da seguinte maneira:

A Grande motivação deste evento é a demonstração a todo cidadão, seja ele da cidade ou do campo, de que a falência da agricultura significará a desestabilização do país, porque o setor não terá as condições indispensáveis de cumprir seu papel maior: o de suprir alimentos a todos. Vamos demonstrar com clareza que precisamos de uma política agrícola que restaure a confiança do agropecuarista na sua atividade, garantindo a rentabilidade que lhe permitirá continuar a produzir pela grandeza do Brasil e bem-estar do seu povo. Vamos lutar pelo fortalecimento do Ministério da Agricultura para que ele seja o verdadeiro Ministério da produção, capaz de implementar uma Política Agrícola que, em conjunto com os parlamentares do Congresso Nacional, ajudaremos a planejar.⁵²

Neste sentido, a FAAB apresentava o movimento do “Alerta do Campo” como uma tentativa dos produtores rurais de dialogar com “o campo e a cidade”, denunciando o que considerava ser a “falência da agricultura” em face das denunciadas restrições ao financiamento agrícola e dos impactos negativos do congelamento de preços do Plano Cruzado sobre suas taxas de lucro. Clamando por maior confiabilidade do produtor em relação aos frutos de sua atividade, a agropecuária se mobilizou para exigir maiores garantias ao governo para investir. Para tanto, além da revisão dos juros agrícolas e dos preços mínimos para a agropecuária, os produtores rurais demandavam o fortalecimento do ministério da agricultura no governo federal, para que fosse possível executar uma política agrícola que estivesse em diálogo direto com os anseios do setor e com os parlamentares no Congresso Nacional.

A repercussão sobre a mobilização do alerta do campo na imprensa deu conta do quão exemplar foi este evento no sentido de ilustrar as principais pautas do patronato rural naquele momento, suas relações com a institucionalidade, o perfil e enraizamento social dos setores em movimento e o processo de disputa e renovação política que significou a crise de representação das classes dominantes agrárias durante o governo da Nova República.

⁵² Panfleto do Alerta do Campo, 12/02/1987

Sendo uma iniciativa que, em princípio, aparece na imprensa como sendo liderada pela OCB através da FAAB, ambas as siglas aparecem com destaque como principais promotoras do “Alerta do Campo” nas semanas e dias anteriores ao dia 12 de Fevereiro de 1987, quando estava marcada a manifestação em Brasília⁵³. Ainda no dia 27 de janeiro, o Jornal do Brasil noticiava a reunião de articulação para o evento onde foram verificadas as primeiras tensões políticas que posteriormente vieram a marcar o ato, com tentativas de isolamento da UDR por parte das lideranças da FAAB.

Aparecendo como principal porta-voz da iniciativa, Roberto Rodrigues convocou em nome da Frente Ampla uma reunião que foi realizada em São Paulo, na sede da SRB, alguns dias antes para definir as principais pautas e estratégias para a mobilização. Assim, o presidente da OCB, além de centrar a iniciativa na oposição “aos mecanismos de política agrícola vigente”, afirma o caráter pacífico, sem confrontações, com o intuito de “corrigir” os rumos do governo em relação à agropecuária, fazendo-se necessário “exibir por inteiro uma unidade que acredita já existir”, pois, caso contrário, “nada mais se poderá fazer”⁵⁴.

Além de Rodrigues, outros dois importantes representantes da Frente Ampla também foram entrevistados, Alberto Veiga⁵⁵, que reforçou as preocupações com o financiamento da Safra do ano corrente, afirmando que “nossa grande dúvida é que a colheita da safra 86/87 se aproxima rapidamente sem que o governo sequer tenha definido os parâmetros básicos para o setor”, e Flavio Teles de Menezes, que teve sua fala centrada na defesa da revisão da política agrícola de curto prazo, declarando que “além de reajustes urgentes de preços mínimos, os agricultores tentarão por todos os meios disponíveis evitar que a reformulação da política de juros agrícolas leve a categoria a uma situação crítica”.⁵⁶

Frente a esta movimentação, o governo Sarney buscou desmobilizar o evento, antecipando o lançamento de um “pacote agrícola”, no dia 10 de Fevereiro, após realizar uma reunião com a FAAB e 25 deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária. Nesta reunião, ficaram acertados os principais setores a serem beneficiados com o relaxamento do controle de preços e novos subsídios ao crédito e foi realizado, segundo o Jornal do Brasil, um “acordo de cavalheiros” em que o governo aguardaria o ato do Alerta do Campo para anunciá-lo em cerimônia pública junto dos

⁵³ Jornal do Brasil, 27/01/1987, p. 19, Agricultores se Preparam para Marchar em Brasília.

⁵⁴ *ibidem*.

⁵⁵ Economista Agrícola e Assessor da presidência da OCB e da Secretaria Executiva da FAAB.

⁵⁶ Jornal do Brasil, *op.cit*.

representantes da Frente Ampla. Ao mesmo tempo eram acertadas as condições de segurança para o ato, com o comprometimento que os manifestantes não sairiam em passeata, mas em uma breve carreata do ginásio até o “Eixão”, sem chegar à Explanada dos Ministérios⁵⁷. Com uma linha muito clara pela não confrontação direta com o governo por parte de representantes da FAAB, Nelson Trombeta, Superintendente da OCB, afirmou que houve prévio acordo sobre horário e trajeto com a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.⁵⁸

Mesmo assim, no esforço de esfriar o clima de mobilização e contrariando o acordado com as lideranças de que o pacote discutido somente seria anunciado durante a realização do Alerta do Campo, o governo antecipou o anúncio nas vésperas da manifestação. Frente ao retorno do agudo quadro recessivo e inflacionário nos primeiros meses de 1987 impulsionado pelo fracasso do Plano Cruzado no semestre anterior, o governo buscava ceder em alguns pontos. Deste modo, o pacote agrícola consistiu no reajustamento dos preços da cesta básica (milho, sorgo, arroz, feijão e mandioca) e da carne em relação à inflação dos meses anteriores⁵⁹.

A reação das lideranças da FAAB entrevistadas pela imprensa foi no sentido de reafirmar sua postura crítica em relação ao governo, considerando o pacote anunciado “muito aquém do necessário”, e prosseguindo com a convocatória para a mobilização dos dias seguintes. Dessa forma, nas vésperas do evento, o Estadão em sua Capa chamava atenção para a manutenção do protesto de produtores rurais, afirmando que “Para a OCB, pacote não satisfaz. Marcha hoje.”⁶⁰ O Jornal do Brasil noticiava que o Alerta do Campo seria pacífico e estava mantido, destacando a fala de um representante da Cooperativa dos Cafeicultores de Guaxupé do sul de Minas que defendia a pauta da política agrícola, afirmando que “Agricultor agüenta tudo: seca, geada, chubarada. Só não suporta pagar juros extorsivos e vender a produção com prejuízos”. Dessa maneira, as mobilizações prosseguiram levando um público estimado entre 15 e 30 mil pessoas a Brasília que se somaram a diversas mobilizações locais em todas as regiões do país, particularmente nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná.⁶¹

Através do noticiário da grande imprensa nacional nos dias que se antecederam à realização do Alerta do Campo é possível notar como a OCB, através da articulação

⁵⁷ Jornal do Brasil, 11/02/1987, p. 19, Marcha a Brasília Mobiliza Produtores.

⁵⁸ O Estado de São Paulo, 11/02/1987, p. 26, Agricultores Mantêm Marcha.

⁵⁹ ibidem.

⁶⁰ O Estado de São Paulo, 12/02/1987, p. 39, Para OCB, Pacote não Satisfaz. Marcha Hoje.

⁶¹ Jornal do Brasil, 12/02/1987, p. 25, Agricultores Mantêm Passeata de Protesto Hoje em Brasília.

política da FAAB, aparece à frente da organização do ato, tendo como principal pauta as perdas do setor agropecuário frente ao fracasso do Plano Cruzado e o agravamento da crise fazendo com o que os preços fixados dos produtos agrícolas em 1986 não mais se fizessem compatíveis com a realidade do mercado em relação à inflação e ao preço do crédito no início de 1987. Outro aspecto que não pode ser ignorado é o fato de que as ocupações de terras e movimentos sociais do campo seguiam exercendo forte pressão no tema da Reforma Agrária em um contexto de grandes expectativas neste quesito na Constituinte, instalada em meio às articulações para a mobilização.

Durante a construção e a realização do ato, explicitou-se novamente um terceiro elemento na imprensa, o processo de disputa e renovação política do campo de representação do patronato rural que estava em curso desde o anúncio do PNRA e que, mais uma vez, se expressava publicamente na grande mídia. Em realidade as primeiras tensões internas começaram a ser desenhadas ainda no dia 27/01, durante a reunião de preparação do Alerta do Campo realizada em São Paulo. Se em um primeiro momento a FAAB aparece como principal articulador da mobilização, Ronaldo Caiado parece não ter se deixado isolar, garantindo a participação da UDR nos preparativos do ato e logrando sair como principal protagonista nas avaliações da imprensa nos dias seguintes. Caiado, que já vinha apoiando uma série de mobilizações, não só conseguiu sair na foto, como saiu como o grande porta-voz da insatisfação dos produtores naquela ocasião. Sobre as tentativas da UDR de se inserir na cena do Alerta do Campo que vinha sendo montada através da FAAB, o Jornal do Brasil noticia que:

Após insistentes telefonemas para vários dirigentes da Frente Ampla, entre eles o presidente da OCB, Roberto Rodrigues, Caiado conseguiu sua inclusão na reunião da entidade do último dia 28, em São Paulo, que decidiu pela passeata em Brasília. Nesta reunião em que predominou visível mal estar, Caiado chegou a sugerir que o evento fosse transformado numa espécie de grande comício, com a presença de músicos e cantores, mas nenhum dos presentes acatou a ideia. Ainda assim, o líder da UDR correu em paralelo e trouxe de Goiás, a tiracolo, um conjunto de samba (que se apresentou informalmente fora do Ginásio Presidente Médici) e seus cativos admiradores soltaram ali mesmo fogos de artifício, dando à concentração de produtores rurais um ar de festejo.⁶²

Neste sentido, para além da grande imprensa ter conferido destaque às diferenças internas entre os representantes do patronato rural, indicando haver uma tentativa de isolamento da UDR, os jornais também buscaram qualificar as razões segundo as quais as lideranças da Frente Ampla teriam tentado excluir ou, pelo menos, marginalizar a entidade liderada por Caiado da participação na construção da

⁶² Jornal do Brasil, 14/02/1987, p. 14, Caiado se Impõe e Domina o “Alertaço” de Brasília.

mobilização que vinha sendo impulsionada pela FAAB. Ao destacar a inserção de um conjunto de samba “a tira colo”, o Jornal do Brasil não só reforçava uma forma de construção da representação da UDR mais lúdica, de caráter menos formal, como ignorava a participação direta e indireta da entidade nas conhecidas e numerosas ações de violência no campo, em particular contra as ocupações de terra. Da mesma forma, o Jornal O Globo também aponta em nota para o que lhe parece ser uma tentativa explícita de isolar a liderança de Ronaldo Caiado⁶³. Mesmo assim, o representante da UDR logrou mobilizar as suas bases conseguindo aparecer com um expressivo número que, embora não fosse majoritário, foi capaz de contagiar o ambiente do Alerta do Campo, disputando as bases que se dirigiram a Brasília através do seu protagonismo e do consequente reforço de sua liderança política.

Também chama atenção no material distribuído aos participantes do evento a preparação prévia da FAAB apresentando estritas orientações acerca do trajeto e dos objetivos do ato, solicitando aos manifestantes que não tomem posturas de enfrentamento. Assim, o panfleto alerta para o fato de que “é absolutamente indispensável que esta legítima manifestação transcorra na mais perfeita ordem, sem qualquer provocação ou confronto com o governo, autoridades constituídas ou demais setores da economia.” Clamando para a abrangência de interesses agrícolas a que o evento se dizia representar, “de trabalhadores rurais a empresários agrícolas, passando por produtores de todos os tamanhos, todos os produtos e todas as regiões”, a Frente Ampla se prevenia, buscando frisar que “não estamos aqui para provocar, nem para criar desordem, nem desafiar instituições”⁶⁴.

Chegado o grande dia, a imprensa noticiou que, dada a insistência de Caiado em participar da comitiva⁶⁵ que seria recebida no Palácio do Planalto e era composta inicialmente por lideranças da Frente Ampla, como Roberto Rodrigues (OCB), Flavio Teles de Menezes (SRB) e Antonio Ernesto de Salvo (FAEMG), o Presidente da República negou o encontro, resumindo a recepção dos representantes do Alerta do Campo a um aperto de mãos em cerimônia de lançamento de uma caderneta de poupança rural do Banco do Brasil. O mal estar e o desapontamento das lideranças foi retratado com destaque pela imprensa. O Globo noticiava que “Passeata de Agricultores

⁶³ O Globo, 12/02/1987, p. 24, Agricultores Protestam Também Contra o Pacote.

⁶⁴ Panfleto FAAB Alerta do Campo, 1987.

⁶⁵ O Globo, 13/02/1987, p. 17, Passeata de Agricultores não Chega ao Planalto; O Estado de São Paulo, 13/02/1987, p. 28, Protesto Agrícola Pára Brasília.

não chega ao Planalto”⁶⁶ e o Estadão, assim narrou o encontro com Sarney da comitiva da FAAB junto com a UDR.

Tenso e frio, o presidente recebeu das mãos do coordenador do movimento, Roberto Rodrigues, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, um documento de reivindicações, repassando-o ao ministro da Agricultura. Rodrigues virou as costas para o presidente que ainda falava com ele e saiu da fila de cumprimentos, irritado. Último na fila de cumprimentos, na qual estavam muitos dos deputados federais que compõem a Frente Parlamentar da Agricultura, o presidente da UDR tentou, ainda, um diálogo com Sarney. ‘Precisamos de uma resposta presidente’. Desta vez, quem virou as costas, sem resposta, foi Sarney, após um leve e constrangido aperto de mão com Ronaldo Caiado.”⁶⁷

A tensão com o governo demonstrou o jogo de interesses na relação conflituosa entre o executivo e os diferentes representantes do patronato rural, que vinha se intensificando desde o anúncio do Plano Cruzado, em princípios de 1986. Assim, é possível notar um claro movimento de aproximação entre o governo, a Frente Ampla e a Frente Parlamentar no sentido de se viabilizar um consenso que atendesse minimamente as reivindicações, apaziguassem os ânimos por meio da negociação e isolasse as posturas de maior enfrentamento direto, tendo como interlocutor privilegiado o Ministro da Agricultura. De outro lado, Sarney buscava legitimar a liderança da Frente Ampla, buscando se distanciar da imagem da UDR, desconhecendo sua representatividade ao se negar a recepcionar a comitiva com Caiado e ignorá-lo no cerimonial do lançamento da Caderneta de Poupança Rural do Banco do Brasil⁶⁸. Assim, tanto o governo como a Frente Ampla parecem se aproximar no interesse de isolar politicamente a UDR, dando preferência a outras formas mais discretas, moderadas e negociadas nas relações entre governo e sociedade civil organizada.

Após o encontro com o Presidente da República, havendo que decidir o que seria informado aos manifestantes que aguardavam no ginásio, decidiu-se que seria Roberto Rodrigues quem falaria. No entanto, Caiado, agindo rapidamente, se antecipou aos demais líderes e, ao chegar primeiro no ginásio, subiu no palco, tomou o microfone e denunciou o comportamento do presidente convocando a todos que saíssem em passeata, descumprindo o combinado com as autoridades de segurança de que haveria apenas uma carreata ao final e conclamando que “vamos paralisar a agropecuária neste país, vamos paralisar a comercialização. Não vamos fazer mais nenhum pagamento aos

⁶⁶ O Globo, 13/02/1987, op. cit.

⁶⁷ O Estado de São Paulo, 13/02/1987, p. 28, Protesto Agrícola Pára Brasília.

⁶⁸ ibidem.

bancos”⁶⁹. Sob forte resistência das lideranças da Frente Ampla que se recusaram a ir para a rua orientando suas bases para que não atendessem ao chamado de Caiado, a UDR conseguiu conquistar os holofotes da imprensa, mobilizando e levando boa parte da base de produtores e proprietários rurais reunidos no ginásio a uma grande marcha que atingiu o bloqueio policial, gerando uma tensão com as forças de segurança.

Apesar de Caiado ter conseguido protagonizar o noticiário com seu feito no dia anterior, as principais lideranças da FAAB apareceram nos jornais criticando a postura da UDR e buscando apresentar um balanço positivo com relação à pressão por novas medidas do governo, publicando os principais pontos acordados com o Ministério da Agricultura. Assim, Roberto Rodrigues, dentre várias declarações reafirmando sua opção por uma postura “moderada”, afirmou ao jornal do Brasil que a mensagem que a FAAB queria passar para a sociedade “foi engolida, neste episódio de Brasília, por um entidade exibicionista, de um dirigente absoluto, cujas preocupações passam menos pelas questões agrárias, e mais pelas questões políticas”⁷⁰. Além disso, o então presidente da OCB defendeu que houve “avanços para a política agrícola a partir de um movimento sem precedentes na história”⁷¹.

Seguindo o mesmo tom, a avaliação sobre as conquistas da mobilização realizada pelo Jornal do Cooperativismo, periódico editado pela OCB, apresenta a gama de pontos conquistados pelo movimento: Correção do índice de Preços Pagos (IPP) dos preços mínimos de todos os produtos; correção dos preços mínimos em 25% e 30% com ajustamento mensal; revisão dos preços dos produtos básicos, caso a caso, pelo custo de produção; constituição de uma comissão paritária, integrada com representantes da agricultura, do Congresso Nacional e do governo para definir a safra 87/88; incentivos à exportação de excedentes de arroz e milho; agilização da compra de café pelo Instituto Brasileiro de Café; liberação do VBC do café e eliminação da cobrança de correção monetária, de primeiro de março de 1986 até o final de fevereiro aos empréstimos com prazo superior a doze meses.⁷²

No entanto, o Jornal também aponta que, para a Frente Ampla, as principais reivindicações ainda não haviam sido atendidas, dentre elas o realinhamento dos preços mínimos agrícolas, a fixação da taxa de juros para o crédito rural em níveis comparáveis com a lucratividade e os riscos da atividade agrícola e suporte para a comercialização da

⁶⁹ O Globo, 13/02/1987, p. 17, Passeata de Agricultores não Chega ao Planalto.

⁷⁰ Jornal do Brasil, 14/02/1987, p. 14, Caiado se Impõe e Domina o “Alertaço” de Brasília.

⁷¹ *ibidem*.

⁷² Jornal do Cooperativismo, Fevereiro de 1987.

safr de verão, que já havia iniciado. Na visão da FAAB, a crise possuía origens de longo prazo, no entanto, as atuais incertezas faziam com que novos investimentos na agricultura fossem completamente inviabilizados e agravados pelo Plano Cruzado. Assim, o jornal aponta que uma das principais preocupações da Frente Ampla é “deixar claro para a opinião pública que a falência a que está sendo condenada a agricultura brasileira é de exclusiva responsabilidade do governo federal”⁷³.

Um fato muito destacado pela imprensa na repercussão do ato foi o grau de insatisfação das bases que foram reunidas em Brasília, elevando a temperatura da manifestação. Deste modo, além de atenderem prontamente ao chamado do jovem e carismático líder da UDR para saírem na rua, não hesitaram em demonstrar sua insatisfação com alguns de seus representantes que foram falar no ginásio. A mais significativa reação neste sentido foi a vaia a Flavio de Brito, presidente eleito da CNA que, naquela altura, estava sob questionamento judicial por parte da chapa de oposição encabeçada por Alysson Paulinelli. Com o subtítulo de “As lideranças em xeque”⁷⁴, o Estado de São Paulo traça um quadro das disputas internas entre a velha direção da CNA e as lideranças emergentes e dos conflitos entre as novas lideranças expressa nas divergências dos setores da Frente Ampla com a UDR. Além de Brito, o senador Severo Gomes que compareceu ao encontro no ginásio também sofreu rejeição de parte da platéia, sendo igualmente vaiado.

A base que se mobilizou para participar do Alerta do Campo em Brasília, embora diversificada, parece ter sido predominantemente das regiões sul e sudeste do país. Neste sentido, além da manifestação em Brasília, foram registradas mobilizações em diversas cidades do interior, fato também noticiado com destaque. Assim, os estados de São Paulo, Paraná e a região do sul de Minas foram as regiões com maior ocorrência de iniciativas de bloqueios de estrada, concentração em praças, desfiles de tratores e distribuição de alimentos, mobilizando milhares de produtores e proprietários rurais, além da população local⁷⁵. Estas iniciativas, mais que um reforço à mobilização de Brasília, também podem ser entendidas como prática de classe, reforçando os laços entre produtores e proprietários rurais e unificando as bases sociais nos estados em torno de suas pautas de reivindicação em comum.

⁷³ Jornal do Cooperativismo, Fevereiro de 1987.

⁷⁴ O Estado de São Paulo 13/02/1987, p. 29, As Lideranças, em Xeque.

⁷⁵ Folha de São Paulo, 13/03/1987, p. 22A, Divididos, Agricultores Ameaçam Paralisação.

Com relação aos setores produtivos que se mobilizaram, um dos mais expressivos foram os cafeicultores, um dos setores mais atingidos pela crise. Além dos produtores de café, que demandavam a compra da safra pelo governo, as reivindicações da FAAB apresentadas na imprensa versam ainda sobre a suspensão das importações agrícolas, além de reivindicações setoriais de produtores de cacau, cítricos, cana de açúcar, mandioca, pecuária de leite e de corte, hortifrutigranjeiros e trigo⁷⁶.

A respeito da relação entre estas bases e as direções dos movimentos também é possível observar na imprensa a presença de empregados, pequenos produtores e alguns manifestantes com pouca clareza acerca da pauta política e dos objetivos do movimento.

Entre os 25 mil manifestantes, no entanto, nem todos eram produtores rurais. Havia assalariados como Antonio Keures da Silva, um tratorista que ganha Cz\$ 934,00 por mês e, a exemplo de outros 15 empregados da fazenda Santa Rita, em Guaxupé (MG), foi recrutado por seu patrão para vir a Brasília participar do protesto. Mesmo sem entender direito o motivo do protesto, ele achou justo e se empolgou quando vários políticos foram tão vaiados que não conseguiram discursar.⁷⁷

Como desdobramento do Alerta do Campo, Caiado convocou a todos para retornarem às ruas no dia 10 de março de 1987 no que foi chamado de “Protesto Nacional da Agricultura Por Uma Nova Política Agrícola”, estendendo o enfrentamento político com o governo federal. Deste modo foi realizada uma paralisação das atividades produtivas com bloqueios de estradas, tratorações, distribuição de alimentos e concentrações em diversas cidades do interior do Brasil. Contando com manifestações em todas as regiões do país, a adesão repetiu o desenho do Alerta do Campo, com forte participação de cidades do interior do Paraná, São Paulo e Sul de Minas. Na pauta de reivindicações se encontravam ainda os pleitos por barateamento do crédito e reajuste geral dos preços agrícolas.⁷⁸

Sendo apresentada pela imprensa como uma iniciativa de Caiado em resposta ao distanciamento político mantido por Sarney no Alerta do Campo, esta nova mobilização não parece ter mantido o mesmo peso, mas ainda assim contou com a participação de setores importantes, fazendo com que as organizações da Frente Ampla, como a SRB, também se posicionassem, aderindo ao ato publicamente. Na imprensa, embora houvesse grande protagonismo da liderança da UDR, sem o mesmo engajamento aparente dos representantes da FAAB e com acompanhamento da “maratona de

⁷⁶ Jornal do Brasil, 14/02/1982, p. 5, Manifesto Alerta do Campo à Nação.

⁷⁷ O Globo, 13/02/1987, p. 17, Passeata de Agricultores não Chega ao Planalto.

⁷⁸ Folha de São Paulo, 10/03/1987, p. A26, Agricultores Promovem Hoje Protestos em Todo o País.

Caiado”⁷⁹ por diferentes cidades do interior do país, o protesto aparece como iniciativa da Frente Ampla conferindo espaço para as considerações de líderes como Flavio Telles de Menezes, Antonio Ernesto Salvo e Roberto Rodrigues sobre o balanço do ato. Assim, apesar das disputas de liderança e renovação política não terem ficado evidentes como ficaram na mobilização de fevereiro, o Protesto Nacional dos Produtores por uma nova política agrícola parece expressar uma iniciativa da UDR no sentido de seguir pautando politicamente o restante das organizações do campo de representação do patronato rural e responder às tentativas de isolamento por parte da direção da Frente Ampla na construção do Alerta do Campo.

Diante deste processo, o governo, através do ministro da agricultura, Iris Resende, buscou desqualificar a mobilização, minimizando sua adesão e acusando que seus objetivos residiam numa disputa de representação interna dos produtores rurais. Com o açodamento da relação com os representantes do patronato rural, o ministro acabou por cancelar sua participação em evento de recondução de Flavio Telles de Menezes à presidência da SRB e reduziu os protestos às regiões produtoras de Café. Mesmo assim, os jornais reafirmam uma suposta preferência do presidente Sarney em reconhecer como interlocutores as lideranças da FAAB. O Estado de São Paulo afirma que face à postura mais enérgica da UDR, seus próprios representantes reconhecem o desconforto do governo em manter relações com Caiado:

Essas características tem lhe custado um distanciamento quase total em relação ao presidente Sarney, conhecido, segundo estas mesmas fontes, por não gostar de críticas como as que Caiado fez no dia de protesto de 12 de fevereiro, em Brasília. Há quem tema inclusive, que o governo federal esteja querendo “esvaziar” a atuação de Caiado, dando mais atenção a outros líderes rurais, como o presidente da Frente Ampla da Agropecuária, Roberto Rodrigues, ou ainda Flavio Teles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira. Aliás, ambos foram recebidos anteontem pelo presidente Sarney, fora da agenda, “enquanto Caiado não tem nenhum canal de comunicação com ele”, garantem essas fontes.⁸⁰

Novamente nesta ocasião transparece na imprensa o jogo de posições entre representantes da FAAB, da UDR e do governo, ficando mais uma vez evidente o movimento de Sarney para privilegiar a interlocução com as lideranças da Frente Ampla, buscando isolar e afastar a figura de Ronaldo Caiado e procurando esvaziar a sua condição de legítimo porta-voz do patronato rural para se descolar da imagem desta entidade junto a expressivos setores da opinião pública, que desde a sua criação foi fortemente associada a uma prática política violenta e truculenta.

⁷⁹ O Estado de São Paulo, 11/03/1987, p. 21 e 22, Máquinas Paradas, Agricultura Protesta.

⁸⁰ O Estado de São Paulo, 12/03/1987 p. 32, Agricultores Mantêm Protesto.

A busca por uma ocupação do espaço político das ruas pelas lideranças organizadas na Frente Ampla refletiu, portanto, as transformações no âmbito do campo de representação do patronato rural e suas relações com representantes da sociedade política. De um lado, o episódio do Alerta do Campo foi um dos momentos de expressiva exposição das fraturas internas da representação política dos grandes produtores e proprietários rurais, jogando luz tanto para as tentativas da FAAB de afirmar a liderança de seus dirigentes na mobilização nacional e na interlocução junto ao governo federal e à opinião pública, quanto para a movimentação da UDR, que atravessou esta construção e novamente emplacou Ronaldo Caiado como grande porta-voz das insatisfações do patronato rural com a política agrícola governamental e das preocupações com a defesa da propriedade privada.

Através da farta cobertura da imprensa conferida a estas mobilizações do início de 1987 é possível perceber como que na esfera da disputa pelos interesses da agricultura a pauta do crédito subsidiado, das desonerações fiscais e do fim do congelamento de preços se apresentou como sinônimo de política agrícola, centrando boa parte dos esforços dos representantes patronais na defesa de incentivos estatais para a grande agricultura. Desde modo, a agenda do financiamento na forma da defesa de juros mais baixos e da revisão dos preços mínimos agrícolas parecem ter se constituído, nos discursos e posicionamentos explicitados pela imprensa, como principal demanda que mobilizou o patronato rural para o Alerta do Campo.

Embora o tema da política agrícola pareça dominar boa parte das agendas de mobilização, o tema da Reforma Agrária evidentemente ocupa um importante espaço no debate político. Historicamente, estas duas agendas caminham juntas. Apesar de constantemente buscarem diluir no plano do discurso a questão fundiária como ponto de uma política agrícola, as preocupações em defender a propriedade privada e restringir a Reforma Agrária são a base para a construção da agenda política do patronato rural, colocando a agenda fundiária (mesmo quando não enunciada) como pano de fundo e catalisador das mobilizações patronais rurais. Assim, é importante considerar que o ato do Alerta do Campo foi convocado para acontecer nas primeiras semanas de trabalho da Constituinte, onde já era esperado que o tema da propriedade atraísse muitas atenções e esforços e, por isso, se fazia necessária uma demonstração de força dos grandes proprietários de terra, alvos em potencial de possíveis legislações sobre Reforma Agrária que seriam discutidas naquela legislatura, que então se iniciava.

Além disso, a disputa pelo protagonismo da direção política do campo de representação do patronato rural se explicitou na imprensa. Desde as primeiras reuniões organizativas foram registradas as diferenças das lideranças da FAAB com Ronaldo Caiado. Além de registrarem que a Frente Ampla seria uma tentativa de seus dirigentes de “neutralizar” através de uma postura mais “moderada” a ação de sua congênere, os jornais também deram destaque ao desempenho de Ronaldo Caiado durante a mobilização, mantendo a UDR como representação do patronato com maior visibilidade política na imprensa.

Este embate de forças revelou também as diferenças nos modos de ação política entre as duas representações. De um lado, a UDR, além de promover e incentivar o confronto e combate às ocupações de terra, em suas mobilizações se utilizava de músicas, bandeiras, cânticos e palavras de ordem. A este respeito, como avaliou ao Globo o pequeno produtor rural e presidente do diretório municipal do PT de Goiátuba (GO), Flavio Traude, na ocasião do Alerta do Campo, “a UDR e os empresários, hoje, utilizam os mesmos métodos da esquerda e da CUT”⁸¹. Analisando estes elementos, Bruno (1997) observa que a entidade liderada por Caiado apresentaria traços mais característico de um movimento social, indo além do caráter de representação patronal rural exercido pelo sindicalismo da CNA e das demais entidades civis historicamente estabelecidas.

De outro lado, os setores organizados na Frente Ampla, por sua vez, deram preferência ao campo da negociação de bastidores. Este elemento não só pode ser observado na busca por uma interlocução o mais dialogada e pactuada possível com a presidência da república e o ministério da agricultura ao longo de todo o processo de mobilização do Alerta do Campo, como pode ser percebido também nas reiteradas falas de Roberto Rodrigues e demais representantes da FAAB destacadas pela imprensa no sentido de que “nós somos por uma atitude e discursos mais moderados e nem por isso somos conservadores”⁸².

No ano de 1987, além das já mencionadas mobilizações de Fevereiro e Março, nos meses de Junho e Julho também foram registradas outras manifestações de rua de menor abrangência, restritas a reivindicações dos produtores de soja e milho que queriam a desvalorização do câmbio para a exportação (CARNEIRO, 2008). Acerca dessas mobilizações de meados de 1987, Roberto Rodrigues, além de mais uma vez

⁸¹ O Globo, 13/02/1987, p. 17, Passeata de Agricultores não Chega ao Planalto.

⁸² Jornal do Brasil 13/02/1987, p. 17, Produtor rural não vende alimentos a partir do dia 10.

relatar a participação da Frente Ampla nas mobilizações de rua como interlocutora junto ao governo, coloca em evidência as preferências dessas lideranças em se mover dentro do espaço das negociações de bastidores. Desde modo, os representantes políticos da Frente Ampla, utilizaram as mobilizações como forma de fortalecer adicionalmente a sua posição de negociação com o governo. A este respeito, o líder da FAAB relembra que nesta ocasião estava sendo negociada uma taxa de câmbio que fosse mais favorável para aqueles produtores de soja e milho que exportavam para o mercado internacional. Assim, os três principais representantes da Frente Ampla foram a um encontro com o presidente Sarney e o ministro da agricultura, Iris Resende. A respeito do encontro, Roberto Rodrigues, relembra que:

Fomos eu, o Alysson Paulinelli e o Flavio Teles de Menezes. E o Iris disse “vocês têm razão, o presidente já está convencido, nós vamos mexer no câmbio. Mas não pode ser com esse povo aqui na rua, se não fica parecendo que nós só reagimos na base da porrada. Então nós não podemos reagir hoje. Vocês vão embora, daqui a uns dois, três dias, sai o anúncio do câmbio e vocês vão ficar satisfeitos”. Mas a gente não podia falar um negócio desses pro povo na rua “Oh pode ir embora, que daqui a dois, três dias vai sair o negócio”. Eu não podia falar isso, tá certo? Foi um acordo de cavalheiros que eu tive com o Iris Resende. “Eu não vou falar para ninguém, entende?”. E para a turma ir embora?...”Vamos embora turma, nós vamos resolver”...”Ah não vai resolver nada!” Eita turma brava, rapaz! Então nós estávamos sendo questionados pela turma e a UDR nessas manifestações fazia um barulho infernal, era contra o governo.⁸³

Esta negociação, portanto, além de novamente trazer como pauta o debate sobre a política econômica, desta vez com relação à taxa de câmbio, demonstra também determinado procedimento entre o governo e as lideranças da FAAB. Pactuando formas de desmobilização dos movimentos em troca de concessões na política, demonstram a preocupação por não legitimar a pressão das ruas. Dessa maneira, mesmo que concedida a política pelo governo, com a garantia de que haveria uma alteração da taxa de câmbio em favor do setor agro-exportador, o mesmo parece não querer creditar isto a este meio de pressão política, atrasando o anúncio de sua decisão de forma a deslocá-lo das notícias sobre a mobilização. Pela primeira vez, e como também veremos adiante, em relação ao Congresso Nacional, observamos uma valorização do que, neste caso, Rodrigues chama de “acordo de cavalheiros”, em contraposição ao que diz ser o “barulho infernal” das manifestações da UDR.

Desta maneira, a luta contra o plano cruzado revela, dentre outros aspectos, dois modos de ação que eventualmente se relacionam entre si: o lobby institucional junto a determinados setores do governo, como no caso fica evidente na interlocução com o

⁸³ Entrevista com Roberto Rodrigues, 2016.

Ministério da Agricultura e a Presidência da República, e as manifestações de rua para pressionar o governo e exibir capacidade de mobilização para a disputa política da sociedade e dos demais segmentos do campo de representação de interesses do patronato rural brasileiro. Vencida esta etapa, os esforços da Frente Ampla, se voltariam dos espaços do executivo para o terreno da Constituinte, onde um novo episódio relativo à questão fundiária se desenrolou.

Além disso, as demandas expressas por essas negociações e mobilizações remetem a um importante traço do comportamento das representações do patronato rural e que pode ser identificado em distintos momentos e discursos da FAAB. Apesar de pregar o Estado mínimo e defender a concepção liberal de livre mercado, os interesses da grande produção agrícola estão constantemente relacionados a um modelo histórico de financiamento tutelar da agricultura. Mesmo reconhecendo os seus vícios derivados e defendendo uma maior autonomia da livre iniciativa, quando se trata do tema da defesa do financiamento, o patronato rural está quase sempre a defender a permanência dos mecanismos estatais de incentivos à produção e garantias de renda para o produtor rural. Sob a justificativa das singularidades da agricultura, o discurso patronal rural liberal sobre o papel do Estado na economia guarda uma significativa contradição com sua prática na defesa das políticas agrícolas de seu interesse, sendo o tema do financiamento a questão central desta pauta. Além disso, ao conservar certa lógica de tutela na sua relação com o Estado, os interesses agrários dominantes são incapazes de conceber suas próprias responsabilidades por suas dificuldades, legando quase sempre ao Estado e sua incompetência a raiz dos seus problemas (BRUNO, 2002).

CAPÍTULO IV: A PARTICIPAÇÃO DA FAAB NO PROCESSO CONSTITUINTE

No presente capítulo, refletiremos sobre os principais aspectos da atuação da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira no âmbito do poder legislativo, analisando os traços mais importantes de sua ação para intervir no processo Constituinte da Nova República. Dessa maneira, em primeiro lugar, apresentaremos a estratégia de construção de uma base parlamentar de apoio para a defesa dos principais interesses organizados na FAAB, tendo como referência a sua participação na construção e atuação da Frente Parlamentar da Agricultura. Em seguida, buscaremos refletir sobre o conteúdo do programa apresentado pelos representantes da Frente Ampla nas audiências públicas promovidas pela Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, destacando o posicionamento de suas lideranças na defesa da propriedade da terra. Finalmente, vamos apresentar a proposta de lei agrícola da FAAB, que buscava aumentar a capacidade de influência de seus representantes nos espaços de definição das políticas agrícolas governamentais.

4.1. A ARTICULAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGRICULTURA:

Com o cenário político de convocação da Assembleia Nacional Constituinte e a aproximação das eleições legislativas marcadas para outubro de 1986, as mais diferentes forças políticas e interesses econômicos do país, incluindo o empresariado nacional, se voltaram para os debates constituintes e as necessárias articulações políticas no âmbito do poder legislativo. Neste sentido, o patronato rural passou a dar crescente importância para a mobilização de uma bancada parlamentar a fim de que seus representantes atuassem na defesa da propriedade da terra e em favor de seus interesses econômicos específicos. Com a instalação da ANC, no dia 2 de Fevereiro de 1987, foi lançada, em cerimônia no Congresso Nacional, a Frente Parlamentar da Agricultura, que atuou ativamente como braço parlamentar das representações do patronato rural durante a Constituinte.

Refletindo sobre estas articulações políticas, alguns autores⁸⁴, tratando do protagonismo do poder legislativo na redemocratização, destacam a importância do processo Constituinte, demonstrando como que a crise da ditadura militar, caracterizada por um governo forte e centralizado no executivo, abriu novos espaços de poder na sociedade política, fortalecendo o Congresso Nacional. A este respeito Lamounier (1994) indica que, para além do grande embate sobre as definições da questão da propriedade da terra na Constituinte, houve uma crescente responsabilização do legislativo na definição de pautas relativas à agricultura. Ainda que reconheça o histórico predomínio do executivo sobre a definição das políticas agrária e agrícola, os debates constitucionais sobre a questão da propriedade da terra e a proposta de uma lei agrícola na Constituinte demonstram, em sua visão, um fortalecimento desta instância como espaço decisivo de disputa. Segundo o autor:

O processo de democratização e as respostas governamentais ao agravamento da crise econômica levaram à crise do modelo de decisão da política agrícola assentado no crédito público subsidiado e comandado pela tecno-burocracia estatal. Nessa medida contribuíram para transformar o Congresso Nacional e seus membros em atores crescentemente importantes na definição das políticas agrícolas. (LAMOUNIER, 1994: 9)

Nesta perspectiva, a abertura política de que a Constituinte era parte conferiu novas e importantes prerrogativas ao poder legislativo sobre a pauta da política agrícola, aumentando a sua capacidade de intervenção e direcionamento dos mercados agroindustriais e atraindo a atenção dos interesses relacionados a esta questão.

Percebendo este processo, as principais organizações de representação do patronato rural se articularam para a disputa eleitoral da Constituinte. Em matéria publicada em Janeiro de 1986, antes da criação da FAAB, mas já nos preparativos eleitorais para a Constituinte, a Folha de São Paulo apresenta o “mapa do lobby rural”, afirmando que a eleição era “assunto frequente nos encontros agropecuários”. Ao apresentar o que considerava serem as três principais tendências políticas da agricultura que então se mobilizavam para a Constituinte, o Jornal identifica duas tendências na UDR, que foram definidas pelas diferenças entre algumas lideranças que defendiam a criação de um partido político ruralista e aqueles que preferiam se articular para apoiar candidatos em determinados partidos.⁸⁵

Tidas como conservadoras estas duas primeiras correntes, embora identificadas com a UDR, não eram as tendências dominantes na avaliação da Folha de São Paulo.

⁸⁴ Lamounier (1994), Palmeira e Leite (1998), Coelho (2001).

⁸⁵ Folha de São Paulo, 19/01/1986; p. 10; Empresários agrícolas podem eleger até 40 deputados.

Segundo o Jornal, àquela altura, as forças dominantes na agropecuária brasileira eram representadas por um bloco liderado pela SRB e pelo Sindicato Nacional dos Pecuáristas do Gado de Corte em conjunto com as federações da agricultura de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul (todas, organizações componentes da FAAB). Assim, a matéria considera que, na visão deste terceiro grupo, “trata-se de apoiar candidatos à Constituinte — independente do partido a que pertençam — que defendam alguns postulados clássicos do liberalismo econômico.”⁸⁶

Finalmente, trazendo a referência do “poderoso lobby rural” norte-americano, a extensa matéria sobre o comportamento dos segmentos da agropecuária brasileira com a aproximação das eleições constituintes destaca que os empresários agrícolas tinham a expectativa de eleger algo em torno de 40 deputados⁸⁷. Distribuindo estes números entre os estados, o mapa apresentado pela Folha de São Paulo, além de refletir expressivos índices nacionais de produtividade entre as unidades da federação, também indicava os seus principais centros regionais. Como veremos mais a frente, o mapa eleitoral apresentado pelo Jornal mais ou menos se confirmaria no ano seguinte com a conformação da Frente Parlamentar da Agricultura.⁸⁸

É neste contexto que Bruno (2017) identifica um processo embrionário de constituição da bancada ruralista como força parlamentar dos interesses dos proprietários de terra e do empresariado rural nas últimas décadas, funcionando não apenas como espaço de formulação e execução de políticas, mas fundamentalmente como espaço de produção e reprodução da representação política do patronato rural. Assim, a respeito das transformações advindas daquele momento histórico, a autora afirma que:

Dentre as mudanças mais significativas, destaca-se a organização em frentes parlamentares suprapartidárias voltadas prioritariamente para a defesa de interesses corporativos e para o fortalecimento político dos setores por elas representados. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) mais conhecida como bancada ruralista, é um dos exemplos desse processo e torna manifesta uma história marcada pela presença do patronato rural e agroindustrial nas instâncias do Estado e nos espaços de elaboração e de execução de políticas. (BRUNO, 2017: 1)

Dessa maneira, considerando este novo momento político, em que aparentemente se abriam novas possibilidades para o debate da questão agrária no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte, os setores organizados na Frente Ampla

⁸⁶ Folha de São Paulo, 19/01/1986, p. 10; Empresários agrícolas podem eleger até 40 deputados.

⁸⁷ *ibidem*

⁸⁸ Expectativa de Eleição de deputados por estado: RS (5 a 8), SP (7), PR (3 a 6, talvez mais), MG (4 a 6), GO (4 a 5), MS (3 a 5), PE (2 a 4).

buscaram se articular para influenciar diretamente este processo, demarcando seu espaço de representação frente aos adversários políticos no debate da Reforma Agrária, representados pelos partidos de esquerda e movimentos sociais⁸⁹, e internamente ao campo de representação de interesses do patronato rural, posicionando a FAAB em relação à UDR e às demais entidades representativas das frações agrárias das classes dominantes.

Com este objetivo, ainda nos primeiros dias da Constituinte, Alysson Paulinelli (PFL-MG), que então assumia a condição de deputado federal enquanto lutava judicialmente pela presidência da CNA, foi um importante articulador desta base de apoio para a agricultura, produzindo um manifesto em apoio às mobilizações promovidas pela FAAB e apresentando seu posicionamento de oposição à agenda econômica do governo Sarney. Angariando a pronta assinatura de 42 deputados e 2 senadores em seu Manifesto, a Frente Parlamentar da Agricultura foi oficializada logo no segundo dia de funcionamento dos trabalhos legislativos.

Anunciada às vésperas da mobilização do Alerta do Campo, marcado para o dia 12 de Fevereiro, a FPA apela justamente para a sensibilidade do governo quanto às reivindicações do patronato rural que motivavam o evento. Neste sentido, os signatários da Frente Parlamentar pediam o apoio da sociedade ao “movimento” da Frente Ampla e ao ato que a mesma vinha organizando para os dias seguintes. Além disso, também solicitavam ao governo que aguardasse qualquer anúncio de novas medidas até que fossem feitas negociações com seus representantes e reafirmavam a necessidade de se atender às três principais reivindicações da mobilização: reajuste dos preços de acordo com os custos de produção, juros a preços mais baixos e o fortalecimento do Ministério da Agricultura. Finalmente, a bancada parlamentar, ainda se comprometia a: trabalhar pela aprovação da Lei Agrícola; pressionar o Ministério da Fazenda para garantir maiores recursos para a Safra de 1987; recusar a importação de produtos agrícolas sem audiência no Congresso; e defender a instituição do Sistema de Cooperativismo de Crédito Rural.⁹⁰

Neste sentido, o manifesto contou com a adesão de importantes parlamentares que representavam diversos interesses do patronato rural. Apesar de declararem seu

⁸⁹ Além da Contag, CPT e ABRA que acompanharam de perto a Constituinte, os partidos de esquerda como PT, PCB, PC do B, PDT assim como algumas alas do PMDB. O MST não se lançou nesta disputa, permanecendo no terreno das ocupações de terra.

⁹⁰ Comunicado a respeito da posição da Frente Parlamentar da Agricultura, 03/02/1987 (apud, JORDÃO, 2002).

apoio explícito ao “movimento da Frente Ampla”, a FPA reuniu notórios representantes da UDR no Congresso Nacional, demonstrando unidade política tanto na agenda econômica como na garantia da defesa da propriedade da terra. Assim, ao mencionar explicitamente a FAAB e não se referir à UDR, a Frente Parlamentar da Agricultura apresentava um distanciamento da entidade comandada por Ronaldo Caiado.

Sobre esta movimentação dos parlamentares, Graziano da Silva (1991) afirma que, apesar da UDR ter apoiado diversos candidatos na campanha de 1986, muitos deles buscavam não explicitar publicamente esta relação, procurando se afastar da crescente imagem da entidade relacionada a práticas violentas e criminosas. Neste sentido, segundo o autor, "Hipotecados o no por su vinculación a la UDR, lo cierto es que la mayoría de los “parlamentarios del campo” (tal como se autodenominaban) apoyaron, de hecho, al Frente Amplio". Dos 49 signatários do manifesto da FPA, temos os seguintes Constituintes:

Nome	Partido	Estado
Geraldo Fleming	PMDB	AC
Raquel Capiberibe	PMDB	AP
João Carlos Bacelar	PMDB	BA
Fernando Gomes	PMDB	BA
Jorge Vianna	PMDB	BA
Joaci Goes	PMDB	BA
Nestor Duarte	PMDB	BA
Celso Dourado	PMDB	BA
Maguito Vilela,	PMDB	GO
Naphtali Alves de Souza	PMDB	GO
Arnaldo Rosa Prata	PMDB	MG
Mauro Campos	PMDB	MG
Dalton Canabrava	PMDB	MG
Percival Muniz	PMDB	MT
Fausto Fernandes	PMDB	PI
Nelson Friedrich	PMDB	PR
Santinho Furtado	PMDB	PR
José Carlos Martinez	PMDB	PR
Darcy Deitos	PMDB	PR
Alarico Abid	PMDB	PR
Ruy Nordel	PMDB	RS
Vicente Bogo	PMDB	RS
Hilário Braun	PMDB	RS
Vilson Souza	PMDB	SC
Paulo Macarini	PMDB	SC
Ivo Vanderlinde	PMDB	SC

Roberto Cardoso Alves	PMDB	SP
Enoc Vieira	PFL	MA
Alysson Paulinelli	PFL	MG
Lael Vieira Varella	PFL	MG
Homero Santos	PFL	MG
Jonas Pinheiro	PFL	MT
Julio Campos	PFL	MT
João da Mata	PFL	PB
Gilson Machado	PFL	PE
Jalles Fontoura	PFL	PE
Assis Canuto	PFL	RO
Erico Pegoraro	PFL	RS
Victor Fontana	PFL	SC
Adolfo Oliveira	PL	RJ
Oswaldo Almeida	PL	RJ
Guilherme Afif Domingos	PL	SP
Roberto Balestra	PDC	GO
Paulo Roberto Cunha	PDC	GO
Cesar Cals Neto	PDS	CE
José Luis Maia	PDS	PI
Victor Farcioni	PDS	RS
Telmo Kairat	PDS	RS
José Egreja	PDT	SP

Tabela 2: Lista de signatários do Manifesto da Frente Parlamentar da Agricultura, 02/02/1987 (apud JORDÃO, 2002).

Apesar da assinatura não ser uma carta de apoio generalizado às posições da FPA, podemos observar, através da composição da lista de signatários do seu manifesto, quais partidos concentravam os parlamentares que apresentavam uma posição em linha com a agenda política do patronato rural na Constituição. Neste sentido, chama a atenção a ampla predominância do PMDB (partido diverso internamente, porém governista, que contava com mais da metade dos signatários da FPA). Para além do partido do governo, segundo Gomes da Silva, os demais partidos representados na Frente Parlamentar da Agricultura, eram todos de orientação conservadora. Sendo assim, ocupando o segundo lugar e representando $\frac{1}{4}$ dos apoiadores da FPA, temos o também governista PFL, marcando a forte presença das duas principais forças da composição política da Aliança Democrática. Finalmente, compondo o quinto restante da lista de parlamentares da FPA, estavam o PDS, PDC, PL e um único parlamentar eleito pelo PDT, o deputado paulista José Egreja.

Outra questão que se destaca na composição dos apoiadores da FPA é a forte presença de deputados da região Sul e Sudeste. Refletindo a composição regional da FAAB e a projeção eleitoral da Folha de São Paulo⁹¹, a sua representação parlamentar apresentou mais da metade dos signatários provenientes destas regiões. Os estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul aparecem com as maiores representações juntamente com a bancada baiana, contando com seis deputados. Em seguida, temos o Paraná que logrou eleger cinco parlamentares componentes da FPA. Finalmente, aparecem os estados de Santa Catarina e Goiás, dividindo a posição de terceira maior bancada da Agricultura.

Além de participar ativamente da construção da FPA, a OCB, na condição de representação do cooperativismo empresarial, também buscou atender seus interesses específicos, articulando uma Frente Parlamentar do Cooperativismo que, buscando se distanciar da problemática da questão agrária, conquistou, segundo Roberto Rodrigues⁹², uma base de apoio consideravelmente mais ampla.

Como parte das estratégias de construção da referência política da OCB, o então presidente da entidade fala em um duplo movimento do cooperativismo na Constituinte para descrever a conformação destas duas frentes, do Cooperativismo e da Agropecuária. Desse modo, segundo ele, foi construído um documento que, fruto de um processo de debate nas bases do cooperativismo empresarial, foi sistematizado por José de Campos Melo, assessor jurídico da OCB. Em meio aos preparativos para as eleições legislativas, foi formulada uma cartilha que buscava explicar de forma didática a Constituinte, definindo os cinco principais eixos programáticos da entidade: liberdade de constituição de cooperativas sem interferência do Estado; ausência de tributação sobre o ato cooperativo, educação cooperativista como ação governamental; isonomia das cooperativas de crédito rural em relação a demais instituições do sistema financeiro; e a preocupação especial com a política agrícola, que se definia pela questão fundiária e pelas formas de financiamento da agricultura.

A partir destes eixos temáticos, as lideranças da OCB foram pedir apoio para suas pautas específicas. Contando, mais uma vez, com a ajuda do Ministro da Agricultura Iris Resende, Roberto Rodrigues alega ter buscado reunir candidatos que se adequavam para a condição de representante parlamentar dos interesses do

⁹¹ Folha de São Paulo, 19/01/1986, p. 10; Empresários Agrícolas Podem Eleger 40 Constituintes.

⁹² Entrevista Roberto Rodrigues, 2016.

cooperativismo empresarial, definindo a partir deste critério aqueles que deveriam ser apoiados nas eleições.

Eu mandei uma carta a todos os partidos políticos de todos os estados, de todos os estados! “Sr partido político fulano de tal, olha, o cooperativismo gostaria de ver inserido na constituição esses artigos aqui. Então os candidatos do seu partido, que estiverem dispostos a defender esse programa e assinarem o documento... no Ano da eleição! apoiarem esses temas daqui e cujos currículos tenham já um componente associativo, claro, serão apoiados pelas cooperativas, serão eleitos pelas cooperativas. Todo mundo se candidatou. Em cada estado examinamos o que cada candidato tinha prometido fazer e qual era o seu compromisso anterior com o associativismo e o cooperativismo. E apoiamos um certo numero de candidatos e elegemos 41 deputados federais. 41, previamente comprometidos com aquele negócio⁹³.

Dessa maneira, a OCB conseguiu garantir um espaço político nos debates da Constituinte que lhe conferiu lugar estratégico nas articulações de uma bancada parlamentar comprometida, de um lado, com os interesses mais amplos do que então se definia como agropecuária e, de outro, com os interesses específicos do cooperativismo. Em entrevista à época do lançamento da Frente Ampla, Rodrigues chamava a atenção para a importância do legislativo no cenário político para a representação de interesses do patronato rural brasileiro. Neste sentido, o representante da OCB ressaltava, mais uma vez, a necessidade de uma atuação conjunta em nome de interesses gerais do setor, ocupando diversos espaços, mas com especial atenção para o Congresso Nacional.

Penso que é o momento de reverter essa situação e atuar em conjunto, formulando propostas que reflitam os interesses gerais do setor. O país tem um perfil democrático claramente delineado, e as decisões relacionadas com a agricultura não podem ser tomadas somente no nível do poder executivo. Em minha opinião, mais que nunca é importante que o setor ocupe os espaços que existem, especialmente o Congresso Nacional. Cabe ao Congresso, como representante de toda a sociedade, tomar a iniciativa de elaboração de uma política agrícola⁹⁴.

Como resultado de seu protagonismo na articulação de uma base de apoio parlamentar, a OCB logrou, segundo Rodrigues, ampliar sua base de apoio, saindo dos originais 41 deputados que haviam sido eleitos e alcançando a marca de 217 apoiadores. Sobre este trabalho de ampliação da base cooperativista, Rodrigues afirma que contou (novamente) com a ajuda do então Ministro Iris Resende:

logo depois da [eleição da] Constituinte, reunimos no gabinete dele, num anfiteatro no Ministério da Agricultura, os 41 deputados da constituinte, comprometidos com aquele projeto. E pedimos que cada um trouxesse pelos menos mais dois deputados. A minha ideia era ter 150 deputados. Em dois

⁹³ Entrevista Roberto Rodrigues, 2016.

⁹⁴ Roberto Rodrigues, O Indicador Rural, 1986.

meses tinham 217 deputados, firmados com aquele documento nosso. Então a frente parlamentar do cooperativismo passou a ser rapidamente uma coisa muito boa. E contratei, eu trouxe um assessor parlamentar que era um jurista do Rio Grande do Sul. Essa frente parlamentar foi presidida por um deputado chamado Ivo Vanderlinde⁹⁵.

Neste sentido, alguns autores destacam o grande protagonismo da OCB na Constituinte, dirigindo a partir do cooperativismo a articulação de um campo político do patronato rural brasileiro encarnado na FAAB. Graziano da Silva (1991), por exemplo, ressalta o papel da entidade na consolidação de uma representação dos setores mais modernizados da agricultura nacional. Segundo o autor:

Respecto a las organizaciones que componían el Frente Amplio – la OCB, la SRB y la SNA, principalmente – algunas de ellas consolidaron en este mismo período su posición en el panorama asociativo brasileño, como ocurrió con las dos primeras. En efecto, la OCB, con la reelección de su presidente R. Rodrigues, amplió sus servicios técnicos a través de la creación de comisiones técnicas por productos y consiguió un destacado papel como interlocutor ante los órganos gubernamentales y un relevante protagonismo en los medios de comunicación (GRAZIANO DA SILVA, 1991)

Estando em um processo de ampliação de sua capacidade de influência política, a OCB buscou se fortalecer na liderança do patronato rural através da articulação e mobilização de outras bases sociais e coalizões políticas. Avaliando justamente o espaço conquistado pela OCB no Congresso Nacional, Mendonça (2010) também confere centralidade às articulações políticas dirigidas pela entidade no sentido de garantir uma bancada parlamentar favorável a seus interesses durante a Constituinte. Segundo a autora:

A construção do *lobby* da OCB junto ao Congresso contou com outro capítulo: as eleições parlamentares para a Assembléia Nacional Constituinte em 1986. Bem antes disso, a agremiação se mobilizara para tentar eleger alguns representantes, justificando seu intento a partir da constatação daquilo que seus dirigentes consideravam como um “desequilíbrio” entre o peso econômico e o peso político das cooperativas. Em editorial de agosto de 1985, era apresentada a importância desta oportunidade, assim como a denúncia dos “adversários” do movimento cooperativo, numa clara alusão ao avanço político e “truculento” da UDR que, nesta mesma conjuntura, promovia sua “Campanha de Valorização do Voto”, destinada ao financiamento explícito de candidatos da agremiação goiana (MENDONÇA, 2010: 13).

Assim, Mendonça (2010) destaca que a OCB buscou eleger representantes para a ANC em paralelo às movimentações da UDR. Dialogando com uma expressiva base de pequenos produtores cooperativistas e buscando se diferenciar da posição de tropa de choque no combate à Reforma Agrária, a OCB procurou apresentar uma postura de

⁹⁵ Entrevista Roberto Rodrigues, 2016.

diálogo sobre esta pauta, alegando possuir um projeto alternativo, que passasse por dentro do próprio movimento cooperativista.

Neste sentido, o cooperativismo, apresentado como uma tendência à parte das organizações de representação dos empresários e proprietários rurais, aparece na imprensa com uma capacidade maior de diálogo com setores mais amplos, contando em alguns lugares com o apoio de alguns segmentos dos trabalhadores rurais e de setores da esquerda, inclusive do Partido dos Trabalhadores⁹⁶.

No entanto, como ficou notório nas articulações políticas feitas e posições defendidas na Constituinte pela entidade, este processo evidenciou com clareza o conservadorismo da linha dirigente do movimento cooperativista e a sua captura pelos interesses da grande agroindústria. Gomes da Silva (1990) avalia de forma crítica o papel da OCB na Constituição de 1988, demonstrando o caráter conservador das forças que terminaram por dirigir politicamente o cooperativismo. Nas palavras do ex-presidente do INCRA, formulador do PNRA e representante da ABRA à época da ANC:

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), pelo fato de congregar pequenos proprietários, em outras disputas agrárias apoiou mudanças do tipo da Reforma Agrária ou se manteve numa posição de neutralidade, mas agora posicionou-se decididamente ao lado dos interesses dos grandes proprietários. Essa posição decorre principalmente da chamada “conexão paulista”, isto é, conjunto muito complexo (mas bastante conhecido) de forças do conservadorismo rural que, centrado em São Paulo, acabou por controlar também o movimento cooperativista. Perdeu assim esse movimento, constituído basicamente de agricultores que deveriam se afinar mais com os beneficiários da Reforma que com os terratenentes, a oportunidade histórica de afirmar uma terceira posição, equidistante dos interesses latifundistas e das pressões radicais que pregam reformas do tipo revolucionário. (GOMES DA SILVA, 1990: 35)

Identificando em determinado conservadorismo paulista as origens da linha que prevaleceu sobre a OCB, Gomes da Silva (1990) denuncia, portanto, o posicionamento definitivo da entidade que se alinhou completamente aos interesses da grande propriedade da terra, mesmo possuindo em suas bases sociais pequenos e médios produtores rurais. A este respeito, Gryznpan (2009) também destaca a trajetória da família Rodrigues no movimento cooperativista. Assim, o autor põe em evidência a importância do paulista Antonio José Rodrigues, pai de Roberto Rodrigues, que, além de ter tido uma carreira política de relevo no estado de São Paulo (chegando a ser Vice-Governador e Secretário de Agricultura), foi reconhecidamente responsável pela

⁹⁶ Folha de São Paulo, 19/01/1986, p. 10; Empresários Agrícolas Podem Eleger 40 Constituintes.

unificação do movimento cooperativista na representação nacional da OCB no final dos anos 1960, tendo sido seu primeiro presidente.

4.2. A PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA FAAB NA SUBCOMISSÃO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA:

Criados os devidos espaços e tomadas as devidas posições, o jogo parlamentar da Constituinte iniciou em 2 de fevereiro de 1987, e após demonstrar sua base política no parlamento através da FPA, enquanto se preparava na rua a mobilização do Alerta do Campo, os principais representantes da FAAB no Congresso Nacional se movimentaram no sentido de ocupar espaços estratégicos nos caminhos burocráticos de tramitação das matérias constitucionais relacionadas à agricultura. Após um mês e meio de debates regimentais que estruturaram o restante do processo constituinte, as forças políticas associadas de alguma maneira à agricultura (representando aproximadamente 200 constituintes)⁹⁷ se lançaram na batalha pelos cargos de comissões e subcomissões.

Sob a guarda da Comissão de Ordem Econômica, a Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária se tornou o primeiro espaço da ANC onde se realizaram debates sobre os temas relacionados à agricultura e o principal espaço onde as associações e organizações da sociedade civil puderam intervir apresentando suas posições, reivindicações e propostas como contribuição ao debate parlamentar. Dessa maneira, será muito oportuno avaliar a escolha e a composição da Subcomissão e sua respectiva divisão interna de cargos, bem como a escolha e composição dos representantes da sociedade chamados ao debate, as posições apresentadas pelos mesmos e os resultados do processo Constituinte. Avaliamos que, por estas razões, os debates realizados nesta etapa da Constituinte, entre os meses de abril e junho de 1987, são estratégicos no sentido de contribuir na compreensão da relação entre os setores sociais organizados na Frente Ampla e a disputa política realizada no processo da ANC.

⁹⁷ Segundo Gomes da Silva (1990), os parlamentares que de alguma maneira se elegeram representando a agricultura, seja defendendo os trabalhadores rurais e a Reforma Agrária, seja defendendo o patronato rural e a propriedade da terra, somavam aproximadamente 200 constituintes.

Entre titulares e suplentes da Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária, os seguintes membros assinaram o manifesto da Frente Parlamentar da Agricultura, ocupando vinte das cinquenta vagas disponíveis:

Parlamentar	Partido	Estado
Raquel Capiberibe	PMDB	AP
Jorge Viana	PMDB	BA
José Mendonça de Moraes	PMDB	MG
Arnaldo Rosa Prata	PMDB	MG
Fausto Fernandes;	PMDB	PA
Percival Muniz	PMDB	MT
Darcy Deitos;	PMDB	PR
Mauro Campos;	PMDB	RJ
Santinho Furtado	PMDB	PR
Ruy Nordel	PMDB	RS
Vicente Bogo	PMDB	RS
Hilario Braun	PMDB	RS
Ivo Vanderlinde;	PMDB	SC
Roberto Cardoso Alves	PMDB	SP
Allysson Paulinelli	PFL	MG
Jonas Pinheiro	PFL	MT
Erico Pegoraro	PFL	RS
Victor Fontana	PFL	SC
José Egreja	PTB	SP
Paulo Roberto Cunha	PDC	GO

Tabela 3: Lista de parlamentares signatários da FPA que foram membros da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Fonte: Elaboração própria a partir do manifesto da FPA (apud, JORDÃO, 2002) e da lista de titulares e suplentes da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária (Anais da Assembleia Nacional Constituinte do Brasil, 1987).

Apresentados frequentemente como fazendeiros, proprietários de terra ou empresários rurais⁹⁸, a maioria destes parlamentares associados à FPA que se colocaram para compor a Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, também apresentam em sua maioria trajetórias com passagens em associações civis e sindicais do patronato rural ou com carreira profissional e política em agências estatais do setor agrícola. Além disso, muitos deles aparecem como candidatos apoiados pela

⁹⁸ Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://cpdoc.fgv.br> Acesso em: 15/08/2017.

UDR⁹⁹, o que demonstra uma sobreposição da representação parlamentar entre as duas forças políticas do patronato rural. O caso mais evidente deste processo é a assinatura de Roberto Cardoso Alves, um notório representante da UDR para a imprensa, assinando o Manifesto da FPA que expressava apoio explícito à Frente Ampla. Também vale ressaltar alguns casos identificados com a defesa da Reforma Agrária como Raquel Capiberibe (PMDB) que embora apareça como signatária da FPA votou contrariamente aos grandes proprietários rurais recebendo inclusive ameaças de morte, e Vicente Bogo que igualmente votou favoravelmente à Reforma Agrária.

Destes parlamentares, destacaram-se por sua participação e liderança nos debates da Subcomissão em favor dos interesses agropecuários, além de Cardoso Alves, reconhecido representante do empresariado paulista e membro da diretoria da SRB, Arnaldo Rosa Prata, ex-presidente da ABCZ e representante de associações de produtores rurais da região do triângulo mineiro, e o deputado baiano Jorge Viana, apontado por Gomes da Silva (1990) como principal liderança da ala conservadora do heterogêneo PMDB. Além destes três parlamentares publicamente reconhecidos como representantes da UDR, temos a figura chave de Allysson Paulinelli, que não se localizava da mesma maneira em relação à entidade de Ronaldo Caiado e aparecia como principal representante parlamentar da Frente Ampla. Finalmente, se destaca pela participação ativa nos debates o deputado Ivo Vanderlinde, pois, mesmo na condição de suplente, o constituinte catarinense participou ativamente de várias reuniões, representando não somente a FAAB como também o setor das cooperativas na condição de presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo¹⁰⁰.

Desatacam-se ainda, como representantes de outras organizações de interesse do patronato rural: o deputado Santinho Furtado (PMDB-PR) por ter sido cafeicultor, vice-presidente da SRP, diretor da Associação Paranaense dos Cafeicultores e presidente da Sociedade de Economia Rural de Londrina; Hilario Braun (PMDB-RS), identificado como representante da chamada “região-celeiro”, maior produtora de grãos do Rio Grande do Sul, tendo contado com o apoio da UDR para se eleger; Jonas Pinheiro, de família de fazendeiros, foi considerado o “pai da agricultura e pecuária mato-grossenses”, tendo tido relevante carreira técnica em importantes agências agrícolas estatais; Vitor Fontana (PMDB-SC), que era pertencente à família fundadora do grupo

⁹⁹ Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://cpdoc.fgv.br> Acesso em: 15/08/2017.

¹⁰⁰ Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, Anais da Assembleia Nacional Constituinte do Brasil, 1987. http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp

Sadia e teve carreira de executivo em suas empresas; José Egreja, usineiro em Penápolis (SP) pertencente a uma família de políticos da região; Fausto Fernandes (PMDB-PA), um empresário rural da região de Paragominas que mantinha estreitos laços de amizade com Ronaldo Caiado; e finalmente, Paulo Roberto Cunha (PDC-GO), apresentado como empresário rural do sudoeste goiano, foi líder cooperativista tendo sido apoiado pelo setor ao mesmo tempo em que também foi associado pela imprensa à UDR¹⁰¹.

Do outro lado, a mobilização da esquerda em defesa da Reforma Agrária se dava muito aquém do necessário, contando com um bloco de não mais que vinte Constituintes para travarem a disputa com o poderoso lobby ruralista montado para aquela legislatura. Apesar disso, contando com importantes quadros, como Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), Domingos Leonelli (PMDB-BA), José Carlos Saboia (PSB-MA), Haroldo Saboia (PMDB) Fernando Santana (PCB-BA), Amaury Muller (PDT-RS), Irma Pasoni (PT-SP) e Aldo Arantes (PCdoB-GO), sendo que apenas os três últimos foram titulares da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, este pequeno grupo foi capaz de fazer frente às forças políticas do patronato rural no debate da questão agrária, ganhando importante protagonismo durante os trabalhos Constituintes.

O embate entre estas duas forças já havia sido anunciado nas negociações preliminares à instalação da Subcomissão com o debate acerca do nome da mesma. Buscando fazer da pauta da política agrícola o centro das discussões, os representantes do patronato rural tentaram não incluir o termo “Reforma Agrária”, enquanto que os representantes da esquerda, reivindicando a permanência do termo, lograram reafirmar sua posição. Dessa maneira, a Subcomissão acabou por ser chamada com o extenso nome de “Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária”¹⁰². Assim, os trabalhos foram iniciados em sessão realizada no dia 07 de abril de 1987. Apesar do curto período de debates na Subcomissão, como já apontamos, consideramos um dos momentos mais ricos do processo Constituinte, onde melhor podemos aferir as forças e posições em jogo relativas aos interesses do campo de representação de interesses do patronato rural em geral e, em particular, da Frente Ampla.¹⁰³

¹⁰¹ Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://cpdoc.fgv.br> Acesso em: 15/08/2017.

¹⁰² Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, Anais da Assembleia Nacional Constituinte do Brasil, 1987. http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp

¹⁰³ Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, Anais da Assembleia Nacional Constituinte do Brasil, 1987. http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp

Neste sentido, a escolha dos convidados para as exposições reflete de alguma maneira o jogo de posições que permitiu que demais atores do debate político na condição de representantes da sociedade civil participassem do processo legislativo. No que se refere às entidades convidadas para audiência foram propostas e realizadas com as seguintes instituições: ABRA, INCRA, EMBRATER, EMBRAPA, CPT, FAEMG, Empresários da Amazônia, CNA, SRB, MIRAD, OCB e Contag, ou seja, um conjunto de entidades que se posicionava entre a representação patronal e dos trabalhadores acrescidas de algumas instituições estatais ligadas à agricultura¹⁰⁴.

Se as presenças falam muito, chama a atenção algumas ausências, como a de duas importantes forças na luta pela reforma agrária, o MST e a UDR. Enquanto o primeiro parece ter adotado uma postura de não reconhecer a Constituinte como espaço legítimo para os trabalhadores rurais sem terra, apontando como frente de ação política prioritária as ocupações de terra pelo país (MEDEIROS, 2013), o segundo, ainda que também estivesse organizado para reagir à ameaça das ocupações, voltou sua principal liderança para acompanhar de perto e intervir no processo da Constituinte (BRUNO, 1997). Mesmo assim, apesar da presença de Ronaldo Caiado no Congresso Nacional, as tentativas de isolamento da UDR pela fama que ganhou na imprensa e na opinião pública, também podem ser observadas nesta ausência de participação da entidade como porta-voz do patronato rural na Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.

Com relação à Frente Ampla, podemos notar que a mesma contou com três importantes lideranças, representando o núcleo político da mesma. A primeira entidade signatária da FAAB a ser ouvida foi a FAEMG, através de seu presidente, Antonio Ernesto Salvo. É importante notar que Salvo, além de representar a agricultura mineira, se constituía em uma espécie de renovação política de Alysson Paulinelli que, na condição de deputado e membro da Subcomissão não poderia se fazer representar como tal nas audiências. Além de suceder Paulinelli na presidência da FAEMG em 1987, posteriormente, em 1990, Ernesto Salvo também o sucedeu na presidência da CNA. Dessa forma, a presença da FAEMG também parece ter representado a chapa de Paulinelli na CNA. Como ainda havia a disputa judicial pela impugnação da eleição de seu adversário, Flavio de Britto, Ernesto Salvo representaria, portanto, o braço de disputa da representação sindical abrigado na Frente Ampla.

¹⁰⁴ *ibidem*.

Assim, Ernesto Salvo foi falar na quarta sessão da Subcomissão no dia 22 de Abril de 1987, sendo o primeiro representante do patronato rural a falar em uma audiência pública da Constituinte. Exaltando o peso e a liderança da agropecuária brasileira no mercado nacional e internacional e colocando em destaque o vanguardismo e a importância de produtos como a soja, a pecuária, o trigo e a cana de açúcar para a economia do país, o presidente da FAEMG recorre ao ideal do “homem rural” como representação idílica daqueles sujeitos portadores do progresso.¹⁰⁵ Dessa maneira, Salvo inicia sua exposição da seguinte maneira:

Gostaria de começar minhas palavras com um pleito de agradecimento e reconhecimento ao homem rural brasileiro – proprietário ou empregado –, que, ao longo dos séculos, dilatou nossas fronteiras, criou este País física e moralmente. Esses homens, a princípio na caça de riquezas minerais, depois verdadeiros centauros das imensidões e, por fim, enraizadores do processo na agricultura, em realidade deram ao nosso País a forma que hoje tem (...)¹⁰⁶

Após esta exaltação preliminar de um ideal de homem do campo de caráter colonizador e empreendedor que ignora o legado histórico escravocrata do Brasil, Ernesto de Salvo pondera que apesar da pujança e do potencial econômico da agricultura brasileira, o país ainda se caracteriza por profundos contrastes, onde “convive um primeiro mundo, quase sempre urbano, e um terceiro mundo”¹⁰⁷. Neste sentido, o autor identifica na realidade de miséria no campo um dos principais desafios a serem superados pelo Brasil.

Dessa maneira, o eixo estruturante da intervenção do então presidente da FAEMG seria a estratégia discursiva de valorização das particularidades do meio rural em relação ao meio urbano, destacando uma suposta dominação de uma economia sobre a outra e refletindo sobre o papel da agricultura em relação às cidades e ao combate à miséria e à fome. Segundo ele, haveriam algumas expectativas da sociedade urbana em relação ao campo:

Somos 70% na cidade e 30% nos campos. Ousaria dizer que a sociedade urbana quer algumas coisas que podemos fazer e outras que com a ajuda de Deus vamos tentar. A sociedade quer que produzamos alimentos, fibras e combustíveis líquidos a preços compatíveis com o baixo nível de renda da maior parte de nossa população; quer que sejamos um mercado consumidor cativo da indústria nacional. Todos sabem que não nos é permitida a importação de insumo industrial com similar nacional e pagamos frequentemente por esses insumos bem mais do que custam nos mercados

¹⁰⁵ Antonio Ernesto Salvo, Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, Anais da Assembleia Nacional Constituinte do Brasil, 1987.

http://www.senado.leg.br/publicacoes/anaais/asp/CT_Abertura.asp

¹⁰⁶ *ibidem*.

¹⁰⁷ *ibidem*.

externos, nos quais temos que concorrer depois com nosso produto agrícola, cujos insumos são bem mais caros¹⁰⁸.

Assim, Ernesto de Salvo, na mesma linha da carta de princípios da FAAB, aponta para o êxodo rural como uma grande questão a ser resolvida. Na percepção do expositor, a pobreza nacional deveria ser solucionada a partir da absorção da economia urbana pelo homem migrante, investindo, em contrapartida, em políticas agrícolas para desenvolver o expressivo número de pequenos produtores rurais no país. O representante da FAEMG defende, portanto, uma paridade da cidadania, com uma equalização do acesso a direitos sociais no campo, equiparando o meio rural à realidade urbana. Para o alcance de tais objetivos, seria necessário pôr fim às desigualdades entre as políticas econômicas de incentivos e investimentos, afinal de contas, segundo suas próprias palavras, a agricultura seria “um segmento especial da economia, queiram ou não os economistas, queiram ou não os Ministros da Fazenda, os Ministros da área econômica”¹⁰⁹.

Além disso, como estratégia adicional de desenvolvimento do mundo rural brasileiro, encontra-se, na opinião de Ernesto Salvo, a necessidade de ocupação plena do território nacional. Em sua avaliação, haveria um enorme vazio de homens em extensas áreas ainda não ocupadas no país e, por esta razão, esta seria “uma presa tentadora”, lhe parecendo “prudente que haja brasileiros, quantos mais melhor, em todos os espaços de nossa terra”, sugerindo uma visão quase geopolítica da reforma agrária por meio dos projetos de colonização¹¹⁰.

Quanto ao tema específico da Reforma Agrária, o expositor, seguindo também uma linha política próxima dos documentos da Frente Ampla e das posições de Roberto Rodrigues, não se colocou contrariamente à mesma, reafirmando a necessidade de uma política agrícola adequada aos seus interesses. Ao reconhecer o problema da Reforma Agrária como uma questão a ser solucionada, os representantes da FAAB, de forma recorrente buscaram apresentar um posicionamento moderado, com o objetivo de ampliar a adesão ao seu programa político. Ao mesmo tempo, ao apresentar uma agenda de políticas agrícolas de seu interesse como estratégia fundamental para solucionar a questão social no campo – relegando aos programas de redistribuição da propriedade da terra um papel secundário – as lideranças da FAAB, com frequência, também buscaram

¹⁰⁸ *ibidem*.

¹⁰⁹ *ibidem*.

¹¹⁰ *ibidem*.

questionar a eficiência de uma política de reforma agrária ampla, alegando possíveis riscos e consequências negativas.

no esforço da reforma, ao invés de trazermos algum tipo de lenitivo para um problema sério, por uma vontade desmesurada de sairmos do atraso que nos atazana e nos agrilhoa, nós cheguemos a algum tipo de proposta que, ao invés de atender a anseios mínimos, traga mais desalento e mais desamparo¹¹¹.

Neste sentido, Ernesto de Salvo clama mais uma vez por uma equalização no tratamento dado ao “homem rural” em relação a outros setores da sociedade, chamando atenção para os riscos de medidas desapropriatórias, ainda que bem intencionadas. Assim, o representante da FAEMG concluiu sua intervenção sintetizando sua fala e suas preocupações ao solicitar isonomia no tratamento dado pelo “Estado na agricultura e resumindo novamente a sua Reforma Agrária desejável” a um conjunto de políticas agrícolas de incentivo econômico para a produção rural.

gostaria de que os senhores atentassem para o homem rural, que não é mais nem menos do que nenhum outro segmento da sociedade brasileira (...) E pediria mais, que os Senhores atentassem para a profundidade e a gravidade do tema da reforma agrária, porque ela só será implementada com correção neste País no bojo de uma política agrícola correta, onde o uso da terra seja qualquer, que o tamanho da propriedade venha a ser econômico para quem nela viver¹¹².

Após a participação de Ernesto de Salvo representando a FAEMG, a segunda organização componente da FAAB a falar foi a SRB, com a exposição do seu presidente, Flavio Teles de Menezes, no dia 30 de abril de 1987. Partindo da consideração de que a “agricultura é a mais antiga entre as atividades econômicas do homem”, o representante da entidade paulista reproduz o mesmo processo de idealização da vida rural e da agricultura, muito presente na fala de diversos representantes do patronato rural. Apesar de partir do mesmo ponto que Ernesto Salvo, valorizando o papel histórico do “homem do campo”, “colonizador” brasileiro que se lançou na aventura do desbravamento e descobrimento, o presidente da SRB dá mais ênfase ao processo de modernização técnica da agricultura e aos saberes especializados que a agricultura moderna demanda do “homem do campo” e da sociedade¹¹³. Assim, a respeito das transformações técnicas da atividade agrícola, Flavio Teles de Menezes ressalta os avanços alcançados no campo da agricultura, equiparando os investimentos

¹¹¹ *ibidem*.

¹¹² *ibidem*.

¹¹³ Flavio Teles de Menezes, Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, Anais da Assembleia Nacional Constituinte do Brasil, 1987.
http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp

em pesquisa nesta área aos esforços científicos empregados em programas aeroespaciais.

poucas atividades humanas terão evoluído tanto, no mundo contemporâneo, quanto a agricultura. Há hoje mais horas de pesquisa empregadas na seleção de genética de uma semente de hortaliça do que em programas aeroespaciais. A eficiência produtiva de um hectare de terra é hoje incomparavelmente superior à das lavouras de nossos ancestrais. E até mesmo a noção, que até recentemente nos parecia definitiva, de que a agricultura e a terra são absolutamente indissociáveis, começa a cair por terra, com o desenvolvimento da agricultura hidropônica, nos laboratórios de pesquisa.¹¹⁴

Dessa maneira, ao valorizar este processo, o expositor minimiza a demanda por terras no país, alegando que 70% da população já se encontrava vivendo nas cidades. Neste sentido, Flavio Teles de Menezes defendia uma conciliação entre progresso científico, desenvolvimento econômico e bem estar social, para que fosse possível empreender uma política agrícola que assegurasse estabilidade de renda para o produtor rural e o fortalecesse a classe média rural. Em sua perspectiva, portanto, estas seriam as bases para a construção de uma democracia sem que “nos percamos em conceitos historicamente ultrapassados ou tecnologicamente superados”¹¹⁵.

Flavio Teles de Menezes divide sua exposição em duas partes distintas, tratando primeiramente do que considera ser uma política agrícola desejável e, em segundo lugar, trata especificamente do problema fundiário. Com relação ao primeiro ponto, considerando a política agrícola como um “conjunto de princípios básicos e normas instrumentadoras do desenvolvimento do setor agrícola”, o representante da rural brasileira defende, assim como defende a cartilha da Frente Ampla, a criação de uma lei agrícola que confira estabilidade adequada à atividade econômica e uma estrutura administrativa à altura do peso nacional da agricultura como fortalecimento da mesma. Deste modo, são apresentadas algumas questões relativas às diferenças regionais brasileiras, à qualificação dos recursos humanos, às formas de financiamento e tributação da agricultura e, como não poderia faltar, às dificuldades no acesso à terra e seus respectivos conflitos fundiários:

O processo histórico de transferência de recursos financeiros (renda) e humanos (população) do campo para a cidade; A descapitalização generalizada e o relativo e desigual grau de atraso tecnológico da agricultura brasileira; As diferenças regionais de clima, cultura e estágio de organização econômica; O sistema tributário ineficiente, socialmente injusto e economicamente desestimulante, pois que baseado nos impostos sobre a

¹¹⁴ *ibidem*.

¹¹⁵ *ibidem*.

produção e não sobre a renda ou a terra, de forma que, em nosso País, quanto mais se produz, mais se paga tributos; A escassez generalizada de recursos humanos, treinados, quer a nível de mão-de-obra especializada, quer a nível gerencial; E, finalmente, a existência de um contingente de agricultores potenciais sem acesso à terra e a ocorrência de regiões onde há dúvidas ou litígios sobre a posse da terra¹¹⁶.

Considerando este conjunto de problemas, o presidente da SRB conclui seu raciocínio apontando seis eixos fundamentais de uma política agrícola condizentes com a “agricultura moderna”, que sistematizavam muito bem os principais interesses dos setores organizados na Frente Ampla e que estavam em jogo no processo Constituinte. Buscando ir além da pauta da Reforma Agrária, ainda que houvesse uma permanente centralidade e vigilância em torno da questão, Flavio Teles de Menezes resume o seu programa agrícola defendendo uma política econômica que reverta o processo de transferência de renda do campo para a cidade, garanta o investimento em infraestrutura e pesquisa para viabilizar a modernização agrícola, forneça uma política de crédito e subsídio agrícolas, aplique uma política tributária que desonere a produção incentivando o seu aumento, realize uma política de formação para qualificação da mão de obra e, por fim, dê conta da política fundiária, tratada especificamente em um segundo momento da exposição¹¹⁷.

Entendendo, portanto, a política fundiária como “um capítulo da política agrícola, dentro da prospecção de uma agricultura que se deseja moderna, profissionalizada e especializada”, Flavio Teles de Menezes tece alguns comentários acerca da questão da propriedade. Afirmando que “nenhuma força histórica detém a natural tendência de urbanização das sociedades humanas”, o expositor demarca prontamente a suposição de uma via única de desenvolvimento econômico e social, reafirmando a inexorabilidade do esvaziamento dos campos pela concentração demográfica nas áreas urbanas. A recorrência com que se refere a este processo no debate sobre a questão fundiária, sugere um esforço contínuo de dirimir a demanda social pelo assentamento das populações sem terra frequentemente direcionadas às cidades. Sob esta perspectiva, o presidente da SRB, diferentemente de seus colegas da FAEMG e da OCB, como veremos posteriormente, renega explicitamente em sua apresentação a desapropriação da propriedade produtiva defendendo que a verdadeira

¹¹⁶ Flavio Teles de Menezes, Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, Anais da Assembleia Nacional Constituinte do Brasil, 1987.

http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp

¹¹⁷ ibidem.

função social da propriedade seria produzir para a sociedade urbana. Em suas palavras: “Eis a legítima função social da propriedade: produzir para a sociedade que se urbanizou. Eis aí também a razão lógica pela qual nenhuma reforma agrária, nenhuma intervenção do Estado e nenhuma desapropriação deve atingir a propriedade produtiva.”¹¹⁸

Da mesma maneira, o presidente da SRB defende claramente que não se deve limitar o tamanho da propriedade, pois isto seria “limitar o desenvolvimento do setor, com graves repercussões futuras na produção agrícola”. Portanto, ao associar a não limitação do tamanho das propriedades à questão do desenvolvimento econômico, Flavio Teles de Menezes, acaba por reforçar implicitamente a sua visão de modernização, em que a produção agrícola baseada em grandes extensões de terra aparece como única alternativa viável, na mesma medida em que as políticas de incentivo à produção agrícola da pequena propriedade familiar são completamente desconsideradas.

Sendo a terra, na concepção do então presidente da rural brasileira, nada mais que “um dos fatores de produção ao lado do trabalho, da tecnologia, do capital, e da criatividade empresarial”¹¹⁹, pouco espaço resta para a defesa de uma política efetiva de redistribuição fundiária. Ainda que reconheça a necessidade de respeito à função social da terra, Flavio Teles de Menezes, a todo o momento, coloca a liberdade de propriedade no centro de sua visão de mundo e conclui que esta posição “constitui direito fundamental do cidadão, pois que a liberdade econômica é parte indivisível do conceito de liberdade. E porque é também a propriedade o estuário da poupança do indivíduo.”¹²⁰

Defendendo, portanto, o foco em políticas de incentivo à grande produção agrícola, o ex-presidente da SRB definiu cinco mecanismos fundamentais de política fundiária que, para ele, seriam o suficiente para sanar os problemas relativos à propriedade da terra. Primeiramente, o expositor apresenta a defesa do recadastramento geral de todos os imóveis do país, relativizando os dados então disponíveis para o cálculo da concentração da propriedade. Em segundo lugar, encontra-se a defesa do crédito fundiário com o objetivo de financiar o desenvolvimento da produção agrícola. Em seguida, também são assinalados os programas de colonização e assentamento em áreas de fronteira. Por fim, quase que como uma última alternativa, assinala-se a

¹¹⁸ *ibidem*.

¹¹⁹ *ibidem*.

¹²⁰ *ibidem*.

intervenção do Estado através da distribuição fundiária. No entanto, fica claro e frisado que isto se refere “somente nos casos onde comprovadamente a ordem econômica e social esteja prejudicada pelo descumprimento da função social da terra, mantida ociosa, sem exploração econômica, ou objeto de grilagem”¹²¹.

O último representante associado à Frente Ampla a falar foi o seu secretário-geral Roberto Rodrigues, que participou de audiência na Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária na condição de presidente da OCB no dia 6 de Maio de 1987. Reivindicando o lugar de fala do cooperativismo, Roberto Rodrigues iniciou sua apresentação, valorizando o legado histórico do movimento cooperativista e o seu peso econômico, que então se consolidava em vários setores, mas que continha um considerável protagonismo na produção agrícola nacional.¹²²

embora o cooperativismo tenha uma expressão no setor rural e uma no setor urbano diferenciada, é no setor rural que a maior parcela do cooperativismo se faz apresentar, inclusive, porque o cooperativismo surge sempre em ocasiões de crise. E a agricultura brasileira viveu, nestes últimos quarenta anos, um sistemático processo de drenagem de recursos no setor primário, para o desenvolvimento do setor urbano industrial, tendo em vista o programa de industrialização que o País adotou e tendo em vista, sobretudo, o processo de substituição de importações adotada na década de 50. De modo que é no setor rural que o cooperativismo tem uma maior participação. E é, seguramente, por esta razão, que estamos sendo convocados¹²³.

Além de propor que a reforma agrária fosse implementada pelo cooperativismo, Roberto Rodrigues, seguindo de forma quase fiel os princípios expressos na carta da FAAB, inicia seu balanço sobre grandes desafios para o mundo rural contemporâneo a partir da crise da agricultura decorrente das políticas econômicas das últimas décadas que não responderam, em sua avaliação, ao crescente aumento da perda de renda da produção rural. Sobre esta situação, o expositor afirma que:

O que queremos dizer, ligeiramente, para embasar uma postura do cooperativismo brasileiro quanto à política agrícola, o que é de conhecimento extenso de todos os Senhores aqui presentes é que a agricultura brasileira, nestes últimos 30, 40 anos, apresentou uma claríssima posição de perda de renda vigorosa. E de dois anos para cá, sobretudo a partir de 1986, com o Plano Cruzado, além dessa perda de renda muito clara, cujas causas poderiam ser discutidas oportunamente, se V. Ex. as e os companheiros Constituintes assim o desejarem, além da questão da perda de renda a agricultura viveu também um processo de grande endividamento. O endividamento da

¹²¹ *ibidem*.

¹²² Roberto Rodrigues, Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, Anais da Assembléia Nacional Constituinte do Brasil, 1987.

http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp

¹²³ *ibidem*.

agricultura em 1986 foi igual ao dobro do endividamento realizado em 1985¹²⁴.

Neste sentido, os efeitos do plano cruzado, em sua avaliação, aprofundaram este processo, com o aumento da perda da competitividade brasileira no mercado internacional em relação às agriculturas subsidiadas de países como os da União Européia e dos Estados Unidos. Outra questão que também é assinalada como desafio é a redução do intervencionismo estatal na economia sem afetar os investimentos necessários para o desenvolvimento agrícola.

Para superar os desafios expostos, o então presidente da OCB aponta para dois aspectos fundamentais que reproduzem os mesmos pontos percorridos por Flavio Teles de Menezes em sua apresentação. Em primeiro lugar tratar-se-ia de garantir o fortalecimento do Ministério da Agricultura contribuindo com a consolidação de um corpo administrativo necessário para a implementação de uma política agrícola eficaz. Em segundo lugar, tratava-se justamente de delinear um conjunto de instrumentos e ações estatais para a agricultura, ou seja, das diretrizes de política agrícola propriamente dita. Dentre os pontos destacados que caracterizariam a posição apresentada pelo representante cooperativista encontram-se a questão do crédito e do subsídio agrícola, uma política tributária que atue sobre a renda e não sobre a produção, pesquisa, formação e extensão, além da questão fundiária¹²⁵.

Assim como o presidente da SRB, Roberto Rodrigues confere um importante destaque à questão da reforma agrária, reservando para a política fundiária o principal tópico de sua intervenção. Neste ponto, a reprodução do discurso presente na carta de princípios da FAAB sobre a questão da propriedade transparece, mais uma vez, o protagonismo da OCB na articulação e formulação da iniciativa política da Frente Ampla e de seu respectivo programa. Sendo assim, Rodrigues define o que seria, em sua concepção, a função social da terra da seguinte maneira:

Entendemos que a função social da terra é a de que sua utilização, sem prejuízo da conservação ou aprimoramento de suas qualidades naturais, permita suprir permanentemente as necessidades humanas (alimentares, energéticas, de vestuário, etc) e favoreça o bem-estar dos que nela trabalham¹²⁶.

¹²⁴ *ibidem*.

¹²⁵ *ibidem*.

¹²⁶ *ibidem*.

Partindo deste princípio, o expositor reafirma a lógica liberal da propriedade, se ancorando nos mesmos preceitos apresentados nos documentos da FAAB. Entendendo que “a propriedade privada é a contrapartida material do conceito de liberdade individual”, Rodrigues defende o direito de posse absoluta dos bens materiais apenas com a condição de que estes estejam aplicados segundo os ordenamentos sociais do mercado e em consonância com o “trabalho livre e competitivo, sob a proteção da lei”. A este respeito vale observar o comentário de Gomes da Silva (1989) acerca deste posicionamento da OCB. Retomando sua fala sobre a oportunidade perdida por esta entidade de construir efetivamente um terceiro campo no debate sobre a Reforma Agrária, o ex-presidente do INCRA afirma que:

Lamentavelmente, Roberto acabou renunciando à vocação progressista de jovem, como se lê em um trecho de seu depoimento, inscrito à página 128 dos Anais (nº 99, 20 de Julho de 1987): “A instituição da propriedade privada é a contrapartida material do conceito de liberdade individual. Corresponde ao direito assegurado pela sociedade de o indivíduo obter, através da livre iniciativa, o controle *absoluto* (grifo nosso) de bens materiais...” Ora, se Roberto Rodrigues parte do absolutismo do direito de propriedade, não há nada a discutir em relação à reforma agrária. Quem derruba a premissa de que o direito de propriedade é condicionado à função social, e o toma absoluto, como está escrito nos Anais, não pode ser a favor da Reforma Agrária em momento algum. (GOMES DA SILVA, 1989: 62)

Neste sentido, a conclusão lógica destas premissas seria um posicionamento por parte do representante da Frente Ampla em que ele compreende que “se a terra que a compõe cumpre sua função social, esta propriedade, independente de localização ou atividades produtivas, não pode e não deve ser objeto do Estado para efeito de expropriação e reforma agrária”¹²⁷. No entanto, apesar da OCB apresentar premissas que na prática inviabilizavam a desapropriação para fins de reforma agrária numa escala de mudanças estruturais, o posicionamento público construído em relação a esta questão ao longo do tempo foi de reconhecer em algum grau a sua necessidade e reivindicar um projeto próprio de reforma que perpassava o movimento cooperativista.

o Incra definiria a área em qualquer Estado ou região do País, que deveria ser objeto de assentamento e reforma agrária, comunicaria essa área a OCB – Organização de Cooperativas Brasileiras – que identificaria cooperativas que tivessem tradição de atividade e produção rural dos produtos vocacionados por aquela área eventualmente a ser desapropriada, e que tipo de cooperativa poderia trabalhar com aqueles produtos com eficiência e com competência. E, em seguida, o Incra faria um convênio com essa cooperativa, indicada pela OCB, e essa cooperativa, sob a égide do PNRA, do Estatuto do Trabalhador Rural, se encarregaria de selecionar os trabalhadores rurais que viessem a ser

¹²⁷ Entrevista Roberto Rodrigues, 2016.

assentados, sob a existência de uma cooperativa que já trabalhava no assunto, e não criando uma cooperativa de cima para baixo, como já ocorreu no passado com fracasso muito grande no sistema¹²⁸.

Portanto, a proposta de Reforma Agrária da OCB consistia, segundo Rodrigues, em estabelecer uma espécie de convênio entre cooperativas e o INCRA sob a mediação da entidade. Neste sentido, a OCB indicaria as cooperativas mais próximas das áreas de reforma agrária para estabelecer um acordo de prestação de assistência técnica rural nos assentamentos. Destaca-se também na proposta da OCB a preocupação em não realizar um processo que seja excessivamente dirigido pelo Estado, deixando a livre transação entre os interesses econômicos como principal responsável do desenvolvimento agrícola. Deste modo, Rodrigues defende que:

uma cooperativa só vai bem e só tende ao sucesso se ela surgir do interesse das bases e de um interesse previamente definido por aquelas pessoas que dela necessitam, e nunca se foi imposta de cima para baixo por uma ação governamental. Então, essa proposta que o cooperativismo tem é no sentido de que a reforma agrária seja efetivamente implantada no País, com sucesso para impedir fracassos, de que já tivemos notícia no passado recente do País e em outros países da América Latina e do mundo.¹²⁹

Assim, apresentando preocupações com o que ele considera como modelos fracassados, o representante da OCB também considera a reforma agrária como um capítulo da política agrícola, buscando dar ênfase aos outros instrumentos de política econômica setorial e global como principais medidas para garantir o desenvolvimento econômico e social da agricultura brasileira. Questionando a política de reforma agrária como problema central, Roberto Rodrigues defende que o maior desafio da agricultura nacional deveria ser o de reverter o que ele considera como históricas políticas de investimento na economia urbana em detrimento da produção rural. Neste sentido, a exposição do secretário-geral da Frente Ampla termina por afirmar que “o cooperativismo defende uma reforma agrária consistente, sob a égide do liberalismo e da eficiência econômica”, ao mesmo tempo em que reconhece “a necessidade de atender diretrizes que proporcionem ao trabalhador rural acesso a terra visando sua evolução social.”¹³⁰

¹²⁸ Roberto Rodrigues, Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, Anais da Assembléia Nacional Constituinte do Brasil, 1987.

http://www.senado.leg.br/publicacoes/anaais/asp/CT_Abertura.asp

¹²⁹ *ibidem*.

¹³⁰ *ibidem*.

Por último, vale destacar algumas reivindicações de caráter mais específico do cooperativismo que também foram expressas na exposição de Roberto Rodrigues. Em primeiro lugar, o presidente da OCB reivindica a eliminação de uma série de mecanismos estatais de crédito cooperativo, considerados por ele obsoletos, e a sua atualização pelo Banco Central com o objetivo de readequar o financiamento estatal do cooperativismo que era considerado excessivo, pois inibia o crescimento do crédito cooperativo urbano, mas, principalmente, do crédito cooperativo rural. Além disso, Rodrigues também defende uma desoneração fiscal para o setor de armazenagem, em que as cooperativas possuem uma expressiva participação, mas que carecem de maiores incentivos dada a sua baixa lucratividade como atividade econômica¹³¹.

Dos representantes do patronato rural convidados a participarem das audiências da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, ainda falaram outras duas entidades, a CNA e a Associação dos Empresários da Amazônia. Como o litígio judicial sobre a presidência da entidade sindical ainda permanecia indefinido, Flavio de Britto, apesar dos desgastes políticos com esta situação, se manteve no comando da CNA, participando como seu porta-voz oficial naquele momento da Constituinte. Dessa maneira, a antiga direção conseguiu fazer-se presente nas audiências públicas. Além de seu presidente, participaram na mesma sessão seus dois vice-presidentes, Fabio Meirelles e Guilherme Pimentel. Apesar da importância da representação da CNA, parecem não ter apresentado grandes diferenças em linhas gerais com o debate formulado pelos representantes da FAAB, embora reproduzindo um discurso abertamente contrário à desapropriação de terras, sem as meias palavras da performance moderada construída pela narrativa dos demais. Assim, Flavio de Brito aciona a religião para, da mesma forma que Roberto Rodrigues, reafirmar a propriedade como acúmulo dos frutos do trabalho e, portanto, como algo sagrado, absoluto. Segundo o ainda presidente da CNA:

pontifica a Igreja Católica Brasileira que a terra é um dom de Deus, não há como negar. Não menos pacífico, porém, é que a terra não produz o que deseja, como se deseja e quando se deseja, sem investimentos, sem insumos de toda ordem e sem trabalho. O investimento só se faz com o capital. E nas palavras de Leão XIII "o trabalho acumulado é a propriedade". Por igual, diz Leão XIII: "E o produto do trabalho, é a poupança decorrente do trabalho que gera a propriedade"¹³².

¹³¹ *ibidem*.

¹³² Flavio de Brito, Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, Anais da Assembléia Nacional Constituinte do Brasil, 1987.
http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp

Recuperando, portanto, Leão XIII, o papa da doutrina social da Igreja Católica no século XIX, quando o Vaticano buscou produzir uma moral católica sobre as relações entre capital e trabalho como contraponto ao socialismo e ao liberalismo da época, Flavio de Britto buscava defender o direito à propriedade absoluta do capital como fruto legítimo da iniciativa capitalista.

O representante dos Empresários da Amazônia, Ariosto Riva, por sua vez, tampouco fez contribuições significativamente novas aos debates específicos sobre a Reforma Agrária. Reafirmando posições contrárias aos principais itens relacionados ao tema, na condição de porta-voz dos empreendedores da colonização, homens da fronteira, centrou sua exposição sobre suas experiências como produtor rural da BR-163 no Mato Grosso. Neste sentido, comentando acerca dos desafios dos trabalhadores rurais sem terra, o presidente da Associação dos Empresários da Amazônia apresentou os projetos colonizadores das zonas de fronteira como alternativa social e econômica para estes setores. Assim, Ariosto Riva afirma que:

Temos, no País, volume de terra suficiente para resolver todos esses problemas do homem sem terra. O homem sem terra que realmente queira trabalhar vai aceitar o desafio de ir para zona pioneira. Na zona pioneira ele tem condição de prosperar, crescer e dar a contribuição dele, em termos de produção, para este País. Agora, ficar perto das grandes cidades, me desculpe, é malandro. Porque o homem que quer realmente trabalhar vai aceitar o desafio.

Desde modo, Riva não admite nenhuma possibilidade de distribuição de terras nas zonas de economia urbana mais desenvolvida do país. Denunciando a demanda por terras nos estados de origem dos agricultores como uma suposta malandragem, o representante dos empresários da Amazônia resume sua intervenção recorrendo à confusão entre direitos e privilégios para ao mesmo tempo negar o acesso à terra nestas regiões e forçar a migração para as zonas de fronteira agrícola, onde empresários colonizadores como ele lucravam com a exploração do trabalho destes mesmos trabalhadores rurais migrantes.

Após as audiências com os representantes da sociedade civil, que incluíram também a participação de porta-vozes da Campanha Nacional Pela Reforma Agrária (Contag, ABRA e CPT) e técnicos representantes da burocracia estatal (INCRA, EMBRAPA e EMBRATER), o relatório apresentado pelo deputado Oswaldo Lima Filho foi favorável aos setores reformistas. Apesar disso, a bancada parlamentar associada aos interesses patronais, logrou aprovar um substitutivo que seria o cerne da vitória conservadora nesta matéria, a criação do estatuto da propriedade produtiva e a

sua respectiva proibição para desapropriação com fins de Reforma Agrária. Este substitutivo, além de ser considerado por muitos um retrocesso em relação ao que era previsto pelo estatuto da terra, foi a forma que as frações das classes dominantes agrárias e suas respectivas organizações de interesses encontraram para, através da mobilização de todos os seus esforços e recursos, inviabilizar a reforma agrária como mecanismo constitucional de garantia do acesso à terra.

Com idas e vindas nos diversos trâmites ao longo do ano compreendido entre Junho de 1987 e Agosto de 1988, o patronato rural, como parte integrante da coalizão conservadora do Centrão, em meio a grandes mobilizações nas galerias do Congresso Nacional de parte a parte, conseguiu uma importante vitória com a aprovação do substitutivo que proibia a desapropriação da propriedade produtiva proposto por Rosa Prata na votação da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Ao fim e ao cabo, este substitutivo terminou prevalecendo em tensa sessão plenária do dia 29 de Agosto de 1988, como um dos últimos grandes embates do processo Constituinte.

Dessa maneira, para além da participação dos representantes da FAAB articulando as suas respectivas bancadas de apoio parlamentar e depondo nas audiências públicas da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, garantindo a defesa da propriedade produtiva, se destacam ainda formas menos visíveis de articulação política, executadas de maneira privada no espaço dos corredores e bastidores.

Neste sentido, sobre sua relação com o Congresso e a Constituinte, o então presidente da OCB faz apontamentos sobre como se dava este processo. Assim como na relação com o poder executivo, é possível observar a estratégia de privilegiar o lobby e a negociação institucional como forma de defesa e garantia dos interesses da Frente Ampla. Além disso, também é possível observar práticas claras de clientelismo político para a formação de uma expressiva base parlamentar favorável ao programa da Frente Ampla. Ao citar um caso de defesa da agenda cooperativista, Rodrigues deixa clara esta relação na medida em que afirma que:

Nós tínhamos o melhor lobby da Constituinte, sem violência, doce. Tem umas coisas interessantes... Tinha uma cooperativa de vinho no Rio Grande do Sul, chamava Aurora, lá de Caxias do Sul, Bento Gonçalves. E eles fizeram uma cestinha com três garrafas de vinho, um tinto, um branco e um rosé. E quando você abria a cestinha, ao invés do rótulo da cooperativa, estavam os cinco princípios do cooperativismo. Entregaram para cada deputado. O cara tomava vinho lendo o que tinha que botar na Constituição das Cooperativas. Uma cooperativa de leite fez um relóginho de acrílico, que

tinha a base de acrílico e o relóginho ali. Então na base de acrílico tinham os cinco artigos. Então todos os deputados tinham na mesa um relóginho com os artigos do cooperativismo. Aí as secretárias acharam lindo o relóginho e eu mandei fazer um relóginho para cada secretária. Então, as secretárias dos deputados tinham o relóginho dos princípios do cooperativismo¹³³.

Estas duas anedotas fazem transparecer novamente a valorização de determinada prática política, orientada para acontecer nos bastidores, de forma pactuada e acordada, pautada numa lógica de reciprocidade de favores e agrados. Por isso a reivindicação de um lobby “sem violência, doce”. Este processo demarca muito bem com a UDR, de um lado, e o movimento de ocupações de terra de outro, confirmando a construção de uma auto-imagem política moderada e de centro. Prosseguindo sua fala a este respeito, Rodrigues conclui que:

Criamos uma linha de compromisso com o parlamento silenciosa. Não tinha barulho, não tinha pressão, não tinha movimento de rua, não tinha nada. Tinha, lógico, “oh nós tamos aqui por tal e tal razão” e toda semana a OCB tinha um jornalzinho que batia o que aconteceu com o deputado fulano, sicrano, beltrano... Então o cara via que ele tava na mídia...Aquilo gerou uma relação de confiança¹³⁴.

Novamente vemos a valorização do silêncio em detrimento da pressão política de rua, de movimento. O diferencial deste tipo de atuação é a criação de uma relação de proximidade, onde existe uma troca no atendimento dos interesses dos dois lados. Se enquanto os parlamentares apoiam as posições do empresariado rural e proprietários de terra, em resposta, estes se veem apoiados reciprocamente, seja por meio de um reconhecimento público na imprensa comum e especializada, seja pela distribuição de “agrados” e “brindes” associados aos seus interesses.

Outro aspecto da atuação da FAAB na Constituinte é a presença cotidiana dos seus representantes para o acompanhamento dos trabalhos no próprio Congresso Nacional. Além do caso mais explícito de representação direta de Alysson Paulinelli, presidente da CNA, também se destaca a presença de outras lideranças e do acesso a um ‘aparelho’ próprio funcionando nas instalações do Congresso. “Tinha gente que pensava que eu era deputado”, afirma Rodrigues, justificando o fato pela sua presença constante no Congresso Nacional acompanhando de perto os trabalhos da Constituinte. Para isso, contavam com uma estrutura operativa e uma assessoria instaladas em gabinetes de deputados aliados à Frente Ampla, como Ivo Vanderlinde do PMDB-SC.

Ele cedeu espaço no gabinete dele para a gente botar uma mesa da OCB, onde ficava o Virgílio Perez, que era o nosso assessor parlamentar. E toda semana trazia líderes cooperativistas do Brasil inteirinho que iam conversar

¹³³ Entrevista com Roberto Rodrigues, 2016.

¹³⁴ *ibidem*.

com os deputados do seu estado. E esse Virgílio acompanhava e eu também acompanhava alguns casos¹³⁵

Dessa forma, Rodrigues destaca o acompanhamento diário dos trabalhos Constituintes pela OCB por meio do presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo e atuante suplente da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Contando com assessores próprios no gabinete de Ivo Vanderlinde, o ex-presidente da entidade relembra as conversas no varejo com os Constituintes que frequentemente contavam com a sua própria participação. Bruno (2017) dá conta desta presença cotidiana ao analisar a inversão de práticas e papéis no processo político, com deputados solicitando audiência com os representantes de classe. Não bastasse a eleição de representantes diretos como deputados constituintes, os setores patronais ocupavam fisicamente os espaços do Congresso Nacional, elaborando, articulando e legislando em favor de seus interesses. Segundo a autora:

Chama a atenção, a presença ativa de uma força extra parlamentar no Congresso Nacional durante os debates na Constituinte. Há uma clara inversão de papéis, são os deputados e senadores que fazem fila e solicitam “audiência” a Ronaldo Caiado e Roberto Rodrigues representantes da UDR e da OCB, respectivamente, responsáveis pela elaboração das ementas sobre a proposta de reforma agrária a ser votada em plenário (BRUNO, 2017)

Sendo assim, funcionando como uma ativa força extra-parlamentar, os setores organizados na FAAB atuaram no Congresso Nacional buscando influir nos principais debates relativos à agricultura em que se destacaram a defesa da propriedade produtiva da terra e os debates sobre sua proposta de lei agrícola, com o objetivo de fundar um novo marco regulatório para a ação estatal nesta matéria. Neste sentido, apesar do forte embate em torno da Reforma Agrária, identificamos uma procura em dar visibilidade a temas ligados à questão agrícola e em reproduzir uma prática política que privilegie os acordos e negociações de bastidores, evitando ao máximo a publicização de possíveis divergências, pressões e disputas entre patronato rural e representantes da sociedade política.

Apesar desta importante e decisiva presença das lideranças da Frente Ampla, a disputa pelo protagonismo com a UDR, com a intensificação dos embates sobre a Reforma Agrária durante a Constituinte, de fato foi perdida naquele momento, tendo a segunda entidade ganhado progressivo espaço como liderança de referência para o patronato rural. Com Caiado ocupando crescentemente as páginas da imprensa como porta-voz do patronato rural, O Estado de São Paulo afirmava no dia seguinte à votação

¹³⁵ Entrevista com Roberto Rodrigues, 2016.

do plenário, em 30 de Agosto de 1988, que: “Constituinte perto do fim vira festa”¹³⁶. Assim, em tom de ironia, destacava os festejos com a vitória final sobre a esquerda na matéria da “propriedade produtiva”, dando todos os créditos para a mobilização da UDR. Da mesma maneira, a Folha de São Paulo relatava a ocupação dos chamados *Agroboys* em Brasília, igualmente tratando Caiado como grande liderança vitoriosa¹³⁷.

No entanto, ainda que sofrendo as consequências do amplo reconhecimento público da liderança de Caiado, com as lideranças da Frente Ampla perdendo significativo espaço como porta-vozes do patronato rural, é importante reconhecer que a FAAB igualmente teve presença ativa no processo Constituinte. Para além de reunir representações habilitadas a falar pública e oficialmente na ANC em nome do campo de representação do patronato rural, a Frente Ampla também marcou presença e contribuiu na mobilização e articulação parlamentar para barrar o avanço da Reforma Agrária, ao mesmo tempo em que realizava os respectivos lobbys dos setores econômicos a que representava.

Reconhecendo a força da UDR, Rodrigues revela a delicadeza da conjuntura política fazendo com que o patronato rural se sentisse sobre forte ameaça em face das pressões por Reforma Agrária e justifica o protagonismo do método político mais agressivo que foi representado pela UDR. Neste sentido, o então presidente da OCB afirma que:

Não tinha jeito, o negócio era na base da porrada mesmo! A UDR surgiu em um momento complicadíssimo e tinha um único objetivo, evitar a reforma agrária. Naquela época havia uma polarização absurda, você era carimbado direita ou esquerda. Era um maniqueísmo estúpido mas era assim que funcionava. A Contag, na época, era presidida pelo Zé Francisco, um homem do Partido Comunista Brasileiro. Então, dentro daquele maniqueísmo, a questão da reforma agrária tomou uma coloração de muita violência e a UDR veio com uma bandeira clara e teve um grande espaço vis a vis a esquerda. Ela cumpriu um papel importantíssimo naquele período, porque, se nós tivéssemos ficado sozinhos na parada, possivelmente teríamos perdido muito mais do que perdemos (defesa da propriedade e tal). Nós não tínhamos um discurso radical, nosso discurso era de negociação e a presença da UDR viabilizou a negociação que nós tínhamos antes. Então, eles bateram muito firme e isso permitiu que nós negociássemos em busca de saídas intermediárias, que não foi grande coisa como toda a Constituição, mas que foi uma saída democrática (Roberto Rodrigues apud BRUNO, 2002: 232).

Dessa maneira, apesar dos esforços de diferenciação da Frente Ampla na disputa com a UDR, ao fim e ao cabo, a preocupação comum de defesa da propriedade diluiu qualquer disputa interna, alinhando através do pragmatismo as duas forças políticas e

¹³⁶ O Estado de São Paulo, 30/08/1988, p. 4; Reforma exclui terra produtiva.

¹³⁷ Folha de São Paulo, 30/08/1988, p. 5; Propriedade produtiva fica livre da reforma agrária.

contribuindo para a consolidação do reconhecimento do protagonismo de Ronaldo Caiado como principal liderança contrária à reforma agrária neste período. Ainda assim, como é possível observar, os interesses organizados na FAAB não deixaram de demarcar seu espaço e sua presença no processo constituinte e na questão fundiária, sendo esta atuação vital para a consolidação, num momento seguinte, de um núcleo dirigente capaz de articular a pluralidade de interesses dos setores de ponta da agroindústria moderna muito mais abrangentes que a base social mobilizada e o discurso agressivo que conferiram centralidade à UDR durante o período de crises e transições da Nova República.

4.3. A PROPOSTA DA FAAB PARA A LEI AGRÍCOLA:

Como último aspecto por nós abordado sobre a atuação da FAAB no processo Constituinte, procuraremos, a seguir, apresentar as principais características e desdobramentos da proposta de lei agrícola que foi apresentada por suas lideranças para o Congresso Nacional. Com o objetivo de fortalecer a sua capacidade de influir sobre as decisões relativas à política agrícola, especialmente em relação às condições de financiamento da produção, os representantes da Frente Ampla foram protagonistas no processo de formulação e tramitação de sua proposta, sendo a lei de nº. 8.171, sancionada pelo então presidente da república, Fernando Collor de Melo, em Janeiro de 1991.

Em conformidade com os efeitos das transformações políticas, econômicas e sociais da Nova República, Coelho (2001) identifica uma fase de transição da agricultura em que, face à nova realidade produtiva conferida pela modernização da agricultura e ao esgotamento do modelo de financiamento da agricultura em decorrência da recessão econômica, foi necessária a reformulação das políticas agrícola que vinham sendo praticadas até então.

Assim sendo, este autor identifica no ano de 1985 uma virada para a produção agrícola nacional, quando são praticados cortes mais profundos no crédito rural subsidiado, a partir do agravamento da situação econômica global. Em sua perspectiva, esta fase transitória para a economia rural se estenderia pela próxima década, sendo

superada somente após o plano real, quando se consolidou uma maior estabilidade econômica no país. Neste sentido, Coelho (2001) afirma que:

A terceira fase da política agrícola no Brasil iniciou-se com as medidas tomadas, em 1985, para eliminar os subsídios ao crédito rural e vai até meados da década seguinte, quando foi posto em prática um bem sucedido plano de estabilização e implementadas várias medidas para modernizar os instrumentos de apoio à agricultura. O contexto macroeconômico desse período foi extremamente tumultuado, em função da presença de inflação galopante, estagnação do PIB, crises financeiras, decretação de moratória externa em 1987, e abertura da economia em 1990. (COELHO, 2001: 33)

Na mesma direção, Lamounier (1994) aponta para uma espécie de reorganização das relações entre o Estado e a agropecuária. Frente ao esgotamento do modelo econômico da ditadura militar, os habituais instrumentos de política agrícola já não se apresentavam mais viáveis ou funcionais aos interesses do setor agropecuário. Neste sentido, o autor identifica que foram operadas mudanças na política agrícola de caráter gradual, fazendo a seguinte síntese:

No que diz respeito à política agrícola, os anos 80 correspondem a um período de mudança: de esgotamento de um padrão de intervenção governamental e de transição a outro que, entretanto, ainda não adquiriu contornos nítidos e definitivos. Tudo indica que o período Constituinte (1987-1988) e, especialmente, o governo Collor assinalaram a exaustão final dos recursos e instrumentos de ação que caracterizam o padrão anterior, e, conseqüentemente, de paulatina reorganização das relações entre o Estado e o setor agropecuário.” (LAMOUNIER, 1994)

Como já pudemos observar nos debates sobre o Plano Cruzado, este processo de transição a outro padrão de intervenção governamental na agricultura a que se refere Lamounier (1994) e Coelho (2001), embora ainda não apresentasse na época contornos nítidos, mobilizou amplamente os setores patronais, em especial aqueles organizados na Frente Ampla, levando a uma paulatina reorganização das relações entre o Estado e o setor agropecuário. Neste sentido, para além dos debates acerca da política econômica das safras anuais, alguns setores sociais iniciaram um debate sobre uma orientação mais geral sobre a política agrícola, que contemplasse melhor a nova realidade política, econômica e institucional do país no pós-Constituinte e os novos interesses decorrentes deste processo.

Neste cenário, algumas políticas pontuais buscaram dar resposta às reivindicações compensatórias da escassez de crédito agrícola e inflação galopante. Após o fracasso da política mais agressiva do plano cruzado, o executivo agiu cedendo com a aplicação de preços mínimos mais favoráveis aos produtores, de compensação aos produtores afetados pela abertura econômica, de importações para manter o controle

inflacionário e, finalmente, de concessão de uma redução do ICMS para a cesta básica e o setor agroexportador (LAMOUNIER, 1994).

No entanto, além das reivindicações relativas ao financiamento da agricultura e a política monetária do governo, buscando superar esta fase transitória da política agrícola, a FAAB se colocou como uma das principais formuladoras e articuladoras da lei agrícola no sentido de apontar um conjunto de orientações políticas e econômicas para o setor agrícola na busca por um reposicionamento do setor em relação aos demais segmentos produtivos da economia. Em diálogo direto com a burocracia das agências agrícolas estatais, os principais setores patronais, em sua maioria representantes da agroindústria nacional, deram início a um debate sobre uma legislação que fosse base para uma nova estruturação dos processos de formulação e aplicação da política agrícola, em conformidade com as cadeias produtivas agroindustriais e o novo arcabouço institucional da Constituição de 1988 que, embora mantivesse a importância das diferentes instituições do executivo no processo decisório, também conferia maior importância ao Congresso Nacional. Assim, Rodrigues retoma o processo de gestação desta lei e o papel cumprido pela liderança da FAAB nesse processo, afirmando que:

nós chegamos a uma conclusão, nós, da frente ampla, que aquela radicalização não ia permitir grandes avanços na constituinte. Nem era o espírito da Constituinte, tá certo? Então a ideia era fazer uma lei que levasse uma posição de negociação à frente. E colocamos então no capítulo da agricultura e reforma agrária uma lei com os temas a serem tratados na política agrícola. Uma conquista simultânea da frente ampla e do centro¹³⁸.

Sob o comando de Fernando Vergueiro, Alberto Veiga e Mauro Lopes¹³⁹, a Frente Ampla produziu uma proposta preliminar de lei agrícola que foi apresentada às diferentes forças do patronato rural e ao Congresso Nacional e que propunha uma legislação complementar sobre política agrícola, que viesse a ser regulamentada posteriormente. Como objetivo central da nova lei, encontra-se a redefinição do papel do Estado frente à economia, em especial na agricultura. Neste sentido, a FAAB se debruça sobre quais devem ser os espaços de intervenção estatal, apontando como principais objetivos da lei: garantir a participação da iniciativa privada na formulação e regulamentação das políticas agrícolas, permitir políticas permanentes de longo prazo fundamentadas em planos plurianuais, maior articulação entre políticas agrícolas para diferentes cadeias produtivas e abrangência da lei para todo o setor primário.

¹³⁸ Entrevista com Roberto Rodrigues, 2016.

¹³⁹ Assessores da OCB que participaram como técnicos na formulação da lei agrícola.

A respeito desta nova relação entre intervenção estatal e mercados agrícolas almejada pela proposta de lei, o *Jornal Indicador Rural* apresenta as seguintes considerações de Vergueiro sobre os trabalhos da comissão da Frente Ampla encarregada de formular a proposta:

No início dos trabalhos da comissão, comenta Vergueiro, alguns integrantes acreditavam que a privatização total do setor primário era o melhor caminho para a agricultura brasileira. Depois de analisar a produção primária em vários países do mundo e constatar a intervenção estatal em todos eles, chegou-se a conclusão de que não era possível retirar o Estado do setor agrícola e sim que era necessário regulamentá-lo, evitando suas interferências desnecessárias que prejudicam os produtores. É necessário corrigir através dos instrumentos de política agrícola, os preços subsidiados de outros países, e aí a presença do Estado é muito importante. A pesquisa também é uma área em que o governo tem uma participação da iniciativa privada, que deve atuar com liberdade, sem riscos de intervenções não esperadas e o Governo na parte em que se fizer necessária a sua presença, como por exemplo, na utilização de estoques reguladores.¹⁴⁰

Seguindo a intenção manifesta na carta de princípios de estabelecer um processo de transição da relação do Estado com a produção agrícola do país, a FAAB buscava defender uma alternativa consertada para diminuir o grau de intervenção e dependência estatal da agricultura brasileira, sem isso significar uma ruptura prejudicial à estabilidade dos mercados agrícolas, apontando para a sua proposta de lei como principal instrumento para operar estas mudanças.

Além deste horizonte estratégico da lei agrícola para a Frente Ampla, os redatores da proposta ressaltam como inovações importantes a redução da capacidade do governo em controlar preços através de tabelamentos, a defesa do controle de preços através do estoque e a definição dos preços de intervenção do Estado. O projeto apresentado pela FAAB também buscava facilitar o acesso à informação dos produtores junto ao Ministério da Agricultura, definir o que são estoques de emergência e estoques de reserva, bem como as regras dos instrumentos de comercialização, crédito, preços mínimos, padronização e classificação de produtos. Por último, os redatores da proposta de lei agrícola ainda reafirmam a importância do Ministério da Agricultura, ponderando apenas que um dos efeitos da nova legislação era justamente a transferência de algumas decisões do executivo para o legislativo, reduzindo assim a intervenção do governo nos mercados¹⁴¹.

Fazendo uma análise deste conjunto de propostas, Hoffman (1989) procura apontar, segundo sua perspectiva, os principais problemas da lei agrícola nos moldes

¹⁴⁰ *Jornal Indicador Rural*, 1988.

¹⁴¹ *Jornal Indicador Rural*, 1988.

como os setores organizados na FAAB defendiam. Denunciando a semelhança de posições entre a proposta da Frente Ampla e as posições do ministério da agricultura, este autor, já naquela época, após a aprovação da lei complementar e durante as discussões sobre a sua regulamentação, afirmava que o maior problema da proposta que estava sendo encaminhada no Congresso Nacional era a concepção arraigada entre os principais representantes da agropecuária de que a atividade agrícola seria uma esfera da economia quase autônoma, independente de seus demais segmentos e cadeias produtivas.

A partir deste entendimento, o patronato rural buscava na aprovação da lei agrícola fundamentalmente uma forma de intervir de forma mais direta e autônoma na definição das políticas públicas de seu interesse. Portanto, segundo a proposta da FAAB, este processo deveria se dar no âmbito do ministério da agricultura, fortalecendo as instâncias governamentais com as quais eles possuem maior poder de influência (HOFFMANN, 1989).

Através do fortalecimento da pasta da agricultura em detrimento de outros órgãos da equipe econômica do poder executivo, Hoffmann (1989) ainda considera que, os setores do patronato rural lograriam favorecer seus interesses. Dessa maneira as medidas defendidas pela Frente Ampla visavam garantir um ministério da agricultura “poderoso”, que tivesse autonomia para definir os níveis de subsídios, os volumes de crédito a serem alocados e a oferta de produtos no mercado, desconhecendo deliberadamente as desigualdades existentes entre os diferentes perfis de produtores rurais existentes na agricultura brasileira e suas respectivas necessidades.

Além disso, a proposta da Frente Ampla também favoreceria seus interesses na medida em que também propunham a liberação e desoneração fiscal das exportações dos produtos primários; a oneração das importações de alimentos; a criação de um fundo específico para o financiamento rural; e a existência de um seguro agrícola com fundos estatais. Estando sob o poder de decisão e execução do ministério da agricultura, estas propostas também carregavam em comum a defesa de uma política agrícola com forte participação de um Estado com características paternalistas em relação à agricultura (HOFFMANN, 1989).

Assim, a partir destes apontamentos, Hoffmann (1989) buscava denunciar os objetivos dos representantes dos grandes interesses da agropecuária nacional em fazer da oportunidade de aprovação da lei agrícola para formalizar legalmente um poderoso lobby rural. Buscando atuar nos processos de formulação, decisão e execução das

políticas públicas para a agricultura, a proposta da Frente Ampla pautou os debates sobre a lei agrícola.

No entanto, apesar de sua aprovação como lei complementar da Constituinte ser reivindicada e reconhecida como uma proposta e uma conquista da FAAB, tendo esta acompanhado os debates posteriores sobre a sua regulamentação no Congresso Nacional, a legislação agrícola que foi efetivamente sancionada pelo Presidente Collor de Mello não atendeu plenamente às expectativas do patronato rural. Contando com 108 artigos, a lei agrícola sancionada teve 79 artigos vetados em parte ou integralmente pela presidência da república, representando, na avaliação de muitos, uma vitória parcial dos interesses agropecuários que subsidiaram a sua formulação. A luta pela aprovação integral do texto proposto pela Frente Ampla se expressou, em especial, no momento que o projeto de lei foi encaminhado para o Palácio do Planalto, instalando um conflito público entre duas pastas do poder executivo sobre as prerrogativas do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA).

Assim, no dia seguinte a sanção da lei, que foi assinada por Collor em 17 de Janeiro de 1991, a Folha de São Paulo noticiava a decisão presidencial destacando que “Zélia vence Cabrera¹⁴² no veto à lei agrícola” em alusão a um conflito entre a ministra da economia e o representante da pasta da agricultura.

Segundo a Folha de São Paulo, o ponto central do debate entre a Fazenda e a Agricultura residia, portanto, justamente numa recorrente reivindicação do patronato rural em relação ao Estado, o fortalecimento do ministério da agricultura. Deste modo, o veto ao poder de deliberação do CNPA realizado por Collor, visava inviabilizar a autonomia do ministério da agricultura para, através deste conselho e em diálogo com as representações de interesses que participavam do mesmo, definir determinadas políticas agrícolas sem necessitar da anuência do ministério da fazenda. Ao vetar o poder deliberativo do CNPA, o presidente manteve limitada a capacidade de influência mais direta das associações de interesses junto às instancias em que as políticas agrícolas eram definidas. Com isso, o jornal, ao se referir aos vetos presidenciais sobre a lei agrícola, destacava que:

O CNPA era o principal ponto de divergência entre Zélia e Cabrera. O projeto aprovado pelo Congresso dava ao órgão a ser presidido pelo ministro da agricultura, um poder decisório em questões de política agrícola. Isso diminuiria a influência do Ministério da Economia no setor, com o que Zélia não concordava¹⁴³.

¹⁴² Antônio Cabrera Mano Filho, Ministro da Agricultura do governo Collor (1990-1992).

¹⁴³ Folha de São Paulo, 18/01/1991, p. B7; Zélia vence Cabrera no veto à lei agrícola.

Além da criação do CNPA, a lei agrícola aprovada buscava definir melhor os significados da política agrícola, bem como o papel do Estado nesta matéria. Neste sentido, Oliveira e Araújo (2008) afirmam que a presente lei representou um processo de reposicionamento do Estado na regulamentação da economia agrícola. Portanto, os autores identificam que a nova legislação sobre a agricultura, bem ao tom dos princípios da Frente Ampla, se somava a uma série de políticas adotadas como consequência das mudanças econômicas da agricultura apontadas por Coelho (2001) durante a virada da década de 1980 para a década 1990. Ao lado da extinção de importantes agências reguladoras estatais, como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e o Instituto Brasileiro do Café (IBC), bem como da diminuição das políticas de subsidio ao crédito, a lei agrícola buscava conferir maiores liberdades aos mercados agrícolas em consonância com as tendências liberalizantes que então se encontravam em alta no mundo.

Outro aspecto que estes autores chamam atenção é o caráter compensatório da lei agrícola frente às pressões por Reforma Agrária vivenciadas durante o processo Constituinte. Assim, Oliveira e Araújo (2008) mostram que o patronato rural, dentro de sua tradição de diluir a questão agrária nas políticas agrícolas, buscou colocar em pauta a discussão da lei agrícola como forma de esvaziar o debate sobre a concentração fundiária e a democratização da propriedade. Segundo os autores:

Para tentar obter uma resposta plausível sobre o significado da “Lei Agrícola”, deve-se levar em conta a impropriedade de analisá-la isoladamente, aceitando a evidência de que, durante a Assembleia Nacional Constituinte, sua discussão foi levada *pari passu* com a da reforma agrária. A hipótese formulada é a de que a “Lei Agrícola” foi aprovada, em primeiro lugar, em caráter compensatório pela derrota que os conservadores sofreram frente aos progressistas no campo da reforma agrária; e, em segundo lugar, como reafirmação da tese de que a modernização da agricultura brasileira não passa, necessariamente, pela reforma agrária, mas, sim, pela política agrícola (OLIVEIRA E ARAÚJO, 2008: 9).

Assim, considerando que os setores conservadores sentiam que haviam perdido terreno para os progressistas no tema da Reforma Agrária durante a Constituinte, estes autores, a partir da identificação de um discurso patronal rural centrado na questão agrícola, levantam uma interessante hipótese, caracterizando a proposição da lei agrícola pela FAAB como parte da estratégia de ao mesmo tempo garantir maior poder aos espaços de decisão das políticas agrícolas no âmbito do Estado, bem como apresentar uma agenda alternativa à questão agrária, deslocando o debate para temas menos incômodos e mais oportunos (OLIVEIRA E ARAÚJO, 2008).

Lamounier (1994), por sua vez, numa avaliação semelhante atribui a formulação da lei agrícola, em grande medida, ao então Ministro da Agricultura em interlocução direta com a tecno-burocracia das agências agrícolas estatais e representantes do patronato rural, notadamente aqueles organizados na Frente Ampla. Dessa maneira, acerca das avaliações feitas em relação à legislação sancionada por Collor, o autor aponta que:

As opiniões sobre os artigos vetados variam muito. Segundo algumas lideranças, eles aleijaram a lei agrícola. Outros reconhecem a necessidade de alguns deles para suprimir o que fora incluído por motivos clientelísticos. Outros ainda acreditam que alguns vetos foram corretos, em razão da inconstitucionalidade dos artigos apresentados. Porém, há consenso sobre o fato de que alguns dos vetos, concernentes às informações de mercado, ao comércio exterior, à tributação, à equivalência-produto, e, principalmente, à atuação do CNPA, modificaram de forma substancial a lei. (LAMOUNIER, 1994: 24)

Apesar destas ponderações, a lei agrícola aparece como um evento importante neste processo de transição política, econômica e instrucional verificado na agricultura durante a Nova República e nos anos seguintes à Constituição de 1988. Neste sentido, Lamounier também procura destacar na avaliação de alguns representantes da Frente Ampla o reconhecimento do significado que a regulamentação da lei aprovada conferia. Segundo ele:

a Lei continuava conferindo ao governo instrumentos de intervenção, porém, estes, agora, são mais equilibrados. Analistas ressaltam ainda que, apesar de muitos pontos já fazerem parte da legislação, foi importante terem sido incluídos na Lei Agrícola. (LAMOUNIER, 1994: 25).

Além de diminuir em algum grau a postura intervencionista que o histórico recente da agricultura havia apresentado, este momento de discussão e aprovação de lei agrícola registrou a consolidação do grupo dirigente da FAAB como referência da moderna produção agropecuária. Apesar da forte concorrência com a UDR na Constituinte pelo protagonismo no debate da questão agrária, com a retirada da reforma do centro da pauta nacional, a Frente Ampla rapidamente suplantou a sua congênere na temática agrícola, especialmente, através da formulação e interlocução política sobre a nova lei.

Finalmente, a consolidação destas lideranças no imediato período pós-constituinte pode ser constatada também através da análise dos novos agentes da representação rural na afirmação do agronegócio. Destacando a trajetória de Roberto Rodrigues, Grynspan (2009) demonstra a sua consolidação como liderança através de sua ascensão a diversos conselhos consultivos sobre a política econômica estatal. Além

do CNPA na pasta da agricultura, que foi instituído pela lei agrícola, Rodrigues logrou participar neste mesmo período de outros espaços consultivos no Ministério da Fazenda, como o Conselho Nacional de Política Monetária (COPOM), Conselho de Crédito Agroindustrial, Conselho Nacional de Comércio Exterior e Comissão Empresarial de Competitividade. A respeito deste processo, o autor também destaca a importância de Paulinelli e Menezes, afirmando que:

Tanto Roberto Rodrigues, pela OCB, quanto Alysson Paulinelli, com a CNA, e também Flávio Tiles de Menezes, presidente da SRB, tiveram papel de destaque na Frente Ampla da Agropecuária Brasileira. Do esforço de coordenação da Frente resultou a possibilidade que passou a ter esse grupo de influir não somente na formulação da nova Constituição, mas também em importantes espaços de formulação e avaliação de políticas públicas e tomada de decisões. Suas reivindicações pesaram, por exemplo, na formatação da lei número 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispunha sobre a política agrícola. Roberto Rodrigues passou a participar de diversos conselhos, como o Conselho de Crédito Rural e Agroindustrial, criado em 1986, o Conselho Nacional de Comércio Exterior (CONCEX), do Ministério da Fazenda, entre 1989 e 1990, o Conselho Nacional de Política Agrícola, instituído pela lei 8.171, a Comissão Empresarial de Competitividade (CEC), criada junto ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, em 1991, coordenando o grupo de agribusiness, o Conselho Monetário Nacional, de 1992 a 1993 (Grynspan, 2009: 15)

Assim, embora nem sempre convergentes, as avaliações acerca da lei agrícola ainda que apontem para uma relevância e abrangência menor que as expectativas de seus idealizadores, a defendem como uma importante conquista política fruto da articulação da Frente Ampla em resposta aos diferentes processos transitórios pela qual passava a sociedade brasileira e, conseqüentemente, as representações das classes dominantes agrárias e seus respectivos interesses. Para além de criar novos espaços de ação, interlocução e formulação de políticas públicas junto à sociedade política, com a instituição de conselhos como o CNPA e do fortalecimento do Congresso Nacional como instância de decisão da política agrícola, as organizações de representação das frações do patronato rural moderno coesionadas na Frente Ampla lograram reforçar o processo de construção de um novo núcleo dirigente da grande agroindústria, desenhando as condições de constituição da hegemonia do *agribusiness*. Neste sentido, o protagonismo na formulação da lei agrícola, logo em seguida às difíceis disputas travadas no processo Constituinte, parece ter sido de grande relevância para a consolidação da liderança política de Roberto Rodrigues e companhia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – DA REPRESENTAÇÃO DA “AGROPECUÁRIA” AO *AGRIBUSINESS*

A partir do presente estudo sobre a experiência da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) entre os anos de 1986 e 1991, espera-se que tenha sido possível colocar em maior evidência o papel desta iniciativa como uma ferramenta estratégica de determinadas frações das classes dominantes agrárias brasileiras para reorganizar seus principais canais de representação e intervir no processo de transição política da Nova República, defendendo a propriedade privada da terra e uma agenda própria para as políticas públicas de incentivo à produção agrícola.

Neste sentido, a Frente Ampla buscou se construir como principal organizador coletivo da chamada “agropecuária brasileira”, apresentando-se como seu principal representante, definindo e defendendo sua própria agenda política. Neste sentido, nosso diálogo inicial com o referencial teórico do Estado Ampliado de Gramsci (2007) foi fundamental, permitindo-nos perceber a FAAB como um dos mais importantes aparelhos privados de hegemonia de grandes proprietários e empresários agroindustriais durante todo o período de vigência dos debates sobre a nova Constituição do país.

Procurando promover uma reorganização de forças em torno de sua direção política, a FAAB mobilizou e organizou em sua órbita as representações dos setores de ponta da modernização da agricultura bem como outros poderosos aliados da grande propriedade rural brasileira, demonstrando sua disposição de ir além da defesa de seus interesses imediatos e pressionados significativamente pelos movimentos por Reforma Agrária, almejando, sobretudo, manter e intensificar sua hegemonia política e econômica dentro do novo período histórico que se anunciava com o processo de abertura democrática do final dos anos 1980.

Assim, como vimos, a Frente Ampla, além de organizar uma pluralidade de grandes interesses rurais e agroindustriais em torno da insígnia da agropecuária brasileira, disputou a hegemonia política deste processo, atuando tanto para dirigir o conjunto da representação política do patronato rural, buscando se legitimar como principal interlocutora das classes dominantes agrárias junto ao Estado restrito, quanto

em relação ao conjunto da sociedade civil, em especial, disputando politicamente com os setores mais diretamente identificados com a defesa da reforma agrária.

Cumprindo estas funções principais, a FAAB atuou em distintas frentes, seja se opondo às políticas econômicas de congelamento de preços do plano cruzado, seja formulando novos mecanismos de decisão e implementação de políticas agrícolas pelas diferentes agências e instituições estatais. Ao mesmo tempo em se que viu impelida a procurar ocupar os espaços de mobilização de rua, a FAAB lançou mão fundamentalmente de diferentes estratégias, confessáveis e inconfessáveis, para negociar nos bastidores seus interesses econômicos, em especial, o de defender o direito absoluto à propriedade privada, inviabilizando as iniciativas de reforma agrária e preservando os altos índices de concentração da terra no Brasil.

Neste sentido, de um lado, a defesa da propriedade privada buscava legitimar a coerção aos movimentos de ocupação de terra, em que a ação legal do Estado é reivindicada na mesma medida em que a legitimidade da auto-defesa dos proprietários é justificada. De outro lado, ao formularem e defenderem publicamente seu programa (na imprensa, nos encontros de produtores, audiências públicas, manifestos e manifestações de rua), as lideranças da FAAB, também disputaram em favor de sua visão de mundo, buscando construir o consenso em torno de sua concepção absoluta sobre o direito à propriedade privada e sua abordagem neoliberal dos direitos sociais, em que a garantia do equilíbrio entre estes dois aspectos é conferida quase que integralmente aos interesses de mercado, ao passo em que os incentivos estatais para garantir a renda dos produtores seguiam sendo outra importante reivindicação destes setores.

Compreendendo o papel transitório da própria Frente Ampla dentro de um processo mais amplo de reorganização da representação do patronato rural brasileiro, onde lideranças como as que estavam à frente da FAAB buscaram permanentemente se afirmar e reafirmar como representação política dos principais interesses econômicos do campo brasileiro, o presente trabalho, também procurou, através do diálogo com a teoria do campo político de Bourdieu (1989), entender melhor o lugar e o papel da Frente Ampla dentro do processo de transformações na representação de interesses das classes dominantes agrárias brasileiras. Assim, este autor, ao caracterizar o processo de delegação e construção da representação política, nos permitiu evidenciar melhor as diferentes tensões e estratégias utilizadas por suas lideranças para se posicionarem da

melhor maneira possível no interior do campo político, ampliando sua credibilidade social e capacidade de influência.

Visando construir sua referência política, os dirigentes da FAAB, através da sua organização: se posicionaram em relação à reforma agrária e às demais forças do processo Constituinte; apresentaram um programa político próprio e defenderam a propriedade e sua agenda de políticas públicas para a agropecuária; articularam politicamente diferentes frações e interesses econômicos das grandes cadeias agroindustriais; mobilizaram suas bases sociais e representantes para se posicionarem nas ruas e na imprensa; elegeram e articularam uma bancada parlamentar e pressionaram e negociaram por todos os lados as diferentes instâncias e forças políticas representantes do Estado restrito.

A importância e o perfil de seus dirigentes e principais assessores políticos, econômicos e jurídicos, tais como o currículo de seus três principais líderes (Roberto Rodrigues, Alysson Paulinelli e Flávio Teles de Menezes), também apontam para a importância de se observar suas trajetórias profissionais e seu processo de afirmação e reconhecimento como liderança de proa das classes dominantes agrárias no mundo contemporâneo. Ao desenvolver uma importante reflexão sobre a forma com que se dá a produção e reprodução das representações políticas, demarcando algumas condições básicas de aceite ao seu universo e consequente posicionamento no interior do campo político, Bourdieu (1989) nos auxiliou na caracterização dos dirigentes da FAAB, entendendo como estas lideranças lograram se formar e se posicionar naquele momento como representantes de uma renovação da direção política do patronato rural.

Neste sentido, este autor também contribuiu para que compreendêssemos as tensões, encontros e desencontros entre as formas de representação política até então estabelecidas pelo patronato rural e novos anseios de suas bases sociais, produzindo outras formas de representação. Assim, a importante diferenciação de interesses específicos entre mandantes e mandatários introduzida por Bourdieu (1989), nos levou a compreender a importância da FAAB como um importante pivô da reorganização das direções políticas do patronato rural frente à própria crise de representação de suas organizações que, a partir do processo de modernização da agricultura, passaram a ter crescentes dificuldades de refletir os novos interesses produzidos pela nova realidade política e econômica do Brasil, particularmente no seu meio rural, fragilizando a

posição de suas direções políticas tradicionais em relação às suas respectivas bases sociais.

Além disso, a partir dos sistemas de tomada de posição sugeridos pelo autor e considerando a sua estruturação na representação do patronato rural brasileiro, foi possível constatar como a Frente Ampla buscou se posicionar dentro de uma lógica de pólos opostos que se referencia tanto internamente, a partir de sua relação com outras organizações e lideranças ruralistas, quanto externamente, a partir de sua posição em relação à representação dos trabalhadores rurais.

Sobre os primeiros, foram recorrentes os movimentos de diferenciação de Ronaldo Caiado e da UDR, a partir de uma postura preferencial de pressão política democrática e institucional, em contraposição à valorização do confronto político aberto (e violento) pregado pela organização “adversária”. A respeito das organizações defensoras da Reforma Agrária, com destaque para a Contag, a FAAB também buscou se diferenciar, apresentando o que alega ser uma proposta de reforma agrária própria, acenando teoricamente com uma posição favorável ao debate da reforma agrária, sem, no entanto, isto se verificar na prática. Assim, a Frente Ampla recorrentemente criticava o radicalismo das propostas da “esquerda”, buscando apresentar-se como representante de uma posição moderada. Recorrendo ao espectro político demarcado pela polarização entre esquerda e direita, a FAAB reivindicou para si uma posição de centro como melhor estratégia para negociar a defesa de seus interesses, apresentando-se como o principal componente ruralista do chamado “Centrão” da Constituinte.

Apesar de ser reconhecida por este posicionamento, é importante recordar sempre que as manobras políticas capitaneadas pela FAAB durante a Constituinte contra a reforma agrária, priorizando uma linha de ação comum com a UDR nesta questão, relativizam consideravelmente a posição política moderada que seus dirigentes recorrentemente pregavam. Ao contrário da busca por uma posição que privilegiasse uma postura de centro, mas, de acordo com a estratégia de criação do “centrão” da Constituinte, as forças políticas conservadoras lograram sustentar suas posições radicais, sendo vitoriosas nas principais polêmicas travadas com os setores mais democráticos e progressistas e posando como se tivessem sido ponta de lança na construção de um grande acordo nacional que teria excluído os extremos do espectro político, fazendo prevalecer as posições sóbrias, sensatas e pactuadas de um suposto centro político. Dessa maneira, o “buraco negro” da reforma agrária na Constituinte foi

uma das maiores expressões de como os setores proprietários ditos moderados, que inclusive consideravam a possibilidade de realização de “alguma” reforma agrária, se alinharam integralmente às posições radicalmente contrárias à desapropriação de terras da UDR, participando ativamente da operação política que foi vencedora na Constituinte.

Por último, a partir do diálogo com Bourdieu (1989), a noção de palavra política foi fundamental para ressaltar as estratégias discursivas como elementos que permitem a construção de determinada representação, contribuindo para nossa reflexão sobre a forma pela qual a FAAB e seus representantes procuraram mobilizar e legitimar sua causa política sob o abrigo provisório da identidade coletiva de “agropecuária brasileira”. Seus discursos, manifestos e manifestações não só foram determinantes no processo de construção da condição da FAAB como representante do patronato rural, como buscaram na insígnia da “agropecuária brasileira” a sua referência principal como pólo de aglutinação de significativas forças de representação política de empresários e proprietários rurais, bem como de suas respectivas cadeias agroindustriais.

Assim, finalmente, a partir deste conjunto de reflexões, nos parece importante reforçar os seguintes aspectos que o presente estudo sobre a experiência de organização da Frente Ampla buscou evidenciar. Em primeiro lugar, ao considerarmos a FAAB como um aparelho privado de hegemonia estratégico para determinadas frações das classes dominantes agrárias, é importante levar em conta seu caráter transitório frente às significativas transformações no cenário político e econômico nacional e, em particular, na representação de interesses do patronato rural.

Sendo dirigida por um núcleo político muito claro e definido, que buscava se legitimar como principal porta-voz da “agropecuária” e de seu programa, foi pensada e sustentada fundamentalmente pela aliança política entre os três presidentes da OCB, SRB e CNA, procurando se constituir num pólo de atração política de outras importantes forças do patronato rural. Neste sentido, a Frente Ampla também funcionou como instrumento de organização de uma importante gama de interesses agroindustriais em torno de um espaço de atuação comum, com vistas à reunir e coordenar estes diferentes setores para uma intervenção conjunta no processo de transição da Nova República. Sem uma referência de consenso para exercer a representação política nacional das classes dominantes agrárias, a FAAB buscou aglutinar forças em torno de

si, buscando habilitar seus principais porta-vozes para ocuparem o papel de unificação da sua interlocução com o Estado e o conjunto da sociedade.

Assim, mais que se apresentar como uma iniciativa pensada para uma conjuntura muito específica, identificada fundamentalmente pelo seu próprio caráter transitório, a articulação da FAAB deve ser entendida como parte da recomposição das classes dominantes expressa na transição, lenta, gradual, segura e controlada do regime político, que foi conduzida a partir dos próprios setores militares, produzindo uma repactuação junto às diferentes frações do empresariado. Neste sentido, a Frente Ampla foi um meio destas importantes frações das classes dominantes brasileiras de se reposicionarem em face da abertura política, deslocando-se do bloco de sustentação da ditadura militar para uma posição aparentemente mais moderada, menos autoritária.

Deste processo de realinhamento político teve prosseguimento, como a literatura sobre o patronato rural tem mostrado¹⁴⁴, um intenso processo de renovação das representações do setor, em que uma nova geração política ascendeu à direção das principais entidades que tinham peso nacional. Tendo sido formadas por uma trajetória distinta das lideranças que até então vinham protagonizando a representação das classes dominantes agrárias, dirigentes como Roberto Rodrigues (OCB), Flavio Teles de Menezes (SRB) e Antonio Ernesto de Salvo (FAEMG), assumiram a presidência de suas respectivas organizações a partir de 1985, expressando este processo de renovação das lideranças que esteve em curso durante a Nova República¹⁴⁵.

Em segundo lugar, nos parece importante ressaltar na caracterização da FAAB o seu mais significativo traço: a promoção no âmbito da representação política de uma direção articulada de diferentes interesses econômicos presente na grande atividade agropecuária nacional, com destaque àqueles surgidos e impulsionados pelo processo de modernização agrícola promovido pela ditadura militar brasileira. Deste modo, apresentando esta diversidade de organizações surgidas da modernização da agricultura, a Frente Ampla se constituiu como primeiro esforço de reunificação dessas distintas representações do patronato rural em uma direção política unitária, menos fragmentada,

¹⁴⁴ BRUNO, 2008; GRYNZPAN, 2009

¹⁴⁵ Alysson Paulinelli, o ex-ministro da agricultura de Geisel (1975-1979), apesar de compor o núcleo dirigente da FAAB, não poderia representar uma nova geração, sendo, em contrapartida, um claro exemplo da migração de quadros do partido da ordem para a oposição institucional ao regime, que era representada pelo PFL na eleição da Aliança Democrática, em 1985.

fazendo a integração econômica promovida pelos Complexos Agroindustriais se refletir diretamente no plano da representação política.

Em face dos impactos da crise econômica vivida pelo país durante toda a década de 1980, a grande produção agropecuária foi afetada com cortes no farto subsidio ao crédito agrícola, encerrando o modelo de política agrícola vigente durante a modernização e a ditadura militar. Neste sentido, esta pauta foi um dos principais objetos do programa apresentado pela Carta de Princípios da FAAB, ocupando espaço considerável nas intervenções públicas de suas lideranças e resultando no encaminhamento da proposta de lei agrícola para a Constituinte. Com esta agenda associada à defesa da propriedade privada, a Frente Ampla teve relativo êxito atraindo as principais associações por produto e multi-produto da moderna agroindústria nacional.

Além disso, um terceiro aspecto que vale ser destacado sobre a experiência política da FAAB foi a sua atuação enquanto aparelho privado de hegemonia de seus setores majoritários, promovendo a disputa interna pela direção política da representação do patronato rural com a liderança da UDR. Assim, a FAAB disputou internamente a condição de legítimo interlocutor das classes dominantes agrárias frente ao surgimento da UDR em 1985 e o seu exponencial crescimento nos anos seguintes.

Num esforço reconhecido tanto por suas lideranças, quanto pela imprensa de isolar a liderança de Ronaldo Caiado e companhia, as direções políticas da OCB, SRB, SNA e a oposição política à direção até então estabelecida na CNA, articulando e envolvendo outras organizações e interesses da produção agropecuária, realizaram um contraponto mais em termos de método e comportamento político do que em termos de conteúdo programático e base social organizada. Ainda que estes dois últimos quesitos guardem diferenças consideráveis, ambas as forças políticas se mobilizaram sob pautas de reivindicação semelhantes reunindo em torno de si pequenos e grandes produtores, mais ou menos inseridos nos modernos complexos agroindustriais. Com o interesse do governo em manter a interlocução política junto a um setor que apresentasse um método político mais moderado, se distanciando e contribuindo para as tentativas de isolamento da UDR, a FAAB procurou afirmar o seu protagonismo como legítima representante do patronato rural em relação à sua concorrente na liderança da representação do setor.

Por fim, como resultante das intensas transformações que levaram à conformação do campo político organizado na Frente Ampla, é fundamental destacar o significado desta iniciativa política como parte integrante de um processo mais amplo de reorganização da representação do patronato rural brasileiro, sendo sua experiência uma etapa fundamental para o processo de afirmação dos setores políticos e econômicos que mais recentemente se consolidaram sob a insígnia do chamado agronegócio.

Dessa maneira, promulgada a Constituição e, principalmente, sancionada a lei agrícola, em Janeiro de 1991, o espaço de articulação entre estes setores deixou de demandar a urgência que a pauta política da transição vinha impondo até então. Além disso, simbolizando o elemento geracional na formação e composição da FAAB, a saída dos três presidentes das direções de suas respectivas entidades, Roberto Rodrigues (OCB), Flavio Telles de Menezes (SRB) e Allysson Paulinelli (CNA), contribui na desarticulação da Frente Ampla em um primeiro momento. No entanto, suas principais lideranças reiteradamente avaliam a importância desta iniciativa como reunião inédita de diferentes setores políticos e econômicos da agricultura, reunindo desde representantes dos bancos nacionais aos principais complexos agroindustriais. Assim, relacionam a sua importante experiência política com a reorganização do setor agropecuário. Como aponta Rodrigues, a avaliação sobre este processo feita pelas demais lideranças foi muito positiva e promoveu importantes desdobramentos:

Terminada a lei agrícola, muitos ganhos obtidos, porém aquela experiência foi muito positiva. E havia uma associação que chama Abramilho (Associação Brasileira dos Produtores de Milho e Sorgo) cujo presidente era Ney Bitencourt Araújo, colega meu, agrônomo, um homem extraordinário. E o Ney tinha uma formação acadêmica muito forte. Ele foi a Harvard, onde conheceu o Ray Goldberg, que era um camarada que tinha criado o conceito de *Agribusiness* por cadeia produtiva, isso em 1957. Então ele trouxe para mim na OCB esse projeto. Ele falou “Roberto a frente ampla é o *Agribusiness*. Você montou o negócio do *Agribusiness* sem estudar, precisamos formalizar isso”. E sabe o que nós fizemos? Criamos a ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness) que na verdade é a formalização da frente ampla. (Entrevista com Roberto Rodrigues, 2016).

Dessa maneira, seguindo a avaliação de Ney Bitencourt de Araújo¹⁴⁶, a OCB, como desdobramento da experiência da FAAB, se lançou em uma nova iniciativa como

¹⁴⁶ Com forte formação acadêmica e com profundo conhecimento sobre a agronomia de ponta, Bitencourt também foi dirigente de outras associações ligadas à agricultura moderna, como a: Associação Paulista de Engenheiros Agrônomos, a Sociedade Brasileira de Agronomia, Sociedade Brasileira de Olericultura, Sociedade Brasileira de Defensivos para a Agropecuária e, finalmente, presidente da Associação Brasileira de Sementes e Mudanças. No âmbito empresarial, foi presidente da Agrocerec.

principal articuladora da criação da Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG). Buscando “formalizar” a Frente Ampla, a fundação da ABAG em 1993, com o próprio Bitencourt assumindo sua presidência, simbolizou aquilo que Medonça (2006) chamou de “coroação” da hegemonia política da OCB sobre a direção do patronato rural nacional, apresentando-se agora não mais como porta-voz da “agropecuária”, mas sim como representante do “Agronegócio” brasileiro.

Neste sentido, a autora destaca a importância da criação da ABAG para consolidação da reorganização da representação das classes dominantes em torno da ideia do Agronegócio, entendendo este processo como o desenvolvimento de um trabalho ideológico “destinado a imbricar todas as atividades econômicas do país à agricultura” (MENDONÇA, 2006: 219), promovendo a recriação política do próprio conceito de agricultura, a partir do seu intenso processo de diversificação e tecnificação das cadeias produtivas da agropecuária.

Avaliando este processo de construção da Agronegócio brasileiro, Bruno (2009) caminha no mesmo sentido, buscando identificar os principais elementos que fundamentam o conceito de Agronegócio, surgido ao longo da década de 1990. Para esta autora, a construção desta ideia como “palavra política unificadora de interesses das classes e grupos dominantes no campo e expressão do processo de construção da hegemonia e renovação dos espaços de poder e dominação”, é chave para a consolidação do que entende ser o “tempo do Agronegócio” no período recente de nossa história.

Neste sentido, é interessante, voltar ao ponto em que Rodrigues considera a Frente Ampla como um primeiro esforço e experiência de organização de alguns setores não necessariamente ligados à atividade agrícola, representando a maior abrangência que veio a caracterizar o Agronegócio. Considerando este aspecto, podemos concluir que o estudo da Frente Ampla acaba por se configurar num estudo do processo de construção deste novo tempo na agricultura brasileira, onde os interesses econômicos e políticos da grande agroindústria lograram consolidar sua hegemonia, ampliando e redefinindo o seu campo de representação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de, et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://cpdoc.fgv.br> Acesso em: 15/08/2017.

ASSIS, Charleston José de Sousa. Experiências cruzadas: a participação popular no plano cruzado em perspectiva histórica. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989. Cap. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político.

BRUNO, Regina. Senhores da Terra, Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BRUNO, Regina. O ovo da serpente. Monopólio da Terra e Violência na Nova República. Campinas, SP: Unicamp, 2002.

BRUNO, Regina. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. Porto Alegre, RS: Sociologias, 2003, ano 5, nº 10, pp. 284 – 310.

BRUNO, Regina. Um Brasil Ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

BRUNO, Regina. Bancada Ruralista, Conservadorismo e Representação de Interesses no Brasil Contemporâneo. Artigo GPAC, 2017.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa na história do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARNEIRO, Olavo. Patronato e Ação Coletiva, Anpocs, 2008.

COELHO, Carlos Nayro. 70 Anos de Política Agrícola no Brasil. Revista de Política Agrícola/MAPA. Ano X: Edição Especial, 2001.

DELGADO, Guilherme. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone e UNICAMP, 1985.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de Estado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DREIFUSS, R. O Jogo da direita na Nova República. Petrópolis, Vozes, 1989.

FERNANDES, Florestan. Nova República? 1985

GOMES DA SILVA, José. Buraco negro – A reforma agrária na constituinte. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1989.

GRAMSCI, A. “Breves notas sobre a política de Maquiavel”. In Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luis Sérgio Henriques (orgs) Cadernos do Cárcere, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, José. A Modernização dolorosa: a estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. As representações empresariais da agricultura brasileira moderna: as disputas na transição para a democracia. Campinas, XXIX Congresso Brasileiro de Economia Rural Anais da Saber, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, José. Questão Agrária e Sindicalismo Rural. Entrevista. Revista História e Perspectivas. Uberlândia (50): 161-196, jan./jun, 2014.

GRYNZPAN, Mario. A Afirmação do Agronegócio: novos agentes e representações do rural. ANPOCS, 2009.

GRYNZPAN, Mario. Origens e Conexões Norte-Americanas do Agribusiness no Brasil. Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais: v. 9, n. 17, jan/jun, 2012.

HOFFMANN, José Hermeto. Lei ou “lobby” agrícola. Indicadores Econômicos: v.16, n. 3, 1988.

JORDÃO, Alessandra Beig. A Agricultura na Assembleia Nacional Constituinte, Jaboticabal, Unesp, 2002.

LAMOUNIER, Bolívar. Determinantes Políticos da Política Agrícola. IPEA/PNUD, 1994.

LEMOES, Renato. A Conexão Harvard e a Política de Descompressão: Sobre as Origens da Transição Política no Brasil Pós-64. Tempos Históricos: v. 18, 559-590, jul/dez, 2014.

MACIEL, David. De Sarney a Collor: Reformas Políticas, Democratização e Crise. São Paulo: Alameda/Goiania: Funape, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. Brasil: Da Ditadura à Democracia (1964-1990). In: <http://www.marini-escritos.unam.mx/>, 1991.

MARTINS, José de Souza. A Política do Brasil – Lumpém e Místico. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MATOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e Sindicatos o Brasil. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Reforma Agrária: Concepções, Controvérsias e Questões, 1993.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. A Luta pela Terra na História recente do Brasil, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. A Questão Fundiária no Brasil Contemporâneo e as Dificuldades da Luta por Reforma Agrária. Paris: Seminário Franco-Brasileiro, 2013.

MENDONÇA, Sonia. A Classe Dominante Agrária: natureza e comportamento (1964-1990). São Paulo, SP: Expressão Popular, 2010.

MENDONÇA, Sonia. O Patronato Rural Brasileiro na Atualidade: dois estudos de caso, 2008.

MENDONÇA, Sonia. A Construção de uma Nova Hegemonia Patronal Rural: O caso das Organizações das Cooperativas Brasileiras, 2006.

OFFE, Claus e WIESENTHAL, Helmut. Duas lógicas da Ação Coletiva: anotações teóricas sobre a classe social e a forma de organização. In: Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, p. 56-118.

OLIVEIRA, Mauro Marcio e ARAÚJO, José Cordeiro. A Política Agrícola como Matéria Constitucional. In: Constituição de 1988: O Brasil 20 anos depois. Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, Brasília, 2008.

PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio Pereira. Debates econômicos. Processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária. In: Costa, L. F. e Santos, R. (orgs.), Política e reforma agrária, Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

PINTO, Raphaela Giffoni. O “novo empresariado rural” no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agribusiness (1990 – 2002). Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado/UFF, 2010.

RAMOS, Carolina. Capital e trabalho no sindicalismo rural Brasileiro. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado/UFF, 2011.

Fontes:

Anais da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, 1987.

Carta da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República José Sarney, 17/06/1986.

Carta de Princípios da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, 1986.

Comunicado da Frente Parlamentar da Agropecuária, 03/02/1987.

Panfleto Alerta do Campo, 12/02/1987

Manifesto Alerta do Campo, 12/02/1987

Proposta de Lei Agrícola da Frente Ampla, 1988.

Entrevista com Roberto Rodrigues, São Paulo, 09/05/2016.

Entrevista com Alysson Paulinelli, Brasília, 08/11/2016.

Entrevista com Flavio Teles de Menezes, São Paulo, 13/08/2008; Disponível no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do CPDA/UFRRJ.

Informativo OCB, Out/88.

Jornal do Cooperativismo, Fev/81.

Jornal Indicador Rural, 1988.

Site GV Agro e SRB.

Acervos: Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, O Globo.